

adernos do

terceiro mundo

Mensal • Fevereiro/Março 1983 • Esc 30\$00 • Kz 60.00 • Pg 30\$00 • Cv 30\$00 • Cr\$ 300 • Ano VI • n.º 51

**BRASIL
PÓS
ELEIÇÕES**

Timor-Leste

**A RESISTÊNCIA
MAUBERE**

A woman wearing a colorful headwrap and a white shawl is harvesting coffee beans in a plantation. She is holding a large woven basket. The background shows lush green coffee plants with ripe red beans.

ANGOLA

Café de Angola
um
gosto
de
liberdade

Av. 4 de Fevereiro, nº 107 — Luanda • Telefone 73871/2/3 • Teleg. "INICAFE" • R.P.A.

A luta continua em Timor-Leste

A 7 de Dezembro de 1975, o exército indonésio iniciou a invasão da parte oriental da ilha de Timor com o fim de esmagar a República Democrática de Timor-Leste proclamada nove dias antes pela FRETILIN. Desde então, e perante a impotência dos generais de Suharto em derrotarem a guerrilha nacionalista, não cessou na antiga colónia portuguesa da Ásia uma resistência tenaz ao invasor, desmentindo declarações do governo de Jakarta que periodicamente proclamam a «pacificação» da ilha.

«Pacificação» que é tentada pela política de terra queimada e do genocídio que já vitimou, segundo dados de organizações humanitárias, cerca de vinte por cento da população maubere. Guerra esquecida, silenciada durante todos estes anos, só recentemente tem sido objecto de debates nas Nações Unidas onde invariavelmente a Indonésia sai condenada nas votações.

«*cadernos do terceiro mundo*», tem procurado acompanhar a situação em Timor-Leste, o que não é fácil dado a enorme escassez de informação vinda do interior da ilha. Agora, porém, chegaram até nós duas importantes mensagens que o comandante-em-chefe das FALINTIL — braço armado da Fretilin — dirigiu ao secretário-geral da ONU, onde é relatada exaustivamente a actual situação político-militar, na nova ofensiva dos guerrilheiros mauberes. Noutro texto sobre Timor, um membro do Comité Central da Fretilin analisa a importância de Jakarta na estratégia norte-americana pós-Vietname e o renascer da oposição indonésia ao regime de Suharto.

Uma referência também às páginas que dedicamos ao Brasil. Através de entrevistas com destacados dirigentes dos partidos da oposição e de uma abordagem da situação económica, apresentamos ao leitor um panorama do Brasil-83, quatro meses depois das primeiras eleições realizadas após a «abertura» do regime.



Editor e Director: Altair L. Campos

Propriedade:

Tritribunal Editorial, Lda.*

Redacção e Sede da Administração:

Caixa do Controlo, 10-1.*

tel. 320650 1200 Lisboa

Tiragem desta edição: 35.000 exemplares

Número de registo do Serviço de Depósito

Legal: 789/82

Editor Geral
Naveira Moreira

Editores Associados

Pablo Piacentini e Beatriz Bissio

Conselho Editorial Internacional

Diary Ribeiro - Juan Somavia

Henry Pessio Garcia

Ayumu de Banjappa

Wilfred Burckel

Edições em português

ANGOLA - CABO VERDE
GUINE-BISSAU - MOÇAMBIQUE
PORTUGAL - S. TOMÉ E PRÍNCIPE

Administrador

Emerson Pinheiro

Redacção

Beatriz da Silva

Carlos Pinto Santos

Alice Niccolau

Patrignação

Helenia Salvador

Josef Santa-Barbara

Revisão

Estevam Pais

Documentação e Arquivo

Cristina Assis

Serviços Comerciais

Jose C. Figueiredo

Publicidade

Jose Ferreira

Composição e Impressão

Renascença Gráfica e Gráfica Europam, Lda.*

Distribuição

CDL Central Distribuidora S/ARL

Representantes

Angola

Luis Henriques, C.P. 3593, Luanda

Mozambique

Evaristo Hipólito e João Escadinha

Rua Kongoro, 153, Maputo

tel. 251-40

BRASIL

Director e Editor

Naveira Moreira

Director Administrativo

Altair L. Campos

Secretário de Redacção

Jose C. Godim

A arte

Samaral (editor)

Socia Feitosa

Revisão

Cláudia Guimarães

Documentação e Arquivo

Lida Freitas

Eunice H. Sanna

Composição

Ronaldo Ferreira

Distribuição e Assinaturas

Hermenegildo Souza

Arte Gráficas

Divulgação

Henrique Menezes

Representantes

Chuva Serra (Brasília)

Piuso Camaralva Filho (São Paulo)

Caixa Postal 60036 - CEP 05033

Beatriz Sotner (Estado Unidos)

18 East 18th Street ap. 3E

Novo York - NY 10003

Tele: (212) - 691-9142/829-5783

Fotolito e Impressão

Eduardo Galvão e Editora Ltda.

Rua do Senaço, 349

Tele: 250-2505/232-0123

editora terceiro mundo Ltda.

Rua da Glória, 122 - grupo 105/106

Tele: 242-1957/Telex: 2130954CTMB/BR

CEP:20.241 - Rio de Janeiro - RJ

Projeto na Junta Comercial do Estado

do Rio de Janeiro n. 33.200.306.291

C.G.C. (ME) n. 30.818.783/0001-32

Inscrição Estadual n. 81.341.400

Registro no INPI n. 013.639

Registro no SCDP/SRD/DPF

n. 2.195 - P. 209/73

Edições em espanhol

MEXICO - AMERICA CENTRAL
AMERICA DO NORTE E CARIBAIAS

Editor

Roberto Riano

Gerente Geral

Gerencero Carlos

editora periodística del tercer mundo s.c.

caja California, 99A - Coyocacan

México, 21 DF - Teléfono: 689-1740

Correspondencia: Apartado Postal: 20 572

México, 20 DF

Edições em Inglês

ESTADOS UNIDOS - CANADA
EUROPA E PAISES DE LINGUA
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO

(Edição anuidal)

Publicada por DESCO: centro de Estudos y

Promoción del Desarrollo

Avenida Salaverry, 1945

Lima, 14 Peru - Teléfono 724-712

Circulação em 70 países

cadernos do terceiro mundo, utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIN (Mozambique), IMA (Incaju) (IPS Inter Press Service), SHIHATA (Turquia), WAFIA (Palestina) e do priv de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas Nueva Escorial (Ecuador), Noviembre (Angola), Tempo (Mozambique) e com o jornal Daily News de Dar-el-Salaam (Tanzania).

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL - Empresa Distribuidora Ltda. v. Aveida Luis de Camões, 111, Luanda. BELIZE: Cathedral Book Center, Belize City. BOLÍVIA: Terceiro Mundo S.R.L., Casilla de Correo 20288, La Paz. BRASIL: Fernando Chingola Distribuidora S.A., Rua Todorov da Silva, 807 - Rio de Janeiro. CABO VERDE: Instituto Cabo-Verdiano do Livro, Rua 5 de Julho, Praia CANADA: Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto - The Bob Miller Book Room, 180 Bloor St. West, Toronto. COLOMBIA: Ediciones Suramericana Ltda., Carrera 30 n.º 23-13, Bogotá. COSTA RICA: Semanario Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 1 y 13 N.º 1157 San José, Chile. Distribuidora Sur, Dardignac, 305 Santiago. EQUADOR: Ediciones del Cordero, Calle 601 y Menéndez, Guayaquil - FAYID de Publicaciones, Av. Colombia 246 of 205, Quito. Ed. Jararilla Arceaga, Tel. 517590, Ring, Santiago de Chile. EL SALVADOR: Libreria Tercer Mundo, Pinarol Calle Porcelano 1030 San Salvador. EL QUINCE: Calle Arce 208, San Salvador. ESTADOS UNIDOS: Guild News Agency, 1118 W. Ardenway Ave., Chicago, Illinois - New World Publishers Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois - Libreria Las Americas, 132 East 29th Street, New York, N.Y. 10010 - Third World Books, New York, N.Y. Boston, Mass 02118 - Oce, 100 Westcott St., Boston. MEXICO: LA Libreria del Pueblo, 2121 St. New Orleans LA 70130 - Papyrus Bookstore, 2215 Boulevard at 114th St. New York, N.Y. 10025 - Tom Hattery Bookstore, 2529 Edison Street, San Francisco, CA 94110 - Book Center, 518 Valencia St. San Francisco, CA - Red and Black, 4736 University Way, Seattle - Greenwood Bookstore, U.C.S.D. Student Center B-023, La Jolla, CA. FRANÇA: Centre des PWs de Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. GUA-BREYANHA: Latin American Book Shop, 29 Abington Park Street, London. GUINE-BISSAU: Departamento de Educação-Ditacao do Livro e Livro, Conselho Nacional da Cultura, HO-DAGO, Conselho Nacional Boquebando, Spou 14-15. LAMPA: Alhambra Boquebando, Libreria Universitaria Amsterdam. HONDURAS: Libreria Universitaria -Jose Trinidad Reyes, Universidad Autonoma de Honduras, Tegucigalpa. ITALIA: Paesdi Nuovo, Piazza de Babuino, 41 Roma - Anna - Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Roma - Spaggiari, Piazza, piazza P. Paoli, 4-V, Roma - Spaggiari, Via Monserrato, 39/6, Roma - Uccella, Bianchi Vecchi, 45 Roma. MEXICO: Union de Exponedores y Vocadores de Periodicos de Honduras N.º 47, México 1, D.F. - Distribuidora Sigruya de Publicaciones, S.A., Mier y Peñafiel N.º 130, México 12, D.F. - Libreria México Cultural, Mier y Peñafiel N.º 128, México 12, D.F. - Metropolitan de Publicaciones, Libreria de Cultura e 100 Varas con todo o país. MOÇAMBIQUE: Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. NICARAGUA: Instituto Cultural Oscar Pérez Carasta N.º 80, Quinta Soledad, Managua. NICARAGUA: PANAMA: Libreria Cultural Panamericana, S.A., Ave España 16, Panama. PERU: Distribuidora Rumenera, Carrera 878, Lima 1. PORTUGAL: COL. Av Santos Dumont, 57, 1000 Lisboa. PORTO RICO: Libreria La Terhula, Annulla Marina Esq Ave Gonzalez, Rio Piedras - Pensamiento Critico, P.O. Box 29918, 65th St Station, Rio Piedras, P.R. 00928. REPUBLICA DOMINICANA: Centro de Estudios de la Educacion, Juan Sanchez Ramirez, 41 Santa Domingo - DESVIGUE, S.A., Ave Belkier 354, Santo Domingo. REPUBLICA FEDERAL DA ALIEMANHA: Gunther Hopfenmüller, Jägerstr. 135, 2100 Hamburg. S. TOMÉ E PRÍNCIPE: Ministério de Intercâmbio e Cultura Popular, SUECIA: Wernström Vilhelms AB, S-10425 Jar. STOCKHOLM: WENZEL, Publicaciones Españolas, S.A., Ave México Leticiosa a Pto Brion Caracas

6 Panorama Tricontinental

Editorial

12 A crise econômica a ponto da falência

Matéria de capa: Timor-Leste, a resistência maubere

- 16 «O maubere está cada vez mais forte», *A. Costa Alves*
21 «A luta em Timor e o seu impacto no Sudeste Asiático», *Abílio Araújo*
29 A imprensa nos EUA: uma inesperada denúncia, *Etevaldo Hipólito*

Ásia

- 31 Índia: A tragédia de Assam, *Narinder Koshla*
33 Vietname: As feridas ainda abertas

África

- 35 Namíbia: O impasse continua, *Carlos Castilho*
38 África do Sul: «Este é o momento de atacar», *Germán Wettstein*
45 Nigéria: A «operação de Janeiro», *Alice Nicolau*
48 Os limites do desenvolvimento regional, *Ladislau Dowbor*

América Latina

- 54 Uruguai: A reconquista das ruas, *Julio Santa Cruz*

Norte-Sul

- 59 A luta contra as transnacionais farmacêuticas, *Agustín Castaño*

Economia

- 61 África: novo recuo econômico
62 Moçambique descobre jazida de sal, *Etevaldo Hipólito*

Brasil 1983

- 64 Forças Populares, o desafio da organização, *Neiva Moreira*
67 Dívida externa: cinco mitos e uma verdade, *Theotonio dos Santos*
70 Entrevista com José Gregori, dirigente do PMDB, *Laura Avellaneda*
74 Entrevista com Lula, líder do PT, *Paulo Cannabrava Filho*
77 O pensamento de Brizola

Cultura

- 81 «Os negócios da CIA», *Roberto Bardini*
83 Simpósio Amílcar Cabral: A teoria como arma, *Sérgio Ribeiro*

Comunicação

- 93 O emaranhado de olhos espaciais, *Fernando Reyes Matta*



Guerra popular em Timor-Leste



Operação anti-imigrantes na Nigéria



Vida e obra de Cabral evocadas na Praia



minorias europeias

Ainda que não entre no âmbito do «Terceiro Mundo», gostaria de ver tratado, nos «cadernos», se for possível, o tema dos movimentos de libertação nacional na Europa, como são os casos da Córsega, Ulster, Euzkadi, Bretanha francesa ou do meu próprio país, a Galiza, já que os movimentos nacionalistas nestes países têm um papel importante.

Francisco Garcia, Orense, Espanha

desportos

(...) Quase todos os temas têm sido do meu agrado, mas quanto ao tema do desporto, o material não tem sido suficiente, ou melhor, nada tem existido. Para tal, gostaria que engrossassem mais o capítulo desportivo, debruçando-se sobre as várias modalidades existentes.

Francisco S. Spinola, Negage, Angola

linha lúcida

(...) Queremos ressaltar a linha editorial lúcida e pragmática da revista, que não está eivada do radicalismo dos esquerdismos desvairados e inúteis. A revista defende uma política lúcida e objectiva que serve os ideais do socialismo que toda a Humanidade busca para a realização de uma sociedade justa e digna.

João Manoel de Carvalho, presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais da Paraíba, João Pessoa, Brasil

trabalhadores-escravos

(...) O governo de Porto Príncipe (Haiti) sancionou um «Contrato Legal» com o governo dominicano que consiste na transferência de 15 mil trabalhadores braçais, verdadeira relação de compra e venda de trabalhadores haitianos. Essas pobres criaturas vão com a esperança de algo melhor nas suas miseráveis vidas e, em nome de certas alianças políticas, são obrigados a trabalhar como escravos.

W M Mourão, Brasília, Brasil

colónia britânica

(...) Fiquei surpreendido ao ler no n.º 46 dos *Cadernos do Terceiro Mundo*, em «cacha» do artigo «A última viagem de Gulliver», constituir Gibraltar (território espanhol na posse da coroa inglesa) a única

possessão Britânica na Europa.

No entanto, interrogo-vos. O que se passa então na Irlanda do Norte? Não será também um país e um povo colonizados pela Grã-Bretanha?

Tony Pascoal, Benguela, Angola

alvo do imperialismo

(...) Gostei bastante das duas últimas vossas edições onde ressaltavam a questão palestina. Um povo heróico que soube dar uma lição aos israelitas.

Quanto ao que se relaciona com o Clube de Amigos estou na expectativa de o ver caminhar para a sua realização. E para quando uma reportagem sobre Angola, este nosso país que é constantemente alvo do imperialismo?

Quintino Fragoço, Luanda, Angola

economia terceiro-mundista

(...) Aproveito a oportunidade para fazer uma sugestão: gostaria que contasse nessas edições uma parte referente à economia dos países do Terceiro Mundo que trouxesse, por exemplo, balanço comercial, produtos exportáveis, produção principal (...) e daria como sugestão alguns países como Angola, México, Peru, Moçambique e Índia, entre outros.

Gilberto Cechella, Florianópolis, Brasil

má distribuição

Não seria possível melhorar a distribuição dos *cadernos do terceiro mundo* na cidade de Huambo? É que sempre que quero ler a vossa revista tenho dificuldades em obtê-la e normalmente tenho que pedir a alguém que me traga de Luanda. Penso que deve haver algum problema no funcionamento de distribuição da EDIL porque sei de outras localidades onde se passa o mesmo.

Adriano K. Neto, - Huambo, Angola

bestas ou homens

Quem assistiu pela televisão às dramáticas imagens do êxodo dos emigrantes ganeses, togolenses e beninenses, forçados a abandonar a Nigéria devido às unilaterais medidas tomadas pelas autoridades da-

quele país dificilmente se poderá apagar da retina. Toda aquela massa humana sujeita à violência e ao arbítrio leva-nos a recordar outras situações, outros lugares, em que a vida e o Homem deixam de importar e intemporalmente, se assiste à barbárie: Beirute ou o Camboja de Pol Pot, El Salvador ou os esbirros de Mobutu, ou, infelizmente, tantas outras situações, tantos outros lugares...

Manuel Barbosa, Sacavém, Portugal

O Papa e a América Central

Sem dúvida que a viagem do Papa João Paulo II a diversos países da América Central é um acto de coragem, conhecida que é a conturbada situação que se vive naquela região, palco de sangrentos conflitos. Mas mais do que a coragem «física» de ir, demonstrada pelo chefe e pela Igreja de Roma, é a coragem de «dizer» e de «denunciar» as injustiças. E parece-me bem que a luta dos pobres e oprimidos daquela região, sujeitos a uma secular exploração e humilhação, não se compece muito com a ambiguidade que muitas vezes costuma entornar o discurso «oficial» do Vaticano.

Mário Duarte Santos, Porto, Portugal

O encontro Chadli-Hassan

O encontro que reuniu o presidente argelino, Chadli Bedjedib, e o monarca marroquino, Hassan II, junto à fronteira entre os dois países, parece ter assumido um importante significado político para o futuro daquela região.

Até que ponto esse restamento de contactos directos entre as autoridades dos dois países poderá provocar o encontro de uma solução pacífica para o conflito que, no Sahara opõe os patriotas saharauis às tropas marroquinas? Este encontro entre os dois chefes de Estado efectua-se pouco tempo depois de os jornais de grande circulação — nomeadamente o *Le Monde* — terem anunciado o presumível assassinato do chefe militar das forças de ocupação militar marroquinas no Sahara, o general Dlimi. Segundo outros rumores, outros quatro oficiais superiores teriam sido assassinados e outros quinze teriam sido presos. A par da crise económica, as «colisas» no exército marroquino não parecem estáveis, não obstante «os conselheiros» militares norte-americanos...

Seria bom que os «cadernos» se mantivessem atentos ao evoluir da situação!

António Bento, Paris, França

CLUBE DE AMIGOS

Companheiros

Este meu poema foi baseado sobre um outro poema da minha autoria que foi publicado num jornal alternativo. Esse poema que foi publicado chama-se «Hiroshima, Meu Amor».

Gostaria de ver o poema «Palestinos, Meu Amor» publicado no nosso Clube de Amigos do Terceiro Mundo.

PALESTINOS, MEU AMOR

Vejo crianças dormindo
velhos conversando
sonhando com a Palestina
respirando.
Há vida nas tendas
em Sabra e Shatila
nas flores
no pólen da conservação da vida
vejo pessoas amando
pessoas vivendo
instantaneamente há um imenso clarão!
fogo de metralhadoras!
um som de mil trovões!
e luzes prateadas de lâminas afiadas
a cortarem gargantas!
o sangue vermelho e quente
é derramado!
a areia fica quente!
a mãe terra treme!
depois da escuridão
o frio da morte
palestinos, meu amor
fostes escolhidos pela fúria sanguinária
/sanguinária
dos fascistas-sionistas
os «cristãos» te mataram
mas, das cinzas como um fénix
apareceram outros palestinos
sobreviventes, vivos!
e os fascistas ficaram com as sombras
dos mortos,
dos velhos e crianças
dos homens e mulheres
dos doentes e inválidos
e dos cavalos brancos,
a persegui-los
enquanto existir a vida e o amor.

Antônio F. V. de Almeida
22700 - Largo do Tanque-
Jacarepaguá - Rio de Janeiro-RJ
Brasil

homenagem à Palestina

No 2.º Festival Municipal de Teatro de Passo Fundo (Novembro do ano passado), o nosso grupo teatral de nome «Fundo de Quintal» decidiu prestar uma pequena homenagem ao povo palestino na sua heróica e desigual luta contra os

israelitas (apoiados pela maior nação imperialista do globo, os EUA), na busca do seu regresso à terra que lhes foi roubada, nossa homenagem aos palestinos consistiu da inclusão de dois dos três poemas do poeta palestino Mahmud Darwish, publicados no número 41 de «cadernos do terceiro mundo», (Janeiro de 1982). Eles são: «Desafio» e «Observações sobre a canção», que foram incluídos na nossa peça e que nos deram o prémio de «melhor texto» do referido festival, além de uma enorme aceitação pelo público.

Acreditamos que a nossa pequena colaboração foi importante para a divulgação da luta do povo palestino. O nosso grupo, «Fundo de Quintal», é integrado por Algamar França, Lucimar Pereira, Beatriz Adezides e Adão Castoldi, leitores de «cadernos», desde a sua chegada ao Brasil, em 1980, e todos estudantes do 2.º ano, do 2.º grau da escola «Cecy Leite Costa».

Rio de Janeiro, Brasil



Intercâmbio

- **Fernando J. Bernardino Serrano**
Praça da Igreja, 4, 3.º E
2700 Amadora, Portugal
- **Nuno Tasso de Figueiredo**
Rua José Relvas, 16, 2.º E
2775 Parede, Portugal
- **José Luis Gaona Martínez**
Magnolia 13-3, Col. Guerrero
Del. Cuauhtemoc, México, DF
- **Verá A. Sartini Rodrigues**
Av. Lacerda Franco 570/32
01536 - São Paulo-SP, Brasil
- **Arivaldo da Paixão S. Lima**
Rua Padre Domingos de Brito,
Av. Rios, n.º 56, Garibaldi, Salvador
Bahia, CEP 40 000, Brasil
- **Marcelo Barros**
Rua dos Violinos, 178/304

- Conj. Califórnia, 30 000
Belo Horizonte-MG, Brasil
- **Luiz Rebouças Torres**
C.P. 2178
01000 - São Paulo-SP, Brasil
- **Sidney Lima**
C.P. 118
11 600 - Caraguatubata-SP, Brasil
- **José Luiz Teixeira**
C.P. 54197
01000 - São Paulo - SP - Brasil
- **André Luiz Buchele d'Ávila**
Rua Alm. Lamego, 57
88 000 - Florianópolis - SC, Brasil
- **Derilson**
C.P. 80 216
25 500 - São João do Meriti - RJ,
Brasil
- **Thomas Kahrbak**
Rua Heitor Luz, 225/1107
88 000 Florianópolis-SC, Brasil
- **José M.M. da Cunha**
Conj. Planalto, Quadra 7, Casa 5
São Luis-MA, Brasil
- **Alcides João Adão**
C.P. 18 156, Luanda, Angola
- **Afonso Pedro**
C.P. 934, Luanda, Angola
- **Isaías João Gabriel (Manucho)**
C.P. 102, Malange, Angola
- **Paulino Izuela Carito**
a/c Pedro Germano
C.P. 60, Lunda-Diamang
Luanda-Norte, Angola
- **Apolinário Manuel Maria (Mingo)**
C.P. 102, Malange, Angola
- **Simão Gonçalves Augusto**
C.P. 458, Huambo, Angola
- **Moisés A. Lucas**
Escola Militar de Aviação Militar
Negage-Uíge, Angola
- **Joaquim da Conceição**
C.P. 712/449-M, Cahama
Lubango, Angola
- **Tomé S. Alberto**
Rua 1.º Congresso do MPLA, 24
Luanda, Angola
- **Joaquim Alfredo**
Clube Desportivo 1.º de Agosto
C.P. 10 365, Luanda, Angola
- **José António C. Coimbra**
C.P. 5775, Luanda, Angola
- **Augusto Luis Josefo**
C.P. 663, Beira, Moçambique .
- **António Almeida Manuel**
Lar Amílcar Cabral, C.P. 1323
Beira, Moçambique
- **Armando Católio Munguambe**
1.º Messe de Nampula, C.P. 338
Nampula, Moçambique
- **Neto Jerónimo Chapepa**
Escola Comercial Amílcar Cabral
C.P. 1323, Beira, Moçambique
- **Gaja Choquisso Francisco**
C.P. 236, ilha de Moçambique, Moçambique

Campanha internacional a favor de militantes do ANC

□ O African National Congress (ANC) lançou um veemente apelo à comunidade internacional, para que se pressione o Governo sul-africano no sentido de anular as penas de morte, impostas contra três dos seus membros. Estes militantes, condenados no dia 6 de Agosto de 1982, combatem nas fileiras do *Umkhonto we Sizwe*, o braço armado do ANC.

O ANC elaborou o seguinte programa de acção, visando impedir as execuções de Marcus Thabo Motaung, Jerry Semana Mosololi e



Thello Simon Mogoerane:

1) campanha de comutação das penas capitais impostas aos três militantes condenados; 2) colecta de assinaturas exigindo a libertação de todos os prisioneiros políticos existentes no país; 3) diligências para que os combatentes da liberdade sejam tratados como prisioneiros de guerra, de acordo com a Convenção Internacional de Genebra.

As mensagens de protesto, — cartas, postais, telegramas ou telex — deverão ser dirigidos ao primeiro-ministro sul-africano, Piether W.

Jerry Semana Mosololi



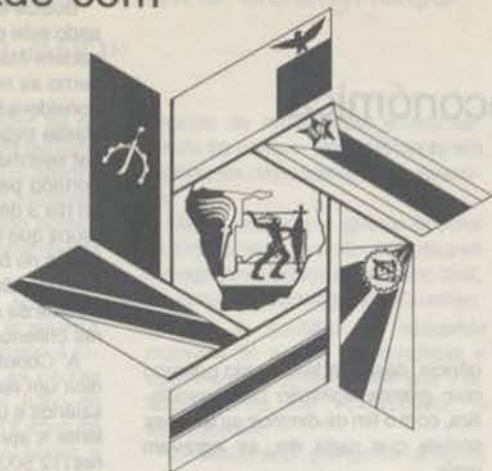
Botha, para o seguinte endereço: *Parliament Building, Cape Town, South Africa*. Ou ainda para *Pretória Central Prison, c/o Prison Department, Pretória, South Africa*.

O ANC solicita que uma cópia dos originais, que os leitores poderão redigir em inglês, português ou espanhol, seja enviada à sua representação na Zâmbia e endereçadas da seguinte forma: *The Secretary-General of the African National Congress, P. O. Box 31791, Lusaka, Zâmbia*.

Thello Simon Mogoerane



Solidariedade com a Linha da Frente em Lisboa



□ Com o objectivo de despertar e mobilizar a opinião pública europeia e mundial para a necessidade de apoiar e defender activamente os Estados da Linha da Frente, a SWAPO e o ANC, denunciar a política de guerra, repressão e agressão da República da África do Sul e obter a condenação e o isolamento do regime de *apartheid*, realiza-se em Lisboa, de 25 a 27 de Março, a Conferência Internacional de Solidariedade com os Estados da Linha da Frente e pela Libertação Nacional e a Paz na África Austral.

Ao longo da conferência será analisado o estado de guerra não declarada fomentada na África Austral pelo governo de Pretória, bem como os crimes cometidos pelo regime do *apartheid*. A reunião procurará ainda fomentar o apoio político e diplomático, a ajuda material e a cooperação económica e cultural com os Estados da Linha da Frente, SWAPO e ANC e elaborará um Programa de Acção que aponte para a concretização dos objectivos delineados.

Durante a Terceira Reunião da Comissão Internacional Preparatória, realizada nos finais de Janeiro, em Amsterdão, foi analisado o agravamento quotidiano da situação na África Austral, fruto da política sul-africana de agressão e desestabilização patente na brutal chacina de Maseru, em 9 de Dezembro do passado ano, na contínua ocupação de parte do sul de Angola e nos recentes

actos de terrorismo contra Moçambique e o Zimbábue. Esta reunião, que condenou em particular a intensa colaboração militar, nuclear e económica de certas potências ocidentais com o regime do *apartheid*, concluiu ser uma necessidade urgente a intensificação da solidariedade com os Estados da Linha da Frente e o Lesoto.

Na Comissão Internacional Preparatória da Conferência encontram-se representadas mais de 40 organizações, entre as quais o MPLA - Partido do Trabalho, o Partido Democrático do Botswana, o Partido Frelimo, o Chama Cha Mapinduzi (Tanzânia), o UNIP (Zâmbia), a ZANU-PF (Zimbábue), o Partido Nacional Basoto (Lesoto), o governo da Nigéria, a Comissão Especial das Nações Unidas contra o Apartheid, o Conselho das Nações Unidas para a Namíbia, o Conselho Pan-Africano das Igrejas e o Conselho Mundial das Igrejas, parlamentares e forças políticas da Europa, movimento sindical, movimentos anti-Apartheid, etc. Salim Ahmed Salim, ministro dos Negócios Estrangeiros da Tanzânia, Joaquim Chissano, ministro dos Negócios Estrangeiros da República Popular de Moçambique, Sam Nujoma, presidente da SWAPO e Oliver Tambo, presidente do ANC são algumas das centenas de personalidades internacionais que estarão presentes na capital portuguesa a participar nos trabalhos da Conferência.

Cerca de 150 mil pessoas presas na Turquia

□ Entre 125 mil e 150 mil pessoas encontram-se presas na Turquia, segundo um relatório divulgado no princípio do mês de Março em Genebra pela Federação Internacional dos Direitos Humanos. As detenções, que se efectuaram após o golpe militar de 12 de Setembro de 1980, recaíram sobre 203 ex-parlamentares, 80 advogados, 45 jornalistas, 452 sindicalistas, diversos autarcas e funcionários, entre outros cidadãos.

O documento, que resulta de uma visita realizada em Novembro passado por um jurista suíço e outros dois cidadãos deste país, revela igualmente terem sido executados 24 turcos, existindo actualmente o pedido de pena de morte para mais de cinco mil acusados em processos levantados contra 190 organizações consideradas ilegais pelos militares turcos.

Segundo os elementos que compuseram a delegação suíça, não lhes foi autorizado visitar prisões.

Entretanto, o Conselho Nacional de Segurança turco emitiu na mesma ocasião um comunicado, no qual reafirma o prosseguimento da proibição de qualquer actividade política, confirmando o decreto publicado no próprio dia do golpe de Estado, em que apenas está previsto o fim desta situação quando a assembleia consultiva aprovar a lei relativa aos partidos políticos.

No entanto, após o referendo arbitrário de Novembro passado, em que a opção do eleitorado turco se reduziu à escolha do menor dos males (ver *cadernos do terceiro mundo*, n.º 49), a ditadura saiu reforçada, daí resultando um adiamento *sine die* de uma evolução democrática, mesmo ténua, num país que continua a manter todos os privilégios e vantagens de membro de pleno direito da NATO.

Chile: dirigente sindical denuncia política económica da ditadura

□ Quase 50% da População Economicamente Activa do Chile ficou sem trabalho, como consequência da política económica imposta ao país pelo governo militar do general Pinochet, instaurado com o golpe fascista que derrubou o governo de Salvador Allende, em 1973.

A taxa de desemprego registada em Setembro/Outubro de 1982 foi de 30% (o governo admite oficialmente que é de 24,6%), o que significa mais de um milhão de pessoas. Acrescentando-se a esta cifra outro milhão de chilenos que emigrou nestes últimos dez anos, por absoluta falta de trabalho no país, temos um total de mais de dois milhões de pessoas, correspondente à metade da força produtiva do país.

Estes dados, entretanto, não contabilizam mais de 200 mil trabalhadores recrutados no Plano de Emer-

A taxa de desemprego atingiu 30%



gência, desencadeado pelo governo com grande agitação propagandística, com o fim de diminuir as tensões sociais que cada dia, se agravam mais.

Encaminhados para serviços de limpeza urbana e de conservação de praças e parques públicos, estes trabalhadores recebem do governo, um salário equivalente a 50 dólares, o que é ridículo num país em que os preços estão internacionalizados e onde o quilo de pão custa o equivalente a 80 centavos de dólar.

Estes são os dados mais actuais sobre o desemprego no Chile e foram revelados pelo dirigente sindical têxtil Manuel Bustos, presidente da Coordenadora Nacional Sindical do Chile, a mais expressiva força sindical surgida no país depois que a ditadura de Pinochet decretou a ilegalização da Central Única de Trabalha-

dores (CUT), em 1973.

Bustos foi preso no Chile no passado mês de Junho quando a Coordenadora Nacional apresentou ao governo as reivindicações económicas consideradas mais urgentes pela classe trabalhadora. Depois de passar seis meses detido, Bustos foi deportado para o Brasil, onde chegou no dia 3 de Dezembro apenas com a roupa que levava no corpo e sem um tostão no bolso, juntamente com outros dois dirigentes sindicais e o presidente da Associação dos Agricultores chilenos.

A Coordenadora Sindical reivindica um reajustamento de 25% nos salários e um salário mínimo equivalente a aproximadamente 160 dólares (12 500 pesos). Segundo Bustos, os sindicalistas chilenos estão a pedir muito pouco se se considerar que a inflação, durante o ano de 1982, foi de cerca de três por cento ao mês. Bustos foi preso e deportado por liderar esse movimento reivindicativo, atribuindo a «dramática» crise chilena a dois factores fundamentais: a rígida aplicação do ortodoxismo monetário do FMI na política económica e a violência repressiva do regime. Para este dirigente sindical, que milita na democracia cristã, o governo militar serviu durante todos estes anos exclusivamente os interesses estrangeiros e levou o país a uma crise que é hoje social, económica, institucional e moral.

No campo económico, mencionou que o monetarismo fez com que todos os recursos se dirigissem para o campo especulativo e, como consequência, o índice de produção foi descendo até atingir, em 1982, a impressionante taxa de 13% negativos.

Todos os dias há um novo grupo de indústrias que fecham as portas, e actualmente, apenas 60% das indústrias existentes em 1973 se encontram ainda a laborar, estando mesmo estas muito abaixo da sua capacidade real de produção. Ilustrando com o exemplo do sector em que trabalha, Bustos revelou que a indústria têxtil, que em 1973 contava 120 mil trabalhadores, tem hoje pouco mais de 30 mil ou seja um total de 90 mil desempregados, não sendo este o sector mais importante do país.

Peru: líder guerrilheiro designado «Homem do Ano»

□ Abimael Guzmán, líder da organização guerrilheira peruana «Sendero Luminoso» («Caminho Luminoso») foi designado «Homem do ano», por um semanário político pró-governamental e por uma revista de oposição.

O grupo denominado «Sendero Luminoso» desencadeou a «guerra popular prolongada do campo à cidade» — de acordo com as pautas ortodoxas chinesas — em Julho de 1980, quando, depois de 12 anos de regime militar, assumiu o poder o presidente Belaúnde Terry, deposto por um golpe em Outubro de 1968.

Guzmán, professor universitário, de 51 anos, graduado com uma tese sobre «A teoria kantiana do espaço», ex-aluno de um colégio religioso, ingressou em 1961 no Partido Comunista. Em 1964 afastou-se do PC com um grupo pró-chinês, que formou o partido «Bandeira Vermelha». Em 1970, houve uma cisão nesse agrupamento e Guzmán fundou a organização armada clandestina «Sendero Luminoso».

Durante dez anos, o «Sendero Luminoso» efectuou um trabalho

discreto de organização e recrutamento no campo, especialmente em regiões do departamento de Ayacucho.

Mas a anunciada guerra popular foi proclamada quando os militares entregaram o poder ao governo civil, oriundo de eleições gerais. Guzmán, acusou os partidos da esquerda marxista de serem «eleitoralistas e oportunistas» e estes, por sua vez, acusaram-no de «provocador e aventureiro».

O semanário pró-governamental «Oiga» justificou assim a sua selecção: «Nem sempre o «Homem do ano» é a personagem mais representativa pela sua actuação em benefício da comunidade...

Ao fazer a selecção deste ano, deparamo-nos com o facto de o mérito — triste mérito — corresponder, desta vez a Abimael Guzmán». Acrescenta depois: «Abimael Guzmán lançou um desafio e o governo está impotente para eliminar o perigo que ele e o «Sendero Luminoso» representam para todo o sistema político da nação».

Por sua vez, o semanário Equis,

que se define social-democrata e se declara contra a linha violenta e o terrorismo, assinala, que Abimael Guzmán «adquiriu um destaque incontestável na actualidade nacional».

A referida publicação elogia a «audácia, a perícia e a sincronização» das acções de «Sendero Luminoso», mas repudia «o assassinato de inocentes e a destruição do património nacional, realizados pelos seus seguidores». Equis expressa ainda alguma inquietação, por esta «vitória hipotética», que significaria «a implantação no nosso país» da barbárie polpotiana (de Pol Pot), numa referência às acções no Cam-puchea.

Finalmente, mencionando os actos de sabotagem que o «Sendero Luminoso» realizou contra torres de alta tensão, Equis diz que isso «não atinge os camponeses indígenas, porque eles jamais conheceram os benefícios da energia eléctrica», mas que, em compensação, «sabem que Abimael é contra os brancos que sempre abusaram dos camponeses».

Quênia: irrigação ou morte

□ Num seminário decorrido em Fevereiro deste ano em Nairobi (Quênia) foi revelado que quatro quintas partes das terras quenianas são áridas ou semi-áridas. A única solução é a criação de sistemas de irrigação. Até agora as entidades governamentais pouco ou nada têm feito neste sentido. Se esta passividade se mantiver, o Quênia deixará de produzir alimentos em quantidade susceptível de satisfazer as necessidades de uma população em constante aumento.

O sistema de irrigação será a única via de sobrevivência. No entanto, a instalação desse sistema é muito difícil. País que depende da assistência

estrangeira (cada vez mais escassa), o Quênia não dispõe nem dos recursos necessários para o investimento nem dos quadros técnicos indispensáveis para levar a obra avante. Por outro lado, os agricultores desconhecem as regras de aproveitamento dos sistemas de regadio.

No Quênia, existem dois departamentos encarregados da planificação e implementação dos projectos de rega e drenagem. A Direcção Nacional de Rega encarrega-se dos grandes complexos agrícolas das zonas de Mwea, Ahero, West Kano, Bunyala, Perkerra e Burra. A Direcção de Regas e Drenagem do Departamento de Assuntos Agrários,

criada em 1979, encarrega-se, por sua vez da assistência aos pequenos agricultores de 19 áreas rurais e da participação no desenvolvimento das zonas irrigadas.

Apesar de os esforços governamentais (ambas as Direcções se integram no Ministério da Agricultura) não se poderem considerar satisfatórios, apesar de se entender que o governo de Nairobi permanece quase de braços cruzados face à situação agrícola do país, o certo é que os pequenos esforços já operados demonstram como toda a vida agrícola do Quênia seria revolucionada, se os esquemas de rega fossem concretizados aos níveis desejáveis.

Em 1981, já se conseguiram incorporar 10 107 hectares nas terras de regadio, de 79-80 para 80-81, a produção média por agricultor subiu 30 %, houve um manifesto incremento na produção do arroz e nítidas melhorias na produção de algodão e cebolas.

Este é mais um exemplo de como os problemas do desenvolvimento no Terceiro Mundo poderão encontrar solução. A «ajuda» internacional, cada vez mais escassa, cada vez mais politizada, cada vez mais ten-

dente a gastos improdutivos (armas) em detrimento das reais tarefas do progresso tem constituído, sobretudo a nível bilateral, uma autêntica ratoeira para os países «auxiliados». Talvez se caminhe para novos modelos, agora que os próprios círculos dirigentes da economia capitalista (sobretudo na Europa Ocidental, mas também nos EUA) começam a pôr em dúvidas as «vantagens» do auxílio» do FMI. De repente, os países capitalistas descobriram esta realidade evidente: se o FMI impõe medi-

das anti-desenvolvimentistas aos países do Terceiro Mundo, estes deixam de importar dos países capitalistas, os quais, por sua vez, em luta dia a dia mais assanhada por mercados, acabam por cair vítimas das «receitas» da miséria que impõem aos jovens Estados...

Costuma dizer-se que o bolso é o órgão mais sensível dos capitalistas. Talvez o bolso comece a doer-lhes tanto, que alterem as regras do «auxílio ao Terceiro Mundo»...

Alto Volta: moralização e democratização



Thomas Sankara: não à tentação de poder pessoal

□ As características do recente golpe de Estado no Alto Volta (Novembro do ano passado) começam a ser mais claras para todos: trata-se de uma viragem progressista, moralizadora e democratizante. Segundo informações vindas a lume depois do golpe, os militares que tomaram o poder em Novembro repuseram a vitória nas devidas mãos. Na verdade, o golpe militar anterior tinha sido da iniciativa dos «capitães», que, de um momento para o outro, se viram superados pelos «generais», os

quais lhes arrebataram o triunfo.

Homem forte de ambos os golpes, Thomas Sankara foi agora eleito pelo Conselho de Salvação Popular como primeiro-ministro. Segundo Sankara, as prioridades do novo regime, mais ainda que os projectos de desenvolvimento, são: a justiça social, a gestão correcta da economia do país, a moralização da vida pública.

No tocante ao diálogo com os sindicatos (pedra de toque de todos os regimes voltaicos), Sankara reafirma a firme disposição das novas autoridades para manter uma convivência harmoniosa com o movimento sindical.

Os militares consideram que os trabalhadores são cidadãos e elementos das massas populares, e não «inimigos públicos» do país. Por sua vez, as autoridades esperam que os sindicatos tenham em conta os interesses de todas as massas trabalhadoras e não apenas os de certas camadas em colisão com os interesses de outras camadas. O que as novas autoridades querem dos sindicatos é que estes actuem como importantes elementos da transformação das mentalidades.

Encarando o problema da corrupção, Sankara afirma que a moralização da vida pública não implica a destruição física ou a expulsão dos elementos corruptos. Trata-se sobretudo de reeducar as populações e os quadros para adquirirem uma nova

mentalidade. As penas porventura decretadas contra os arguidos sob processo criminal constituirão, na maioria dos casos um modo de reeducação e reinserção social. Depois de reeducados os quadros serão reintegrados na vida nacional.

Para Sankara, o fenómeno verdadeiramente novo que ocorre no Alto Volta (e em muitos outros Estados africanos) é o da democratização das forças armadas, do seu ascenso a uma mentalidade muito distante daquela que lhes foi inculcada pelas administrações coloniais.

Sankara afirmou que o poder do Conselho de Salvação Popular é colectivo, que a sua escolha como primeiro-ministro resultou de um debate e de uma votação democráticos, que não há margem para a tentação do poder pessoal.

Sobre os problemas do desenvolvimento, Sankara deixou no ar uma interrogação angustiante: «Neste momento, seria possível fosse para que regime fosse, edificar as bases económicas sólidas no novo Alto-Volta?».

Tudo indica que Sankara tem mais que razão: a economia do Alto Volta dificilmente poderá melhorar nos tempos mais próximos. Mas o problema está todo em saber como ganhar popularidade e a confiança das massas sem dar ao menos uma solução parcial aos problemas mais urgentes da economia.

norte-sul – A cooperação Norte-Sul foi objecto de duros debates na reunião de 30 países realizada em Bagdade, como preparativo para a VI Conferência da UNCTAD (ou CNUCED).

Os países presentes na reunião de Bagdade mostraram-se pouco dispostos a concessões em relação ao chamado Norte (isto é, o conjunto do mundo industrializado capitalista). Segundo a maioria dos participantes, não poderá o Norte esperar que o Sul continue a liberalizar importações, enquanto, ao mesmo tempo, os mercados industrializados se protegem cada vez mais do Terceiro Mundo. O aumento da dívida externa, o aumento dos custos dos fretes, a diminuição do valor das exportações – todos esses factores impossibilitam os países do Terceiro Mundo de financiar as suas importações.

uma couve para os trópicos – Um centro de investigação vegetal de Taiwan descobriu um híbrido de couve, rico em vitamina A, feito a partir da couve chinesa, e que se aguenta perfeitamente em climas tropicais. Deste modo, o novo vegetal pode contribuir para a dieta das populações asiáticas de cegueira, devido à falta de vitamina A.

latas vazias são um veneno – O hábito, tão generalizado entre as camadas mais desprotegidas do Terceiro Mundo, de utilizar latas vazias de conserva para cozinhar ou conservar alimentos, é altamente perigoso, indicam estudos elaborados nos EUA e na Grã-Bretanha. O perigo provém do chumbo utilizado para soldar as latas, o qual se espalha pelos alimentos, assim que a lata é aberta. Um estudo feito nos EUA revela que o chumbo de uma lata de sumo de laranja aumenta de 0,05 para 0,36 partes, assim que a lata é aberta. Os riscos dessa perigosa intoxicação aumentam quando os alimentos são cozinhados ou guardados nas latas.

nove programas nacionais – O PNUD (Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas) aprovou programas nacionais para nove países africanos: Cabo Verde, Etiópia, Gâmbia, Mali, Senegal, Serra Leoa, Togo e Alto Volta. Um programa nacional é um plano pormenorizado apresentado pelo Estado que se candidata ao crédito e no qual se expõe a utilização a ser feita dos recursos obtidos, por um período, mais ou menos longo. Nestes nove casos concretos, o programa nacional abrange o período entre os anos de 1983 a 1986.

Malvinas nuclearizadas? – O presidente da Comissão de Energia Atómica da Argentina, vice-almirante Carlos Castro Madero, tornou públicas as suspeitas existentes no seu país sobre a implantação de armas nucleares britânicas nas Malvinas. Segundo Castro Madero, a suspeita existe e têm-se verificado muitas denúncias a esse respeito. No entanto, seria necessário haver confirmação, para que pudesse ser empreendida uma acção internacional. Como o próprio dirigente argentino recordou, a implantação de armas nucleares nas Malvinas constituiria uma violação do Tratado de Tlatelolco, subscrito também pela Grã-Bretanha, o qual considera a América Latina uma zona desnuclearizada.

n.º 51 Fevereiro/Março 1983



CACHAPUZ

1928 • MAIS DE MEIO SÉCULO DE EXPERIÊNCIA DE FABRICO • 1983



-INTERNATIONAL TROPHY FOR QUALITY- 1979-1980-1981-1982
-INTERNATIONAL AWARD TO EXPORT- 1982

O MAIOR FABRICANTE E EXPORTADOR PORTUGUÊS DE
EQUIPAMENTOS PARA PESAGEM

BÁSCULAS E BALANÇAS DE
TODOS OS TIPOS PARA



- INDÚSTRIA
- AGRICULTURA
- PECUÁRIA
- PESCAS
- COMÉRCIO
- MINAS
- TRANSPORTES

EXPORTADOR PARA

- CUBA
- ANGOLA
- MOÇAMBIQUE
- MARROCOS

JOSÉ DUARTE RODRIGUES, LDA.

TELEF. 73604/73606 – TELEX 32125 CAXPUZ P
APARTADO 12 – 4701 BRAGA CODEX – PORTUGAL

A crise económica a ponto da falência

Para o Terceiro Mundo, 1982 foi, em termos económicos, o pior ano dos últimos tempos, pelo menos desde o pós-guerra. Como se isso não bastasse, os prognósticos indicam que a grave crise vai prosseguir. Segundo alguns, durante os primeiros meses de 1983 e, no dizer de outros, no decorrer do próximo ano.

Para traçar um quadro exacto da situação no final de 1982 faltam ainda dados que irão, sem dúvida, aparecendo nos próximos meses.

Estatísticas hoje disponíveis são suficientes para confirmar aquela previsão sombria e para identificar as causas desses dramáticos acontecimentos que fogem à responsabilidade do Terceiro Mundo.

A indicação mais visível de que chegámos, em 1982, a uma situação sem precedentes, foi o alarme no sistema bancário, quando vários países do Terceiro Mundo se viram inteiramente impossibilitados de continuar a saldar as suas dívidas internacionais.

O caso do México teve grande repercussão devido ao enorme volume da dívida, calculada em cerca de 80 mil milhões de dólares.

Mas, por volta do fim do ano, sete países da América Latina viram suspensa, por parte dos países credores, a concessão de novos créditos em resposta à interrupção do pagamento das suas dívidas.

O número de países atingidos – somente na América Latina, onde se regista, por outro lado, a maior parte do endividamento – prova que se trata de um problema extenso e susceptível de provocar uma crise de enormes proporções.

O temor dos bancos e das potências capitalistas foi devido ao facto de que a interrupção generalizada dos pagamentos levaria os credores à falência e, em particular, as grandes instituições de crédito dos Estados Unidos, que foram os principais prestadores.

A cadeia de falências poderia, por sua vez, completar o quadro que tanto atormentou os dirigentes económicos do Ocidente. Isto é, que no meio da mais prolongada e profunda recessão do pós-guerra, o deflagrar de uma «quebra» bancária levasse o mundo a uma situação semelhante à da grande depressão do sistema capitalista de 1929. Numa tentativa para conter o desabamento, as autoridades monetárias infornaram, no fim de Novembro, que estavam de acordo com um

A resistência

aumento substancial (de 40 a 50%) das cotas do Fundo Monetário Internacional (FMI), bem como com a criação de um fundo especial ou de emergência para enfrentar os casos mais urgentes de insolvência.

Três meses antes, na assembleia anual do FMI realizada em Toronto, os próprios representantes dos Estados Unidos haviam rejeitado aumentos de tal grandeza, propondo apenas um incremento de 10 a 15%, que consideravam suficiente para enfrentar os problemas.

Com os novos recursos, o FMI disporá dos meios necessários para correr em socorro dos países economicamente mais estrangulados e poderá assegurar que os banqueiros privados continuem a receber os seus juros.

Mas a medida só servirá para atenuar os efeitos e agravar os factores que provocaram o problema, acentuando, além disso, a dependência dos países receptores. Pode-se dizer, portanto, que se trata de uma fórmula destinada a ganhar tempo.

Enquanto não forem adoptadas reformas profundas na ordem económica internacional, a espada de Dâmocles continuará a pender sobre as cabeças.

Dado que na reunião de Toronto os representantes norte-americanos, para grande surpresa dos seus interlocutores, haviam proclamado a iminência do fim da recessão, a mudança de atitude de Washington em relação ao FMI demonstra que a situação chegou a tal extremo que convenceu todas as potências capitalistas não só da sua extrema gravidade mas também da necessidade de injectar imensas somas de dinheiro. (As cotas do FMI passariam de 67 a 95 mil milhões de dólares no decorrer de 1984 e o fundo de emergência passará a dispor de uns 15 mil milhões de dólares.) Eis a descrição do caso até aqui, cuja origem é o aspecto mais importante a destacar.

Os países do Terceiro Mundo estão a sofrer as consequências de um intercâmbio económico desigual, que lhes impõe uma realidade que se torna cada dia mais sombria.

A chamada deterioração dos termos de troca consiste na queda dos preços das matérias-primas que os países subdesenvolvidos exportam, em relação aos preços dos manufacturados e equipamentos que importam das nações industrializadas.

Em 1965, por exemplo, podia-se comprar um

tractor por cinco toneladas de algodão e 17 toneladas de sisal.

Em 1975, o tractor equivalia a oito toneladas de algodão e a 42 toneladas de sisal.

Essa deterioração registou-se ao longo da história contemporânea com um grave prejuízo para os países subdesenvolvidos. Privou-os dos recursos necessários para financiar o seu desenvolvimento e para satisfazer as necessidades das suas populações e, em muitos casos, condenou populações inteiras à mais absoluta miséria.

A deterioração dos preços das matérias-primas traduziu-se, além disso, num desequilíbrio das balanças comerciais. A queda do poder de compra dos produtos básicos em relação aos bens industriais provocou défices comerciais. Por outro lado, desde 1973, o encarecimento do preço do petróleo somou-se a esses factores deficitários para os países do Terceiro Mundo não produtores de «crude». Contudo, as causas da crise não se encontram na alta dos preços do petróleo, como costumam afirmar unilateralmente os dirigentes ocidentais, mas no tipo de desenvolvimento capitalista anterior a 1973, que determinou, entre outras coisas, o encarecimento do combustível. Foi esse o processo que levou os países subdesenvolvidos a contraírem enormes empréstimos como meio de compensar os seus défices. No início, o volume das dívidas parecia estar sob controlo e, por outro lado, os créditos provinham de governos ou instituições internacionais, sendo, portanto, a longo prazo e a juros baixos.

Mas, no decorrer da década passada, verificou-se uma mudança que, para simplificar, costuma ser descrita como a «reciclagem dos petrodólares». (Na realidade, só os enormes excedentes obtidos pela Arábia Saudita e pelos principados do Golfo foram depositados a juros nos bancos do sistema transnacional, e não todos os dólares obtidos com o aumento das cotações do petróleo.)

Os bancos privados dispuseram, assim, de enormes somas monetárias que foram destinadas, em parte, a créditos para os países do Terceiro Mundo. Antes desse processo, a participação privada na dívida do Sul era mínima, nas na actualidade, em virtude dessa nova tendência, cerca de dois terços dessa dívida provêm do sector bancário privado.

Parecia natural que os países subdesenvolvidos

quisessem aproveitar as novas possibilidades que não só lhes permitiriam cobrir o défice como financiar obras de infra-estrutura, que são indispensáveis.

Corria-se, porém, um risco, porque esse tipo de empréstimo implicava prazos mais curtos e juros mais elevados, que são os usuais para operações comerciais.

Perdeu-se o controlo do processo no início da recessão, e simultaneamente verificaram-se os seus efeitos negativos para o Terceiro Mundo. Ao longo da recessão, os preços dos produtos básicos caíram constantemente. No conjunto, somente em 1981, declinaram 13%

O défice comercial — que era e é uma constante em virtude da deterioração dos termos de intercâmbio — elevou-se verticalmente. Os países do Terceiro Mundo não-exportadores de petróleo, que haviam sofrido um défice nas balanças de pagamento de 43 mil milhões de dólares em 1979 — e isso já constituía uma terrível perda — viram-no duplicado em 1981, altura em que chegou a 88 mil milhões de dólares.

A gota de água foi a política de cunho ultraliberal adoptada pelo presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, para combater a recessão.

Reagan aplicou uma receita anti-inflacionária, cujo eixo foi o encarecimento do dinheiro com o propósito de reduzir a massa monetária.

O aumento das taxas de juros atingiu níveis inéditos. O recorde absoluto foi registado em Dezembro de 1980, com uma taxa nominal de 21,5% e, muito embora no decorrer de 1982 tenham diminuído vários pontos, as taxas de juros ainda são altas.

Os países devedores constataram subitamente que os pagamentos dos empréstimos triplicaram, ao mesmo tempo que as suas receitas diminuíram. Se para todo o mundo se tratava de uma calamidade para os mais expostos era o anúncio da bancarrota. Em Outubro de 82, uma publicação do Banco Morgan (*o Morgan Guaranty Trust Company*, com sede em Nova Iorque, é uma das maiores empresas financeiras transnacionais) elaborou uma análise sobre o problema, incluindo estimativas para 1982. O método utilizado com mais frequência pelos especialistas, a fim de analisarem o peso das dívidas sobre as economias nacionais, consiste em compará-las com o volume

das exportações totais dos países.

Numa lista do Banco Morgan, onde figuram os países relativamente mais endividados, aparecem a Argentina e o México em primeiro lugar.

A dívida actual da Argentina equivale a 179% das suas exportações de 1982, quer dizer, o país teria de canalizar quase o dobro das suas receitas externas para pagá-la. No caso do México, a percentagem é de 129, seguindo-se o Equador e o Brasil, com 122, e o Chile, com 116.

Essa percentagem considera os juros em separado que somam 45% no caso brasileiro, 44% no argentino e 37% no mexicano. Vê-se, dessa forma, como o aumento dos juros obriga a comprometerem uma parte substancial das receitas nacionais.

Até quando se manterá esse mecanismo de espoliação, essa descarga das crises das potências capitalistas sobre os ombros do Terceiro Mundo, arruinado por uma ordem económica imoral? É impossível dizer, mas o que aconteceu nesse período mostra-nos que a corda foi esticada até quase ao ponto de ruptura.

Diz outra lição que, se essa ruptura acontecer, prejudicará ricos e pobres. Será um desastre geral. O centro capitalista não poderá permiti-lo, mas também não quer modificar a ordem económica mundial que ele domina. Assim, ajuda com medidas de emergência que só fazem aprofundar as raízes do mal e dar impulso ao carácter cíclico da crise.

A interdependência, que a possibilidade de um *cracking* financeiro causado pela suspensão de pagamentos do Terceiro Mundo deixa supor, poderia ser empregada, paradoxalmente, para uma renegociação conjunta que conseguiria melhores condições.

Foi o que propuseram algumas das figuras mais lúcidas do Sul, como o presidente boliviano Hernán Siles Zuazo. Afirmo ele que os países da América Latina devem sentar-se juntos à mesma mesa para discutir com os seus credores algumas condições que sejam aceitáveis, em vez de prazos e dos terríveis juros que hoje suportam.

É de esperar que iniciativas como essas prosperem, mesmo que seja forçoso reconhecer que o Terceiro Mundo ainda está longe da unidade, apesar de ser esta a única resposta para a sua urgente e dramática realidade. □

Timor-Leste

A resistência maubere

De 1975 até aos nossos dias, o povo desta antiga colónia portuguesa assistiu à invasão do seu território e ao saque dos seus haveres pelas tropas indonésias, viu-se alvo de massacres indiscriminados e sofreu de fome e de enfermidades incontáveis. Mais de um terço da população sucumbiu, famílias inteiras desapareceram por completo da face da terra.

Enquanto isso, os sobreviventes deste holocausto iam, amargamente, assistindo ao revoltante silêncio que, internacionalmente, cobria os seus sofrimentos e a sua luta.

E, contudo, este povo resistiu, continua a resistir em Timor-Leste, lutando, sabendo que apenas só pode contar com as suas próprias forças pela independência e pela paz.



«O maubere está cada vez mais forte»

Alberto Costa Alves *



A invasão indonésia, o «difícil e penoso» ano de 1978 com o seu cortejo de fome e sangue, a «Operação Cerco e Aniquilamento» montada pelas forças invasoras e os seus ensinamentos. Um relato histórico impressionante por alguém que viveu todo o processo e que chegou a ser dado como morto pela propaganda indonésia: o actual comandante-em-chefe da resistência armada do povo maubere e Comissário Político Nacional da Fretilin, Xanana Gusmão

DUAS mensagens, quase inéditas até hoje, dirigidas ao secretário-geral e ao presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas, pelo comandante-em-chefe das Falintil e Comissário Político Nacional da Fretilin, Xanana Gusmão, estão agora à disposição dos leitores de *Cadernos do Terceiro Mundo*. Abstraindo a real importância do que aí se descreve e analisa, o simples facto de esses relatos terem chegado até nós atribui-lhes, desde logo, um intenso significado político, sabido, como é, que após o ano «difícil e penoso» de 1978, as forças de resistência de Timor-Leste não têm tido contactos directos e frequentes com o exterior. Igualmente de assinalar que tais mensagens tenham sido subscritas por Xanana Gusmão, dado como morto pela propaganda indonésia durante a «Operação Keamanan», que decorreu entre Junho e Setembro de 1981, e a que fizemos referência no penúltimo número de *Cadernos do Terceiro Mundo*.

1982 — ano de viragem

De maneira geral, as mensagens confirmam muitos factos e situações que nos têm chegado de diversas origens e, especialmente, a noção de que o ano de 1982 é um importante ponto de viragem na situação de guerra. De facto, a «Operação Keamanan», concebida para «exterminar os últimos redutos do mato» era uma arma que se poderia virar contra o feiticeiro. Ou se concluía por um golpe mortal nas reorganizadas forças da Fretilin ou, não o conseguindo, propiciava uma tremenda resaca, tais as condições e meios extremos utilizados pelo Exército de ocupação.

Recorde-se que tal operação visava o cerco e aniquilamento da resistência encurralada na parte central do país (segundo referia o dito plano) por intermédio de duas frentes, convergindo de Leste e de Oeste, batendo todo o terreno, devassando todos os acampamentos dos guerrilheiros, afastando as populações ainda presentes dos seus lugares naturais, preenchendo sucessivas malhas, logo abandonadas como terra queimada. Para o efeito, a população masculina entre os 12 e os 55 anos foi forçada a seguir à frente do Exército indonésio, autêntica parede humana que impermeabilizasse as saídas e permitisse que os primeiros atingidos pelas balas guerrilheiras fosse o seu próprio povo. Uma maquiavélica tentativa de terminar a guerra combinando ensinamentos das expedições coloniais do século passado e a estratégia de vietnamização conduzida pelos EUA nos últimos anos de ocupação da Indochina.

Suficientes testemunhos são unânimes em confirmar a síntese de Xanana: o saldo «foi, no essencial, uma grande derrota estratégica para a Indonésia». De facto, diz o comandante das Falintil, «a par da prática genocida de massacres indiscriminados (...), a população mobilizada guiou os seus compatriotas da resistência para fora dos cercos, escondeu pequenos grupos de guerrilheiros junto de si, proporcionou a fuga de muitos capturados que só estavam à espera da morte, conduziu o inimigo para longe dos locais onde se encontravam os seu irmão, de dia ou de noite, desta ou daquela forma, conduziu os seus filhos a passarem para trás daquela

* Membro da Comissão para os Direitos do Povo Maubere e colaborador permanente de cadernos de terceiro mundo

imensa muralha humana. (E se) o inimigo logrou alcançar vitórias nalgumas localidades nas regiões centrais do país, (foi) realmente e mais por erros de visão da nossa parte do que pela sua capacidade; (...) noutras regiões nem as forças nem a população da resistência sofreram alguma beliscadura».

«Só bebiam água e comiam folhas verdes»

Visto do lado controlado pelos indonésios, o espectáculo é pavoroso: «os povos forçados que andam nessas 'marchas da vergonha' não são assistidos, nem com alimentação mínima suficiente, por parte do Exército que os oprime» (1). Apanhados nos campos de concentração e em aldeias remanescentes do modo de povoamento natural, arroz para 10 dias e aí vão às dezenas de milhar, abandonando os campos onde ainda pensavam poder garantir a ração de sobrevivência para o ano que se aproxima. Ao fim de duas semanas, «um grupo de populares dos forçados às marchas (...) há já cinco dias que não tinham comida e só bebiam água e comiam folhas verdes. Não aguentavam mais. Mandaram então alguns ao comandante a pedir comida. Resposta do comandante: fez rajadas para o ar...»

Não irão haver colheitas nem aquele ritual de canto «de humor e amor com letras inventadas no momento (...), durante horas enquanto pisam o arroz» (2). E a fome vai outra vez matar em massa como avisará, em Novembro, o Administrador Apostólico, Mons. Martinho Lopes.

Superioridade estratégica da resistência

Visto do lado dos forçados, os «erros de visão», de que fala Xanana Gusmão, são sinais de «nobre heroísmo» dos guerrilheiros. «Muitas testemunhas referem que, a certa altura, os guerrilheiros da Fretilin se aproximaram do povo e lhe comunicaram (já anteriormente era isso voz corrente) que não lhes queriam fazer mal, que se afastassem, pois era aos indonésios que eles esperavam. Refere ainda a maior parte das pessoas que a Fretilin tinha armas poderosas que assustavam os indonésios. O povo, porém, estava impedido de se mover (...) Os guerrilheiros da Fretilin disseram ao povo: nós lutamos pelo povo, não contra o povo. E muitos morreram quando já não podiam disparar sem atingir o seu povo. Este episódio parece ser um dos factos mais marcantes na memória de todos os que lá andaram e agora regressam» (1). As terras esperam os homens mas estes «vêm tão doentes ou enfraquecidos que não vão poder prepará-las» (3). Apenas os move «um desprezo absoluto para com os indonésios (...) que arrastaram de todos os cantos de Timor Este este povo espeznhado permanentemente para o colocar frente a frente com o espírito da Fretilin; e o povo contempeu assombrado a verdadeira Fretilin, a sua coragem, o seu nobre heroísmo, a sua superioridade táctica na guerra, ouviu as suas exortações, verificou a sua evolução, a sua maturidade, viu sobretudo o seu humanismo» (1).

«Um rotundo fracasso, diz Xanana, coroou a teatral operação (...) — guerra final ou operação decisiva». A maior parte da população que, desde 1978 se encontrava afastada das confrontações é nelas lançada bruscamente, recusando, porém, a função que os indonésios lhe tinha

atribuído. Os caminhos do terror quotidiano e da morte lenta vão ser trespassados pelas imagens do «bacanal de sangue» de que foi espectadora forçada e do exemplo dos seus irmãos que continuavam a resistência armada. Daí à colaboração nas «organizações clandestinas» vai um passo que o comandante das Falintil afirma estar, no essencial, dado.

«Este ano (de 1982), diz Xanana Gusmão, tem sido repleto de sucessos políticos e militares» a ponto de «o chefe dos carrascos em Timor-Leste ter-se reunido apreensivo com as autoridades locais, exigindo-lhes a responsabilidade da não extinção da Fretilin, e entregando-lhes a guerra que os indonésios trouxeram, passar-lhes a defesa e a segurança dos campos de concentração.»

«A guerra está entregue a vós, deveis ajudar (-nos) a vencer a guerra e a derrotar a Fretilin!» — declarou em diversas reuniões que teve em todo o território. «Agora vai cada um responder a este ponto: o que pensam que devemos fazer para acabar com a Fretilin?» Alguns, mais ousados, opinaram que se devia tornar a mobilizar toda a população deixando só os velhos e os bebés. O infeliz coronel, subjogado pela consciência da inevitabilidade da sua derrota política e militar, respondeu apressadamente: «não concordamos pois, se o fizermos, o mundo imediatamente saberia e a Indonésia seria, de novo, condenada por isso». Uma outra razão, talvez a determinante, estava oculta. Poderia o exército indonésio voltar a reunir novamente multidões de forçados, após a experiência de 1981? A resposta dos «mais ousados» chefes locais constituirá, em última instância, a confissão do profundo impasse e da completa falta de manobra da estratégia militar do invasor.

Desferir golpes em todo o país ocupado

Os inúmeros combates de que temos referência desde Fevereiro de 1982 comprovam-no perfeitamente. E,

Quem é Xanana Gusmão

O actual comandante-em-chefe das Falintil e Comissário Político Nacional da Fretilin é contemporâneo de estudos do presidente Nicolau Lobato, assassinado em 31 de Dezembro de 1978 pelos indonésios. Colegas desde a 4.^a classe até ao 6.^o ano do Seminário de Dare, frequenta posteriormente o liceu de Díli. Ingressa seguidamente na Administração Civil portuguesa mas é forçado a sair em 1973. Como não é admitido noutra lugar passa a trabalhar como pedreiro na construção civil. Tem diversos escritos públicos no semanário da Diocese «Seara» que, em finais da década de 60 e princípios de 70, se abriu à colaboração de diversos jovens. Fez serviço militar durante a colonização portuguesa entre 1968 e 70 e aderiu à ASDT/Fretilin desde a primeira hora. Quando ocorreu a invasão indonésia era comissário político adjunto na Ponta Leste.

sobretudo, a frequência com que se processam ocupações temporárias de vilas. No n.º 49 dos *cadernos do terceiro mundo* já assinalámos algumas, e os extractos da carta que publicamos em «caixa» contêm as últimas, referentes a Novembro passado. «*O Maubere agora está cada vez mais forte*» e detém uma iniciativa político-militar que lhe permite desferir golpes em todo o país. Se o Administrador Apostólico (o Bispo, como é, normalmente, designado) visita Lautém, na ponta Leste, uma outra vila da zona (Loré) é atacada e ocupada e a ressonância na capital é imediata após o regresso de monsenhor Martinho Lopes. Mas se Loré, está no coração de uma região onde a resistência nunca deixou de se manifestar, Manatuto localiza-se na costa norte, cerca de 60 km de Dili, e Maubisse, em plena zona montanhosa ocidental, onde a Fretilin, tinha, em 1978, sofrido um golpe muito fundo e a população fora encurralada em campos controlados pelo exército ocupante.

Entretanto, a mesma população espontaneamente aderente à «explicação» do Bispo é convocada para ouvir de um responsável da segurança insultos contra o que ouvira. Ou seja, em Dili, a capital, o poder opressor é forçado a um combate em que não pode usar balas nem *napalm*. A diocese de Dili sente-se «*solidária com o povo*». Por isso é testemunho e, sendo-o, é também resistência (ver «caixa» — reflexão de religiosos).

Em toda a sua extensão e profundidade, a formação social maubere é ferozmente reprimida e explorada. Não é sem significado, embora seja motivo para profunda reflexão, a conclusão: «*Prefiro um colonialismo europeu ao colonialismo do Terceiro Mundo*» (4)

Retrospectiva da sobrevivência

Retomemos a mensagem de Xanana ao presidente da Assembleia Geral da ONU e tentemos reconstituir as

Pátria

*Pátria é, pois, o sol que deu o ser
Drama, poema, tempo e espaço,
Das gerações, que passam, forte laço
E as verdades que estamos a viver*

*Pátria... é sepultura... é sofrer
De quem marca, co' a vida, um novo passo.
Ao povo — uma Pátria — é, num traço
Simples... Independência até morrer!*

*Do trabalho o berço, paz, tormento,
Pátria é a vida, orgulho, a aliança
Da alegria, do amor, do sentimento.*

*Pátria... é tradições, passado e herança!
O som da bala é Pátria, de momento!
Pátria... é do futuro a esperança!*

Xanana

fases principais do combate entre a invasão e a «Operação Keamanan».

Entre 7 de Dezembro de 1975 e Novembro de 78 manteve-se uma confrontação desigual entre os campos enquadrados pelas Falintil e os invasores. A «Operação Cerco e Aniquilamento», começada em Setembro de 1977, vai minando o anel defensivo da resistência, a química desfolhante, o *napalm* e a última moda da tecnologia militar norte-americana vieram desequilibrar os pratos da balança, tendo em conta que a Fretilin tinha sido empurrada para uma estratégia militar que não podia manter-se por muito tempo sem risco de ruptura. «*Foi um período doloroso para o povo maubere!*», diz Xanana Gusmão. Sem ajuda do exterior, «*com a sua terra queimada, as suas casas destruídas, as suas hortas devastadas, os seus haveres saqueados e os seus animais abatidos a tiros de metralhadora, o povo Maubere, na sua grande e heróica marcha para a defesa da sua Pátria, viu tombar os seus filhos, os seus inválidos, os seus ansiãos, pelos bombardeamentos ininterruptos e pelo metralhamento dos caças que sobrevoavam aquelas colunas humanas, expostas ao massacre mas decididas a morrer pelo seu solo sagrado! Cadáveres estripados e esquartejados pelas bombas, corpos humanos disformes, queimados pelo *napalm*, crianças inocentes crivadas pelas balas assassinas dos caças nos regaços das mães agonizantes sem sepultura, trilhos vermelhos de sangue arrastados pelas passadas seguras dos sobreviventes, marcando dor, sofrimento e um ódio mortal ao inimigo — esta era a imagem heróica daquele período difícil e penoso! (...) Esgotado e doente, embora determinado e inabalável, o povo Maubere teve que aceitar o controle do agressor como condição para buscar novas formas de resistência*».

Até Março de 1979 «*as operações de perseguição às forças e à direcção do povo Maubere logrou os seus êxitos pela aplicação de todo o efectivo militar existente na altura nas regiões centrais do país. No entanto, na Ponta Leste, os membros sobreviventes do Comité Central da Fretilin, conjuntamente com dezenas de quadros, forças e população da resistência, organizavam-se (...) Foi um ano de terror e intimidação! (...) Nalguns locais houve maior índice de mortalidade por massacres, doença e fome no ano de 1979 do que nos 3 anos anteriores*».

Transferência das bases de apoio

Mas 1980 é um ano de reencontro. «*Da Ponta Leste partem em busca dos seus irmãos que, firmes e decididos, se mantinham na Resistência Armada*». Reunificadas as forças combatentes, «*as organizações clandestinas surgiam como uma necessidade premente, vital*» na justa medida em que «*o repúdio pelo ocupante crescia na ordem directa da repressão exercida*». Afinal, passe o doloroso preço pago, «*o que (o inimigo) fez em 78 foi somente exigir ao povo Maubere a transferência das suas bases de apoio das montanhas para as vilas*». Em 10 de Junho de 1980 é o ataque a 3 pontos de Dili e da

Ponta Leste continuam a chegar quase inacreditáveis notícias de combates.

O povo sobrevivente da «Operação de Cerco e Aniquilamento» foi mantido fora das suas zonas naturais, mas é nestes campos onde é agora forçado a viver que as organizações clandestinas se vão estabelecer. Os solos, geralmente sem aptidão agrícola, não produzem o mínimo para a subsistência, o controle militar apertado com as suas permanentes arbitrariedades, as tradições que começam no próprio local de habitação natural são reprimidas, um mundo simbólico-religioso de referências seculares é repudiado pelo ocupante como «magia negra». Terrenos expropriados e repovoamento por javaneses são um sinal para os vivos da vasta obra de profanação em curso.

Começam as saídas organizadas para o mato, o número de emboscadas aumenta. A bola de neve cresce. O ciclo infernal repressão — emboscada — repressão — emboscada não tem fim. «Após 2 anos de correcção dos erros, sucedeu-se o inevitável: a reorganização do país e das forças, e a constituição da nova Direcção para uma nova e não menos dura escalada da Resistência Nacional».

Quando a «Operação Keamanan» se inicia o processo é imparável. «Os carrascos andam no escuro da nossa Pátria perguntando à Fretilin se viu a Fretilin e a Fretilin vai dizendo que não viu a Fretilin!». É no escuro que a estratégia militar indonésia dita a necessidade dessa operação, e será no escuro que se moverá depois de tudo ter feito para exterminar qualquer resistência.

Proposta à ONU

Por fim, após acusar o Governo dos EUA de «participação na guerra de genocídio a Timor Leste fornecendo armamento à Indonésia» e os governos da Austrália, Nova Zelândia e Japão «de cúmplices (...) em defesa dos seus interesses monopolistas» o Comissário Político Nacional da Fretilin propõe ao secretário geral da ONU que seja adoptada «como medida concreta e prévia a retirada, total e incondicional das forças repressivas da Indonésia a fim de se processar o referendo ao povo de Timor-Leste, sob a supervisão da ONU e com a participação de Portugal, Indonésia, Austrália e representação dos 3 países da Confederação da Indochina». Esta plataforma de resolução do problema era acompanhada de «um convite à ONU (...) no sentido de permitir aos seus observadores acompanharem-nos, por todo o território, para verificar 'in loco' as nossas formas e condições de luta e comprovar as bases seguras das organizações populares da resistência».

«Cepticismo» português em mais de 7 anos de resistência

Apenas uma última referência nesta já longa leitura das mensagens do Comandante das Falintil. Trata-se da atitude do Estado português a quem é exigido que quebre «o clima de impasse e de desinteresse demonstrado em



Extractos de uma carta

NA semana passada (...) na sua explicação, o nosso Bispo pronunciou-se sobre o caso de Timor na ONU (...) Focou também os ataques do Maubere no interior da província quando efectuou a sua visita para as partes de Lautém. Durante três dias, o Maubere atacou fortemente a vila de Loré e incendiou à volta de 33 casas do *rayat* (indonésios). Só depois de o inimigo se reforçar com bombardeamentos feitos pelos aviões, é que daí então se retirou. Durante o ataque morreram muitos soldados indonésios bem como os do (batalhão) 744/45 (...) Depois da missa, no dia seguinte, o Bispo foi logo chamado e interrogado pelas entidades da *Korem* (polícia), chamando responsabilidades sobre tudo o que falou durante a sua explicação.

(...) Ontem à tarde os gajos da *Kodim* (segurança) fizeram esclarecimentos para toda a população de Dili no campo *pramuka* (da Académica). No esclarecimento, o tenente coronel da *Kodim* pediu para o povo não dar ouvidos à explicação do Bispo «porque aquilo é mentira e porque, em geral, as consequências só recaem sobre os pequenos». Saliu ainda mais: «você não dêem ouvidos aos boatos» (...) Todos se puseram a rir em gozos. E o gajo lá falou muita coisa mais, criticando o governo português, julgando que o povo é *bodok* (parvo).

«(...) Não calcula, o Maubere agora está cada vez mais forte. Em Manatuto até atacaram a vila e mataram muitos soldados indonésios (...) Em Maubisse é o mesmo. Assaltaram as camionetas dos PTs que transportavam materiais para *pembangunan* (construções). Queimaram as camionetas todas, eliminaram muitos soldados indonésios e levaram muitos para o mato. Entre eles, inclusivamente o *Camat* (chefe) de Same (...). Depois disso, tudo só por causa da desconfiança, mesmo no Porto de Maubisse, o *Bapak* (indonésio) queimou vivo com gasolina um polícia nativo por ele ter um irmão que é comandante no mato». (28 Novembro 1982)

Omitimos o nome do autor por evidentes razões de segurança

iniciativas incosequentes e (active) a sua participação na solução do caso de Timor-Leste». A quem segue de Lisboa o drama dos mauberes e passa em relance os anos consecutivos de silêncio português sobre a questão, não pode deixar de achar inteiramente adequada aquela exigência. E se, em Setembro e Outubro transactos, a propósito da 37.ª sessão da AG da ONU, e agora em torno da reunião da 3.ª Comissão em Genebra, a diplomacia portuguesa se bateu, fê-lo inconvicta e reservadamente «pessimista». Apesar disso, um número ainda maioritário de países continua a garantir a presença do assunto nas agendas da ONU e o crescendo de combatividade e operacionalidade política da resistência influenciará os mais próximos desenvolvimentos do assunto até à 38.ª AG da ONU. A diplomacia indonésia tudo tem feito para apagar o problema, e a votação de 18 de Fevereiro último, em Genebra, não estava nos seus cálculos (16 votos a favor, 14 votos contra e 10 abstenções para uma proposta apresentada pela subcomissão

constituída por peritos de reconhecido prestígio). Dizer que «não se passa nada em Timor-Leste» é, para o regime de Suharto, tentar apagar o fogo de toda a preocupação que ainda circula pelo mundo, isolar por completo a guerra e tentar contê-la internamente antes que seja demasiado tarde. Mas quando o oprimido levanta a cabeça e atinge duramente o corpo do opressor, mesmo quem não quer terá mesmo de saber. E está por provar que o «cepticismo» português, apesar de alimentado pela actual pausa eleitoral, possa manter-se por muito mais tempo, tais as demonstrações de fidelidade de tantos países, organizações e Igrejas e, sobretudo, de mais de 7 anos de indomável resistência maubere □

(1) Carta-diário escrita entre 15 de Setembro e 28 de Outubro de 1981

(2) FUNU — Revista n.º 4, pág. 22

(3) Carta de Mons. Martinho Lopes à Caritas australiana

(4) «Dossier sobre Timor-Leste» — Março de 1982, ed. ACFOA, documento n.º 3: «Relato das minhas férias»

Reflexão dos religiosos

DEVEMOS todos perceber que o Exército Nacional Indonésio, que libertou de uma maneira surpreendente a Indonésia do poder colonial, nunca libertará o povo de Timor Leste da sua situação colonial em direcção à autonomia e independência nacional porque a sua situação e realidade são muito diferentes.

«O que aconteceu durante cinco anos é muito significativo: invasão, guerra, pilhagens, destruição da população natural, sujeição territorial, exploração colonial, expulsão da população natural que foi substituída por pessoas de outras ilhas, ocupação militar, tentativas de mobilização em massa do povo (dos 12 aos 55 anos) para fazer guerra uns aos outros. O desejo e a aspiração do povo de Timor-Leste tem sido, desde o princípio, o direito de determinar o seu destino e não assassinios em massa como têm sido feitos pelo seu vizinho próximo.

«Nesta reflexão buscamos uma idêntica compreensão dos padrões humano e espiritual enraizados na nossa fé em Deus. Uma reflexão e todas as experiências do povo de Timor Leste conduzir-nos-ão, a nós religiosos, a aproximar-nos deste povo e a aprofundar o espírito missionário ao serviço da fé pela comunidade. Esperamos que esta semente de fé, que é muito forte e bela, possa ajudar o povo a vencer todas as dificuldades que presentemente o atormentam (...)

«Solidários com o povo»

«Os religiosos de Timor Leste sentem-se solidários com o povo e por isso sentem-se obrigados a exprimir a experiência popular da fé. E isto é tanto mais assim porque estão no meio do povo, numa posição que os ajude a compreender e formular melhor a fé do povo, particularmente porque conheceu a sua linguagem e o seu coração (...)

«A nossa ligação com a Igreja Universal, com os religiosos e o mundo em geral foi subitamente cortada. Somos os religiosos de Timor-Leste que, juntamente com o povo, fomos subitamente lançados para o vazio e alienação por seis anos para que nos tornássemos a Igreja muda de Timor-Leste (...)

«Só baseados na honestidade, sinceridade, abertura sem preconceitos nem atitudes reservadas, podemos construir a Igreja de Cristo como encorajamento pouco importantes, as incompreensões e grandes dificuldades que são uma consequência das acções do governo contra o povo, contra os religiosos, os crentes e o Bispo (...)

«Silêncio que parece admitir que morramos abandonados»

Devemos também reconhecer que ainda não compreendemos porque é que a Igreja Indonésia e a Igreja Central de Roma não expuseram até agora, aberta e oficialmente, a sua solidariedade com a Igreja, povo e religiosos de Timor-Leste. Talvez tenha sido este o golpe mais forte para nós. Vendo a extensão da estratégia do povo de Timor-Leste, durante seis anos com um número de vítimas superior a 200 000 pessoas, sob outros aspectos um caso já bem conhecido através do mundo, sentimo-nos atordoados por esse silêncio que parece admitir que morramos abandonados. (31 de Julho de 1981)

* Documento apresentado ao encontro da Hierarquia da Igreja Indonésia, realizado em Setembro de 81. Resultou de uma série de encontros, em Junho e Julho desse ano, dos cerca de 45 padres diocesanos e membros de congregações religiosas colocados em Timor Leste. Extraído do «Dossier on East Timor — March 1982» distribuído pelo ACFOA, Austrália.

A resistência maubere e o seu impacto no Sudeste Asiático

Abílio Araújo*

A Indonésia como «peão» da estratégia norte-americana pós-Vietname. O crescente movimento oposicionista ao regime de Suharto e a sua posição face à luta de libertação que se trava em Timor-Leste



VAMOS completar dentro de poucos meses nove anos sobre a data do início da luta organizada do povo de Timor-Leste pela sua libertação total.

Há nove anos, o povo de Timor-Leste ensaiou cautelosamente os seus primeiros passos de um percurso que ainda hoje não terminou e que seguramente irá prolongar-se por tempo não previsível. Era o período de 1974-75, caracterizado pela transformação política de grandes zonas do globo. A vitória dos povos de Angola, S. Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique, veio alterar profundamente o mapa político do continente africano, bem como constituiu outro factor de impulso ao processo libertador dos povos da África Austral, como os casos das lutas do povo do Zimbabwe, da Namíbia, da África do Sul.

Importa, desde já, sublinhar aqui o profundo significado para o povo Maubere do fenómeno do 25 de Abril português. Nada melhor do que parafrasear o saudoso camarada Nicolau Lobato: «Vai sendo já lugar comum dizer-se que as lutas dos povos pela sua libertação não são fenómenos isolados, pelo contrário estão interligados, dependentes. Ora o processo desencadeado em Portugal desde o 25 de Abril de 1974, é um exemplo eloquente e palpitante deste fenómeno universal — a solidariedade da luta de todos os povos. O 25 de Abril é consequência directa não só da luta denodada do povo português contra o fascismo mas também, e fundamentalmente, o resultado em que necessariamente desembocou a ofensiva heróica dos Movimentos de Libertação das ex-colónias portuguesas da África contra o colonialismo português. Ora o processo em Timor não é mais do que a consequência visível e imediata da luta vitoriosa das ex-colónias portuguesas da África bem como da revolução do 25 de Abril.»(!)

O 25 de Abril é para o povo maubere a eloquente demonstração do fenómeno de interligação do processo de luta de libertação dos povos. O colapso do sistema

* Membro do Comité Central da FRETILIN

colonial-fascista português produziu efeitos imediatos no conjunto da administração portuguesa de Timor. O aparelho repressivo-administrativo (PIDE/DGS, o Quadro Administrativo, etc.) sofreu de imediato os embates da ruptura, a perda de orientação política, a insegurança sobre a sua permanência ou sobrevivência, etc... E esta sensação generalizada mais era agravada pela intensidade do processo revolucionário ocorrido em Portugal. O que hoje parece ser um dado adquirido, era em 1974-75, um imenso pomo de discórdia. A proclamação do Direito à Independência de Timor-Leste feita pela ASDT em 20 de Maio de 1974 e mais tarde ratificada na fundação da FRETILIN, em 11 de Setembro de 1974, constitui a opção mais avançada porque sintetizou todo um conjunto de manifestações políticas e culturais em torno de um sentir e um querer tantas vezes expressos e registados historicamente pelo povo de Timor-Leste e que, naquele período, em virtude da própria dinâmica do sistema colonial em decadência, pôde ser legalmente manifestada no interior da formação social timorense cujas estruturas económicas, políticas e ideológicas eram nitidamente coloniais. Só assim se entende a acesa luta interna então ocorrida entre os representantes dos interesses coloniais (UDT) e neocoloniais (APODETI) por um lado, e por outro, os interesses gerais e estratégicos do povo Maubere.

O povo de Timor Leste quando reconstitui hoje os principais acontecimentos destes últimos oito anos, reconhece que grandes mutações se operaram no seu recente processo histórico. E se é verdade que o impulso à sua luta foi dado pelo combate vitorioso dos seus irmãos de África e de Portugal, a sua inserção numa grande zona geo-estratégica desfavorável veio conferir-lhe, como iremos demonstrar, o papel histórico iniludível de agente acelerador de transformações revolucionárias no Sudeste Asiático. Simultaneamente, a experiência revolucionária do povo Maubere destes anos permite-nos a elaboração de novas sínteses e novas contribuições de inesgotável valor para o enriquecimento da teoria revolucionária da Luta de Libertação dos povos.

EUA: a estratégia pós-Vietname

Estes dois aspectos constituem o tema fundamental deste trabalho. Antes, porém, julgamos de todo imprescindível abordar a mesma problemática numa óptica inversa: o impacto da situação internacional e, em particular, da situação prevalecente no Sudeste Asiático, sobre o processo de Libertação Maubere.

Efectivamente, o despertar político de Timor-Leste teve lugar na agonia de morte do imperialismo no Vietname, Kampuchea e Laos cujos povos se libertaram em Abril de 1975, um ano após a queda do colonial-fascismo em Portugal. A derrota humilhante do imperialismo norte-americano na Indochina serviu de ponto de partida para a adopção de uma nova política intervencionista. Assim, os EUA patrocinaram os regimes lacaios como «pontas de lança» capazes de intervir noutras zonas do mundo, já que se lhes tornara politicamente impossível enviar fuzileiros navais e B-52 como até então para

missões de agressão externa. Na Ásia Ocidental e no Médio Oriente havia o Irão (do xá) e Israel. No Sudeste Asiático a escolha lógica para cipaio tinha caído sobre a Indonésia de Suharto. É necessário, por isso, tornar claro novamente que a invasão de Timor Leste pela Indonésia foi um acto de agressão inspirado e apoiado totalmente pelo imperialismo norte-americano que adoptou a estratégia pós-Vietname, de usar os seus fantoches para esmagar os movimentos de libertação.

Colocado perante a existência de um anel hostil a bloquear o desenvolvimento do seu processo de libertação, anel constituído pelo grupo de países de ASEAN encabeçado pela Indonésia, e pelo governo australiano de Whitlam, o povo de Timor-Leste acalentava a esperança de poder de algum modo beneficiar da situação internacional decorrente da ruptura da extensa cadeia do sistema colonial português bem como da nova correlação de forças desenhada no Sudeste Asiático com a vitória dos povos da Indochina na luta contra o imperialismo norte-americano. Na verdade, esta situação era, em termos globais, favorável ao desenvolvimento da luta de libertação do povo maubere. Mas, na prática, se, por um lado, lhe foi possível beneficiar do colapso do colonial-fascismo português — a nova situação criada com o 25 de Abril e o apoio à FRETILIN dado pelos povos e partidos irmãos dos novos Estados Africanos — por outro, o mesmo não aconteceu em relação à situação criada na área em que se insere com referimos atrás. Além disso, a unidade do campo anti-imperialista patenteada na solidariedade para com a luta do povo vietnamita cedo se desvaneceu, tornando os países do Sudeste Asiático cenário de contradições ainda hoje existentes e de cuja agudização somente vieram a beneficiar os ditadores do Sudeste Asiático — Suharto, Marcos, os generais tailandeses, Lee e Onn — que, deste modo, puderam prolongar por mais algum tempo o reinado da repressão das lutas emancipacionistas dos povos.

Inserido numa área onde vários tipos de contradições se manifestavam, o povo de Timor Leste pouco a pouco despertou para a dura realidade do isolamento físico da sua luta. Esta situação teria sido ultrapassada se, na verdade, dois outros factores tivessem actuado de forma diferente. Em primeiro lugar, os governos portugueses saídos do 25 de Abril fracassaram completamente em contribuir para a condução de uma forma correcta e justa do processo de descolonização de Timor. O povo de Timor Leste foi sucessivamente relegado para um plano secundário, em todo o complexo período de descolonização e abandonado à sua própria sorte mesmo por governos colocados mais à esquerda, para os quais, por isso mesmo, o pretexto do super-envolvimento em África e em Portugal jamais poderá servir de desculpa.

Em segundo lugar, o movimento democrático e anti-fascista na Indonésia estava longe de constituir uma força com peso e importância significativas no equilíbrio interno da Indonésia. Assim, não só pôde evitar a consumação por parte de Suharto da invasão de Timor Leste, dentro da nova estratégia imperialista do post-Vietname, como também não promoveu, em 1975, acções palpáveis, que pudessem ser enquadradas no conjunto das

lutas dos povos maubere e indonésio contra o colonial-fascismo de Shuarto.

«Indonésia, com uma população de 140 milhões de pessoas, é a quinta maior nação do mundo. Tem a maior população islâmica do mundo, é um membro moderado do Movimento Não-Alinhado, é um importante produtor de petróleo — que joga um papel moderado dentro da OPEP — e ocupa uma posição estratégica ao estar escarranchada sobre as rotas marítimas entre os Oceanos Pacífico e Índico...»

Desempenhou um papel central no apoio à Tailândia face às acções desestabilizadoras do Vietname na Indochina... Indonésia, é, na verdade, importante na protecção dos aliados dos EUA na região, especialmente, o Japão e a Austrália».

Richard Holbrooke - secretário de Estado Assistente Norte-Americano
10 de Junho de 1980.

Com a 2.^a Guerra Mundial e o colapso do império colonial holandês nas Ilhas Orientais, foram criadas as condições históricas que permitiram aos nacionalistas e revolucionários indonésios proclamar a independência da Indonésia em 1945. Após 4 anos de luta armada contra os holandeses e, curiosamente, com o apoio dos EUA e de várias nações, a Holanda foi obrigada a reconhecer, em 1949, a independência da Indonésia.

Este facto que pode induzir qualquer observador menos atento a crer num certo anticolonialismo dos EUA do pós guerra é imediatamente desmentido pelo seu apoio político, económico à França num período crucial em que esta levava a cabo uma difícil guerra pela reconquista das suas colónias da Indochina. De facto, enquanto que os EUA defendiam a independência da Indonésia, por outro lado estavam seriamente comprometidos em impedir o acesso à independência do Vietname, Laos e Camboja.

Na verdade, o apoio americano à França entre 1946 e 1954 não estava desligado da Indonésia. Assim, Eisenhower ao defender em 1953 o apoio militar norte-americano à França num total de 400 milhões de dólares argumentava que na contingência de vir a perder o Vietname e a Malásia «Como é que o mundo livre poderia manter o rico império da Indonésia?» Continuava ele a afirmar que apoio financeiro às guerras que a França movia contra os povos de Indochina era «a via mais barata... de obter certas coisas de que necessitamos das riquezas do território da Indonésia.» (2)

Henry Cabot Lodge, senador norte-americano e representante junto das Nações Unidas, afirmava num seu discurso em 1965 perante o Senado que «aquele império no Sudeste Asiático é a última maior área de recursos naturais fora do controle de qualquer grande potência do globo.» A grande revista norte-americana de negócios «US News and World Report» escreveu, em 1954, a propósito de Indonésia:

«Uma das áreas mais ricas do mundo está aberta para o vencedor na Indochina. Isto é o que está por detrás da crescente preocupação dos EUA... a borracha, arroz, as matérias-primas estratégicas são tudo o que está por detrás da guerra. Os EUA vêem-no como um lugar para

ser conservado a todo o custo.» (3)

Assim, os estrategos norte-americanos prosseguiram, em relação à Indonésia, várias atitudes políticas assim escalonadas. Primeiramente, apoiaram a independência da Indonésia num gesto preventivo de a não alienarem e assim poderem mantê-la numa situação em que pudessem exercer alguma influência. Depois, ao mesmo tempo que apoiavam os franceses na década de 50 na Indochina, os EUA levaram a cabo um programa de apoio militar e de treino de oficiais indonésios.

Vejamos o que disse Paul Waruke, funcionário do Pentágono, em 1968, a propósito da referida ajuda:

«O objectivo que nos levou a mantê-la não foi apoiar um dado regime. Na verdade, opunhamo-nos cada vez mais ao regime então existente. Ela preservou uma ligação com os militares do país, os quais com efeito, se tornaram os elementos mais decisivos para o derrube daquele regime.» (4)

Apreciação idêntica foi feita em 3 de Março de 1976 pelo Congressista Broomfield:

«Eu penso que uma das melhores áreas para onde devemos olhar é provavelmente a Indonésia de há poucos anos com Sukarno. Através do nosso programa de treino, formámos militares que foram capazes de tomar a Indonésia e que se tornaram amigos dos Estados Unidos. Eu penso que eles fizeram um bom trabalho. Eu penso que este programa criou boas relações entre os Estados Unidos e os militares que nós treinamos.» (5)

Entre 1950 e 1965, os Estados Unidos treinaram 1200 oficiais indonésios incluindo oficiais superiores, mais de 500 membros do corpo de polícia indonésia e participaram no treino 62 000 do total nacional de 110 000 polícias indonésios. Foram estes oficiais treinados pelos EUA que desempenharam um papel preponderante no banho de sangue de 1965 durante o qual centenas de milhares de indonésios foram massacrados e todas as organizações democráticas foram objecto de feroz repressão, perseguição e destruição.

Efectivos das tropas especiais indonésias (javanesas) estacionadas em Timor-Leste





Suharto, o general-presidente indonésio: um regime que tem por alicerces o nepotismo, a corrupção e a repressão

Com a «nova ordem» imposta pelo general Suharto, os EUA intensificaram a sua ajuda económica em mais de 1,5 mil milhões de dólares norte-americanos e mais de 143 milhões em ajuda militar, no período de 1967 a 1975. A declaração do Brigadeiro-General T. C. Pinkney ao Comité do Congresso norte-americano em 21 de Fevereiro de 1980 ilustra bem a sanha imperialista em manter sob rígido controlo tamanha presa qual galinha de ovos de ouro. Assim, ao ser questionado sobre se haveria alguma ameaça real para a segurança da Indonésia a partir do exterior, ele respondeu:

«Eles (os indonésios) vêem uma ameaça potencial no Vietname. Eles vêem uma ameaça potencial na China. Eles vêem um potencial apelo do seu parceiro da ASEAN, Tailândia, para ajuda se a situação aí se desenvolver em vários sentidos.» (6) Este é pois o papel de polícia regional conferido à Indonésia pelos altos círculos militares norte-americanos.

A visita de Ali Murtopo, o chefe dos serviços secretos indonésios, a Washington em Outubro de 1975 teve por finalidade preparar e obter o apoio indispensável na «operasi Komodo», — nome de código da operação de conquista de Timor-Leste pela Indonésia. Em 6 de Dezembro de 1975, poucas horas antes de os primeiros marines e paraquedistas indonésios terem desembarcado em Dili, o presidente Ford brindou com Suharto, em Jakarta, pela excelência das relações entre Jakarta e os EUA. Pouco depois da invasão de Dili, Kissinger que tinha acabado de aterrar em Honolulu proveniente de Jakarta tinha dito aos jornalistas que os «EUA compreendem a posição da Indonésia.» (7)

O crescente movimento oposicionista à «Nova Ordem» de Suharto

«Indonésia é uma nação com mais de 13 000 ilhas. Hoje, somente 12% do território é cultivado. 58% dos 135,2 milhões que constituem a população da Indonésia tem menos de 21 anos de idade. Há cinco médicos para 100.000 pessoas e a esperança de vida é de 48 anos. 62% da população trabalha na agricultura, 11% no comércio e 8% nas indústrias mineiras e manufactureiras. A Indonésia não exporta nenhum produto manufacturado, e sob o regime de Suharto, transformou-se no primeiro importador mundial de arroz.»

Far Eastern Economic Review Asia Yearbook 1978.

Os grandes *mass média* ocidentais têm feito eco nos últimos tempos de «milagres económicos» conseguidos na Indonésia de Suharto. Concomitantemente, os mesmos têm vindo a moldar uma imagem de estabilidade, progresso e desenvolvimento à sombra do ORDE BARU (Nova Ordem) de Suharto, a ponto de frequentemente se ter pensado que, actualmente, na Indonésia não existem contradições sociais e políticas de envergadura.

Infelizmente, para esta visão largamente promovida no Ocidente contribuíram académicos e especialistas sobre a Indonésia que têm vindo a defender o ponto de vista de que o movimento oposicionista a Suharto actualmente em crescimento na Indonésia não passa da manipulação por parte de facções rivais da oligarquia dominante, do movimento de oposição estudantil ou, do descontentamento popular generalizado.

Não há dúvida de que o presente regime de «Nova Ordem» ganha imenso em que esta imagem se projecte tanto no exterior como no interior da Indonésia, para o que continua a estar empenhado em suprimir todas as tendências do movimento reorganizador de oposição destruída desde 1965 quer servindo-se de repressão imediata e directa (detenções e prisões), quer através de métodos de neutralização frequentemente utilizados pelos serviços organizados de sabotagem assim que acções e protestos das massas ameaçam ganhar novas formas e conteúdos políticos abaladoras dos fundamentos do *status quo*.

Mas que se passa efectivamente na Indonésia de hoje? Remontemos ao ano de 1978. Neste ano, um importante documento foi publicado pelo Conselho Estudantil do Instituto de Tecnologia da Universidade de Bandung. Apesar de originado num sector estudantil, *Buku Putih* — Livro Branco, encarnou os sentimentos do movimento estudantil no seu conjunto. Em 12 anos de ditadura militar, aquele movimento de contestação estudantil, pela primeira vez, declarou não querer Suharto como presidente da Indonésia, e pôs em causa sistematicamente toda uma política inspirada e orientada no sentido do Ocidente. Pelo conjunto das suas reivindicações, o movimento de 1978 marca um salto qualitativo importante quando comparado com as grandes movimentações estudantis anteriores dirigidas contra a corrupção e ca-

racterizadas por um tom moralístico e quase apolítico (1971) e de apologia de um certo nacionalismo económico (1974). Em linhas gerais, o Livro Branco de 1978 reivindicava os seguintes pontos:

— Apelo à demissão do Presidente Suharto e crítica à «cultura de corrupção» que a família do Presidente bem como os altos funcionários do Estado irradiavam.

— Crítica aos tecnocratas que usavam terminologias vagas para «medir» o desenvolvimento. Usando os conceitos do Produto Nacional ou do rendimento *per capita*, taxa de inflação, etc. os políticos afirmam que «somente 3 de entre 10 indonésios vivem abaixo da linha de pobreza. Este número revela um «Progresso» assustador se se tiver em conta que o rendimento anual *per capita* superior a 75 dólares já se considera acima da linha de pobreza!!!

— Denúncia da política de créditos que longe de beneficiar os indonésios somente favorece as empresas estrangeiras.

— Denúncia da asfixia da agricultura e do nível de vida dos camponeses.

— Crítica ao processo eleitoral indonésio e à falta de representatividade dos partidos políticos hoje existentes que «somente representam 20% da população.»

— Apelo à participação e controlo popular.

Em resumo, torna-se bastante evidente o facto de que apesar do *Buku Putih* trazer novas reivindicações quando comparadas com os movimentos estudantis anteriores, o documento bem como o próprio movimento estudantil não apresentam alternativas. Continua assim o próprio movimento estudantil a não pôr em causa o poder central dos militares que são, em última instância, os responsáveis pela deterioração da situação que tão eloquentemente expõe. Continua o movimento a caracterizar-se por um forte substrato anticomunista muito embora tal possa ser rapidamente debelado se atentarmos para o facto de que a intensidade da repressão militar poderá ser mesmo um outro factor para outros saltos qualitativos. No fundamental, os traços populistas que *Buku Putih* manifesta em passagens como «os ricos oprimem os pobres», etc. bem como a repressão governamental, são, já em si mesmas, os primeiros ingredientes para a constituição de um Programa Político positivo a surgir num futuro próximo capaz de unir os camponeses e os operários que constituem efectivamente a grande maioria da população indonésia.

Chegado até este ponto pode ser que o leitor se interrogue não do porquê desta oposição estudantil mas sim porque levou tanto tempo a constituir-se e quanto tempo será ainda necessário para o surgimento de um movimento oposicionista consequente ou um movimento democrático bem organizado.

A repressão dos camponeses

Recuemos até 1965 e estudemos os efeitos do golpe do Suharto e a coligação que o levou ao poder. Efectivamente, não há dúvida em afirmar que a histeria contra as forças de esquerda resultou no esmagamento de centenas de milhares de indonésios, na destruição de organizações

e partidos democráticos como o PNI (*Partai Nasionalis Indonésia*) de Suharto, o PKI (*Partai Komunis Indonésia*) o PSI (*Partai Socialis Indonésia*). Não há dúvida também em afirmar que o movimento oposicionista à Nova Ordem de Suharto surgiu logo no primeiro momento de instauração deste. Contudo, o recurso à resistência armada ao golpe de Suharto liderada pelo PKI foi novamente aniquilado em vários pontos de Java (Java Oriental, 1968) mantendo-se quase ao nível de focos guerrilheiros em Bornéu até inícios da década de 70, altura em que passou a adoptar novas formas de resistência como resultado de intensas campanhas militares conjuntas realizadas pelas forças de Suharto e tropas da Malásia (Kalimantan Norte).

Em todo este período, os camponeses pobres da Indonésia foram uma das classes mais duramente atingidas não só pelo facto de a resistência armada se ter instalado no seu seio como também foram um dos primeiros alvos de Suharto já que a reforma agrária lançada por Sukarno e amplamente apoiada pela coligação de esquerda que controlava o Estado tinha abalado fortemente as estruturas feudais dominantes do mundo rural. Esta é uma das razões para uma certa resignação e medo sentidas até há bem pouco tempo pelos camponeses da Indonésia, que os impediram de exigir por exemplo, o cumprimento de tabelas de renda de terra estipuladas por leis. Quando a lei contempla com 70% e 30% o produto da colheita de uma determinada terra a favor, respectivamente, do rendeiro e do senhor, muitas vezes, verifica-se exatamente o contrário! Com a memória dos massacres de 1965-66 que ocorreram grandemente nas aldeias e no mundo rural e que há poucos anos, apesar de tudo eram ainda bem recordados, poucos camponeses pobres têm tido coragem em se organizar e defender os seus direitos. Esta é uma das razões para o despertar relativamente recente do movimento camponês que conseguiu, senão na totalidade, pelo menos em grande parte, extirpar do seu seio o receio de as suas reivindicações virem a ser rotuladas pelo regime, de inseridas no Movimento Comunista.

A agitação na comunidade islâmica

É que ao longo de reinado do Suharto muitos dos apoiantes que constituíam a imensa coligação anti-Sukarno, foram ficando pelo caminho.

De entre esta grande aliança de oficiais de Forças Armadas, homens de negócios, donos de terras, líderes de partidos de direita, dirigentes muçulmanos conservadores e intelectuais liberais, estes últimos foram de facto os primeiros a se terem dissociado de Suharto.

Erguendo-se contra a corrupção, desenvolveu-se na Indonésia entre 1970-72, o movimento de «Força Moral» contra o novo estilo de vida dominado pela corrupção nas altas esferas do poder de Estado, contra as eleições anti-democráticas de 1971, em que Suharto instituiu o seu sistema parlamentar como via de «legitimar» eleitoralmente o seu próprio poder e controlar o órgão legislativo.

As Forças Armadas, devido à sua «neutralidade» na

política, ficaram reservados 100 lugares fixos no Parlamento. Assegurado o poder das forças armadas, apesar de tudo, o governo necessitava do seu próprio partido já que temia a real possibilidade de os partidos tradicionais, profundamente enraizados na sociedade indonésia, poderem ganhar adeptos e, assim, manterem uma certa independência ou constituírem-se num contra-poder à figura de Suharto.

Foi assim que se criou o *golkar*, contracção de nomes indonésios que significam grupos funcionais, de que faziam parte todos os incondicionais apoiantes de Suharto (personalidades políticas, intelectuais, e figuras «independentes», etc.). Para surpresa de muitos observadores, Suharto criou mais outros dois partidos: PPP (Partido Unido para o Desenvolvimento) formado por representantes vários de antigos partidos islâmicos que tinham sido desmantelados, e o PDI (Partido Indonésio para a Democracia) erguido sobre os restos dos Partidos Nacionalistas, Protestantes e Católico.

É precisamente contra toda esta burla e charlatanice que se ergueram os primeiros críticos do «movimento de força moral» liderados por figuras como Budiman e Rendra sobre os quais, além de outros, recaíram a repressão, a prisão e o exílio.

Em meados de 1973, desenvolve-se uma nova onda de agitação gerada no seio da comunidade islâmica onde surgem novos críticos que começam a pôr em causa o encerramento e a falência das pequenas indústrias e fábricas como consequência da entrada de companhias estrangeiras mais eficientes e bem equipadas.

Pequenos grupos de juventude nacionalista começam a debater questões como a dominação económica estrangeira, e nas universidades, inicia-se uma certa crítica sistemática ao pensamento oficial do Estado dominado pelos tecnocratas da «Nova Ordem», vulgarmente conhecidos na Indonésia pela «Mafia Berkley», instalados nos Ministérios das Finanças e do Plano. Seguindo a linha da sua formação e dos desejos e ordem do FMI e do IGGI (*Intergovernmental Group for Indonésia*) aqueles tecnocratas traçaram a política económica nacional para reduzir a inflação e encorajar o investimento privado tanto interno como estrangeiro. É claro que eles não reduziram, como não puderam reduzir, a perícia dos generais indonésios em desviar para seu próprio proveito os recursos naturais.

Assim, generalizou-se a situação de as empresas estatais pouco a pouco perderem os lugares chaves da economia nacional por erros de má gestão e prática de corrupção-manipulação de créditos, etc., a favor de empresas estrangeiras, excepto algumas poucas que praticamente foram sendo consideradas feudos dos principais apoiantes de Suharto nas Forças Armadas.

Toda esta situação levou ao aparecimento da «Petição de Outubro» de 1973 assinada pelo Conselho Estudantil da Universidade da Indonésia (Jakarta) previamente antecedido de manifestações em Jojakarta, Bandung e Jakarta. Este documento que reflete já considerações sobre estratégias de desenvolvimento, nomeadamente a necessidade de desenvolver indústrias de trabalho intensivo como forma de resolver o problema de

expansão do desemprego na Indonésia e o problema do controlo de investimentos estrangeiros e a industrialização do país, corresponde também às exigências feitas por jornais cristãos e islâmicos. Contudo, continua ainda a não se sentir qualquer articulação entre a formulação destas exigências e o descontentamento da classe operária e do campesinato cuja existência se torna cada vez mais ameaçada. Cerca de 3 meses depois, aquando da visita do primeiro-ministro japonês, em Janeiro de 1974, os confrontos vêm à rua, onde os operários e outros trabalhadores se juntam aos estudantes numa clara manifestação anti-japonesa.

É impressionante notar como o movimento oposicionista face à repressão e à sua própria luta contra a corrupção, considerada já como uma doença estrutural, foi aperfeiçoando a sua própria análise. Pouco a Pouco, no mundo rural, em 1975, os camponeses organizam-se contra a poluição das águas que irrigam os seus arrozais, causada pelas fábricas. Pescadores de Java Oriental erguem-se e organizam-se contra a pesca industrial e os barcos motorizados de companhias japonesas. Até 1977, Rendra bem como outros companheiros do mesmo movimento ensaiam novas obras bem como composições teatrais onde surjem já insinuações, ainda que tímidas, à necessidade de organização, de ideologia para liderar o movimento até alcançar os seus objectivos. Adnang Buyung Nasution e seu grupo do LBH, associação de juristas indonésios para defender os direitos dos trabalhadores, expande o seu raio de acção por várias províncias da Indonésia.

É a partir de 1978 que Suharto começa a sentir os primeiros estremecimentos no último reduto de apoio que são as forças armadas, o movimento oposicionista avança um pouco mais. O movimento estudantil actuando já dentro de uma estratégia de fraccionar e dividir a hierarquia militar lança-se abertamente no apoio ao general Sadikin, governador de Jakarta até 1978, figura altamente popular entre os Jakartianos.

Estudos e publicações mais elaboradas surgem como pontos de partida para reflexão. De entre os mais importantes podemos citar: «Retrato de Desenvolvimento» de Rendra; «Dependência e Atraso» de Adi Sasono; «Garra cinzentas sobre a Indonésia», relatório do ano de 1980, de LBH; «Sistema Económico do Panca Sila, Capitalismo e Socialismo» de Budiman.

Como dizíamos atrás, a inexistência de um programa político continua a ser o problema fundamental que o movimento oposicionista indonésio tem de enfrentar. É claro que tal não pode ser surpresa para ninguém. Não é fácil fazer surgir de uma formação social dominada por *gangsters* militares e altamente afectada pelos horrores de 1965, que vitimaram e destruíram toda a esquerda organizada, um programa de unidade democrática já que este tem de emergir da própria experiência política de luta.

A erosão do bloco de apoio a Suharto, como resultado da luta e militância dos sectores oposicionistas e das próprias contradições inerentes ao regime da «Ordem Nova», é mensageira de que se aproximam para breve transformações na Indonésia. Em que sentido e direc-



Em 1983 a questão maubere estará frequentemente na agenda de trabalho das Nações Unidas

ção? Cremos que, tendo em conta as tendências actuais desenhadas na formação social indonésia, é de esperar uma liberalização do regime.

O papel da Resistência Maubere

Chegados até aqui, bem poderemos hoje entender este «azar» histórico da luta do povo de Timor-Leste, que não pôde contar com o apoio necessário das forças anti-Suharto, em 1975, elas mesmas muito débeis nas suas reivindicações embora altamente militantes como se viu em Janeiro de 1974. Com excepção da resistência indonésia organizada fora do país que, desde logo, iniciou acções de solidariedade com a FRETILIN e o povo maubere, na Indonésia pouco ou nada se sabia sobre Timor-Leste. Suharto conseguiu ocultar a invasão de Timor-Leste aos olhos dos cidadãos indonésios, excepto a partir do momento em que o caso se transformou num certo «segredo público» com o conhecimento que pouco a pouco as pessoas foram tendo das mortes de seus familiares, amigos e conhecidos, servindo o exército indonésio em Timor-Leste.

Mas há também dois aspectos que impediram um certo esclarecimento da realidade da luta maubere, na Indonésia, nos primórdios da invasão. Em primeiro lugar, como se tornou patente na análise anterior, o sector das forças armadas bem como outros sectores que consti-

tuíam a plataforma de aliança em torno de Suharto continuava extremamente coeso. Donde, por maior vontade que houvesse, ninguém se atreveria a pôr em causa o exército ou os militares já que as principais linhas de clivagem do regime se situavam na corrupção e no nepotismo. Em segundo lugar, o slogan anticomunista que ganhou inúmeros adeptos na Indonésia foi usado oficialmente por Suharto para justificar a sua incursão em Timor Leste «contra os comunistas da FRETILIN».

É claro que, com o tempo, desde 1975 até hoje, não só o próprio movimento oposicionista a Suharto se foi temperando e discute abertamente em jornais e revistas publicadas na Indonésia, como *Prisma*, além dos ensaios e estudos já referidos, questões relacionadas com a estratégia de desenvolvimento socialista, etc., como também o próprio exército indonésio se foi corroendo neste seu esforço de debelar a guerrilha maubere de efeito larvar sobre a hierarquia intermédia do TNI (Forças Armadas Indonésias).

Simultaneamente, chegam ao movimento oposicionista indonésio ecos de heroísmo, dedicação e combatividade dos combatentes mauberes; textos políticos e documentação de luta político-ideológica que a Revolução Maubere tem produzido até hoje percorrem as ilhas indonésias. A resistência do povo maubere à ocupação indonésia chega a ser comparada nos círculos do movimento oposicionista à luta do povo indonésio contra o

colonialismo holandês dos anos de 1945-1949. O autor destas linhas já teve a oportunidade de confraternizar demoradas horas com destacados dirigentes actuais do movimento oposicionista indonésio, os quais, inequivocamente, expressaram a sua admiração e empenho em contribuir também com a sua luta para o sucesso da Revolução em Timor-Leste.

A Resistência Maubere está a fazer sentir os seus efeitos na Indonésia. A sobrevivência de uma luta difícil em condições difíceis — meia ilha, realidade geopolítica inóspita — é de facto, um tema de profunda reflexão e enquadramento na prática das lutas libertadoras como a que tem lugar hoje nas Filipinas e que, seguramente, também se desenrolará na Indonésia.

Em resumo: o que pareceu ser uma situação altamente favorável transformou-se numa ilusão. O povo de Timor-Leste teve de lutar com os seus próprios recursos e com uma solidariedade grandemente limitada em todas as frentes. No essencial, as decepções encontradas a nível internacional não são da responsabilidade da FRETILIN. Não há dúvida que o fracasso em materializar o apoio pelo qual sempre se esperou, numa situação aparentemente favorável, foi pelo menos, na fase inicial um revés para o povo maubere. Mas foi um revés que se ultrapassou, e muito cedo a direcção política da FRETILIN adoptou uma política de contar com as próprias forças. Frequentemente, este princípio é proclamado pelos movimentos de libertação, e, na verdade, em todos estes casos há um fundo de verdade: jamais nação alguma ganhou a sua liberdade somente através do apoio externo e não através das suas próprias forças. Mas nunca — que eu saiba — um povo aplicou tão estritamente o princípio de contar com as próprias forças como o povo de Timor-Leste. Com certeza que o seu admirável sucesso nos últimos sete anos e o seu sucesso contínuo apesar de todas as dificuldades, trar-lhe-á possibilidades de, num futuro próximo, não ter de contar unicamente com as suas próprias forças... □



Não obstante o seu isolamento e falta de meios, os religiosos têm tido uma acção meritória na ajuda às populações

- (1) FRETILIN «é a liberdade do povo em marcha», Nicolau Lobato, Lisboa, 1979
- (2) Citado por prof. Richard Frank, in «East Timor, Indonésia and the West» — Congresso Internacional sobre Timor-Leste em Amsterdão, 1979
- (3) «News and World Report», 4 de Abril 1954
- (4) «US House, 1968, Foreign Assistance ACT of 1968, Hearings, House Foreign Affairs Committee, Washington DC US, Government Printing Office, p. 706
- (5) Citado pelo prof. Richard Frank
- (6) Idem
- (7) «Los Angeles Times», 7 de Dezembro 1975 citado por Noam Chomsky e Herman, 1979 em «The Washington Connection and Third World Fascism» Boston, South End Press, p. 156.

Ofensiva da guerrilha

Os guerrilheiros da Fretilin penetraram no fim de Janeiro em cinco vilas de Timor-Leste, na sequência de uma ofensiva contra as forças indonésias.

Um relatório das forças combatentes da Fretilin, indica que cerca de 2500 guerrilheiros estiveram envolvidos na ofensiva, desencadeada em antecipação de

outra que os indonésios estavam a preparar.

Numa alocução a partir de uma emissora clandestina no território, Kai Rala Xanana (Xanana Gusmão), que comanda a ofensiva disse que o «o Mundo saberá um dia reconhecer a necessidade desta nossa acção».

Lore, Turiscaí, Fatu Malic, Betano e Fatu Mea são as

cinco vilas identificadas como tendo sido temporariamente ocupadas por guerrilheiros da Fretilin depois de violentos combates com tropas indonésias.

Também se registaram confrontos com forças indonésias nas imediações das cidades de Aileu, Same, Suai, Viqueque e Los Palos, refere ainda o relatório.

Uma inesperada denúncia

Etevaldo Hipólito



A outra face do genocídio: a fome crônica que ameaça centenas de milhares de pessoas

NA sua tentativa para assumir o controlo total completo de Timor-Leste, o governo do general Suharto tem suportado algumas batalhas inglórias. Um dos seus mais recentes recuos verificou-se no campo da informação, área em que, no que se refere à grande imprensa norte-americana, os indonésios pareciam circular com um certo à vontade. O volume de artigos e noticiários dando o outro lado da história até há pouco intencionalmente ignorado é motivo já de preocupações em Jakarta.

Pressionado para abrir a pequena ilha à imprensa e organizações humanitárias internacionais, o governo do general Suharto, ensaiou uma contra-ofensiva com o objectivo de provar que tudo se encontra em ordem, com a situação totalmente nas suas mãos. Os seus porta-vozes, no entanto, por mais de uma vez deixaram escapar que a versão não é bem esta. O ministro dos Negócios Estrangeiros, Mochtar Kusumaatmadja, em declarações a agências noticiosas internacionais confirmou a contragosto que a maior parte das deslocações

A grande imprensa norte-americana volta a falar da dramática situação do povo maubere. O volume de artigos e noticiário é já motivo de preocupação para o regime de Djakarta.

dentro de Timor-Leste são feitas por meio de helicópteros. Esta informação equivale a confessar o que a FRE-TILIN tantas vezes proclamou: os indonésios controlam somente algumas cidades — neste caso verdadeiras ilhas — não conseguindo implantar-se no terreno.

Agressão esquecida é uma agressão recompensada — escrevia em um dos seus editoriais o jornal *The New York Times* — ao abordar a situação existente em Timor-Leste e os esforços feitos pela ditadura indonésia para ocultá-la. O artigo veio engrossar a corrente surgida na imprensa norte-americana, que não hesita em colocar a questão como um desafio cuja resposta influirá certamente para elevar o padrão de comportamento da opinião pública. De forma às vezes ácida, os parlamentares norte-americanos e a administração Reagan são chamados a desempenhar um papel mais activo e dinâmico na solução de uma crise que já ceifou milhares de vidas e engrossou as levas de refugiados que fogem para outros países.

Nesta linha de censuras, não faltam as comparações com tragédias ocorridas em outras partes do mundo, levadas a cabo por regimes e organizações sem sombras de dúvidas perfeitamente identificadas com o nazi-fascismo. O massacre de palestinos no Líbano, consequência do conluio estabelecido entre Menanhem Begin e o ex-major Haddad, foi com insistência mencionado como paralelo entre um genocídio e outro. De acordo com estas críticas, a política de terror traçada para os acampamentos de refugiados em Beirute varia apenas em questões de detalhes em relação aos massacres sistemáticos de civis mauberes, cujo custo em vidas humanas se eleva a mais de 200 mil mortos.

Num dos seus artigos dedicados ao papel negativo assumido pelas sucessivas administrações dos EUA — Gerald Ford aprovou a invasão de Dezembro de 1975 e Carter esquivou-se a aplicar a sua alardeada política de direitos humanos — Jack Anderson notava que em todos estes anos houve, por parte de Washington, uma política deliberada de «desconhecimento» daquilo que se passava na ex-colónia portuguesa. Bombardeamentos, enfermidades decorrentes da fome generalizada, nada deveria turvar as relações entre os EUA e a Indonésia.

Deixava entrever ainda o analista político que poucas esperanças havia de que Reagan se opusesse ao exter-

mínio metodicamente planificado e colocado em prática pelo general Suharto. Este pessimismo foi expresso ao ter-se conhecido que, possivelmente, Kent Crane iria dirigir a embaixada norte-americana em Jakarta. Crane mantém fortes e estreitos vínculos com os principais círculos que dominam os interesses petrolíferos, financeiros e, em consequência, políticos, da Indonésia.

De forma crua, o «The New York Times» resumia o drama vivido pelos mauberes em poucas palavras: se durante o colonialismo português Timor-Leste dava a aparência de uma favela, com a invasão indonésia transformou-se gradativamente numa imensa prisão cada vez mais despovoada. E uma vez mais se censurava o governo dos Estados Unidos por considerar o anticomunismo de Suharto como motivo suficiente para justificar a cumplicidade.

«The Washington Post», por sua vez, e também em editorial, não deixou de disparar censuras à tolerância de Washington para com os desmandos praticados pela Indonésia. Mesmo levando em consideração argumentos de ordem estratégica, a administração Reagan não se pode ilibar ao permitir o prosseguimento de uma política perfeitamente descrita como de invasão, ocupação e genocídio. Em resumo, aquele prestigiado periódico, reclama uma tomada de posição firme, que deixe claro haver um limite na tolerância manifestada para com os aliados, ainda que os mais próximos.

Através de um artigo onde se aborda as relações entre a Indonésia e os Estados Unidos, o «The Christian Science Monitor» viria fornecer importantes informações sobre a situação existente na pequena ilha asiática, desta forma ampliando o arsenal de críticas contra o regime de Suharto. Uma delas diz respeito à utilização de armas norte-americanas na invasão de 1975, numa aparente violação a um acordo estabelecido entre Washington e Jakarta. A conclusão que se retira do texto é que tal situação ainda persiste.

A publicação nota que, não obstante a opinião compartilhada por alguns membros do Departamento de Estado sobre hipotéticos esforços feitos para desenvolver Timor-Leste, a verdade é que a Imprensa internacional insiste em divulgar dados que atestam exactamente o contrário. O quadro idílico pintado pelos indonésios — os mauberes saudando a anexação do seu país e colaborando activamente com o «libertador» — é desmentido pela constatação de que o agressor somente trouxe a fome, a violação dos direitos humanos e que, em consequência, a resistência armada continua.

Ao recusar tornar-se apenas «nota de pé de página» de qualquer publicação, o povo maubere, através da sua luta, tomou de assalto os espaços mais importantes da grande Imprensa norte-americana. Demonstrou que as manobras desenvolvidas a todos os níveis, tanto pela administração norte-americana como pelo regime de Suharto, nada puderam contra uma luta que ultrapassa o simplesmente reivindicativo e muito menos se esgota no terreno meramente militar. Esta é uma maneira de reconhecer, ainda que muitas vezes sem mencionar, o peso da FRETILIN em todo um processo de resistência paciente e generosamente travado. □

I. A. N. I.

INSTRUMENTAÇÃO, AUTOMAÇÃO
NAVAL E INDUSTRIAL, LDA

Electricidade Instrumentação Hidráulica Automação Naval e Industrial



Reparação naval e industrial

- Electricidade alta/baixa tensão
- Electrónica
- Pneumática e electro-pneumática
- Hidráulica e electro-hidráulica
- Reparação e rebobinagem em motores eléctricos incluindo geradores

Montagem naval e industrial

- Em todos os sectores de automação e electricidade

Controlo técnico de montagem e reparação

Av. 25 de Abril, 9-1.º Dt.º

Paivas — 2840 Seixal — Portugal

Telex 43702 I.A.N.I.-P Tel. 221723/30

ÁSIA

Índia

A tragédia de Assam

O estado de Assam assistiu em Fevereiro, aos mais graves confrontos verificados no país desde 1947, ano do nascimento do Paquistão. Cerca de três mil mortos, era o balanço das vítimas no princípio de Março, depois dos incidentes que tiveram por origem conflitos étnicos, religiosos, linguísticos e económicos.

Narinder Koshla

A violência na Índia encontra-se, a diversos níveis, intrinsecamente ligada a conflitos étnicos, religiosos e linguísticos, que eclodem invariavelmente durante os processos eleitorais para designação dos governos regionais. No entanto, os confrontos que nos finais de Fevereiro tiveram lugar no atormentado estado de Assam, contam-se entre os mais graves desde a partilha da Índia que, em 1947 originou o nascimento do Paquistão custando centenas de milhares de mortos entre hindus e muçulmanos.

A farsca que incendiou Assam consistiu na oposição dos nacionalistas do estado à realização de eleições para renovar a assembleia local. Os nacionalistas, cuja vanguarda é o movimento estudantil, negam o direito de voto aos «imigrantes», ou seja, dos residentes provenientes de outras regiões, aludindo, em primeiro lugar, aos bengalis de quem os separa a religião (os assamitas professam o hinduísmo e os bengalis o islamismo), o idioma e o facto de os chegados de fora terem uma posição económica relativamente superior. A origem desta rivalidade encontra-se no colonialismo britânico e na sua insidiosa tática de «dividir para reinar», manipulando a seu bel-prazer as divisões étnicas e fronteiriças.

Pouco depois da conquista do

reino de Assam, povoado então por indiano-aros e tibeto-birmanos, os britânicos deslocaram grandes massas de bengalis para os destinar ou à administração pública ou, na sua maior parte, às plantações de chá.

Os primeiros protestos dos assamitas contra esta manobra imperialista remontam a 1853. Simultaneamente, os bengalis fizeram-se donos de extensas zonas agrárias, substituindo os antigos proprietários. A

situação agravou-se com a guerra de Bangladesh que em 1971 deu origem à independência da referida nação, mas que arrastou para Assam muitos milhares de bengalis ocidentais. O êxodo de habitantes do superpovoado Bangladesh para o estado indiano continuou em anos recentes dando origem a protestos contra os «imigrantes ilegais», como são chamados os que chegaram no último período.

Indira Gandhi, a primeira-ministra indiana: o seu partido tem tido altos e baixos eleitorais



Impedir o poder político aos bengalis

Neste contexto, o movimento nacionalista exigia que antes de se realizarem as eleições fossem expulsos ou pelo menos excluídos dos cadernos eleitorais entre 3 a 4 milhões de indivíduos, com receio de que os bengalis aumentassem o seu poder político nos organismos estaduais.

Durante as negociações prévias, o governo central chegou a aceitar o cancelamento de um milhão de votantes. No entanto, as negociações fracassaram e as eleições tornaram-se dificilmente evitáveis.

A violência era, portanto, previsível e isso deu lugar a críticas duríssimas por parte da oposição, contra a decisão do governo da primeira-ministra Indira Gandhi de não adiar as eleições. Por seu turno, Indira replicou que o governo não poderia manter o estado debaixo de tutela, sem modificar a constituição na qual se impede a oposição, não lhe restando, portanto, outra alternativa senão a de fazer respeitar as normas constitucionais.

Presume-se que estivesse fora das

previsões o nível de violência alcançado nos confrontos, podendo dizer-se que em Assam estalou uma guerra civil que apenas foi travada pela intervenção maciça das forças armadas e policiais.

Os números oficiais sobre os mortos não eram ainda conhecidos no início de Março, mas já se calculavam entre 2500 e 3000. Durante cerca de um mês de violência, que atingia o seu ponto máximo à medida que se aproximava o momento de votar, foram, em diferentes graus, feridas umas 200 mil pessoas entre assamitas, bengalis e napeleses (que constituem a minoria mais pequena). Além disso, os refugiados são inúmeros e, qualquer que seja o total de mortos durante os primeiros confrontos, o índice de vítimas fatais continuará a aumentar devido à insuficiente assistência prestada aos feridos e às precárias condições em que se encontram os refugiados.

Baixo índice de votação

Boicotados pela oposição (com excepção do Partido Comunista) e perturbados pelas lutas, apenas se

apresentaram aos actos eleitorais dez por cento dos votantes. A organização de Indira, o Partido do Congresso I, obteve 87 dos 105 lugares da Assembleia Estadual e, deste modo, conquistou um triunfo discutível, que continuará a alimentar as polémicas e a favorecer as divergências entre o governo e a oposição.

Este é um ano assinalado por diversas eleições estaduais e as já efectuadas deram origem a orientações contraditórias. No dia 6 de Janeiro renovaram-se os parlamentos de três estados — Andra Pradesh, Karnataka e Tripura — e em todos eles o Congresso I saiu derrotado. O surpreendente destes fracassos consistiu no facto de Karnataka e Andra Pradesh serem consideradas praças fortes da primeira ministra, uma vez que durante as eleições gerais de Março de 1977, que assinalaram o desaire e a perda do governo central para o Partido do Congresso I, Indira garantia a maioria em ambos os estados. Após a perda destes três importantes governos estaduais, que somam 52 milhões de habitantes, a oposição apressou-se a prognosticar o ocaso de Indira e do seu partido.

No entanto, um mês depois, em 5 de Fevereiro, ao efectuarem-se eleições em Nova Deli — até então dominada pelo partido de centro-direita Bharatia Janata — o Congresso I obteve uma nítida vitória que lhe entregou o controlo da administração de Nova Deli e do distrito federal da capital. Na realidade é difícil extrair destes casos uma ideia global válida, à escala nacional. É que, precisamente pela influência de factores históricos, étnicos e religiosos, bem como pelas aspirações à autonomia regional que em alguns estados tem carácter nacionalista, nas eleições locais estreitam-se alianças que apenas reflectem as realidades locais e não as opções que se perfilam e se polarizam nas eleições de alcance nacional.

Em todo o caso, este plano de renovação parlamentar terá lugar em finais de 1984 e os contrastes e vitórias de Indira em nada modificarão até lá o seu domínio parlamentar, uma vez que tem mais de dois terços da Lok Sabha, a Câmara Baixa. □

Os imigrantes bengalis e nepaleses: as primeiras vítimas da violência



As feridas ainda abertas

A guerra química desenvolvida pelos norte-americanos durante a guerra no Vietname, danificou decisivamente o sistema ecológico do país

A operação militar «mão rancheira» desenvolvida no Vietname entre 1961 e 1971 pelos Estados Unidos foi, na sua essência, uma guerra química, constituindo a primeira agressão com armas deste tipo num espaço físico de grandes dimensões e por um período de tempo tão longo, na história da humanidade. Esta a conclusão a que chegaram 160 cientistas de 21 países, reunidos em Ho Chi Minh, entre os dias 20 e 25 do passado mês de Janeiro, para avaliarem as consequências do uso de desfolhantes e herbicidas na guerra do Vietname. Entre os delegados encontravam-se representantes dos Estados Unidos, Canadá, Japão, de seis países da Europa Ocidental e de 12 Estados da Europa Oriental. Assistiram ainda aos trabalhos representantes de três organismos das Nações Unidas.

Os cientistas concluíram que a guerra química danificou decisivamente o sistema ecológico do Vietname, cujos efeitos ainda se fazem sentir e formularam um urgente apelo à comunidade mundial, para que contribua para o atenuar dos efeitos da agressão.

A operação «mão rancheira» teve por objectivo a destruição de áreas que as forças armadas dos Estados Unidos supunham controladas pela Frente de Libertação Nacional e procurava impedir que os guerrilheiros se refugiassem nas áreas frondosas. Para tal fim foram pulverizadas com substâncias químicas extensas áreas do país, provocando graves prejuízos no equisistema que, segundo os cientistas, se poderiam contrariar através de medidas complexas que requerem equipas de técnicos e de pessoal altamente qualificado. Relativamente aos prejuízos ecológicos, a declaração final assinala que a operação provocou sérias modifica-

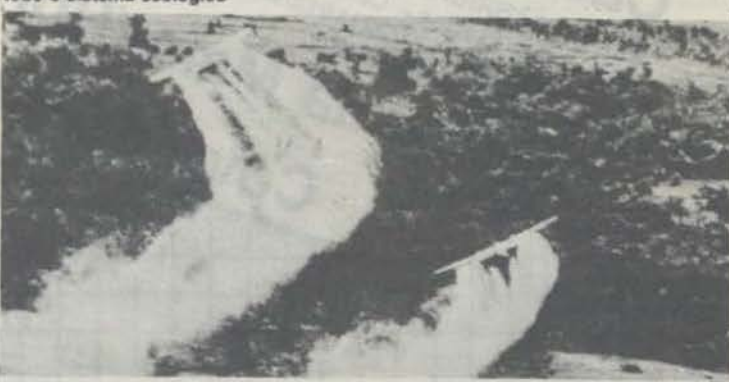
ções na composição do solo, deteriorou microrganismos vitais e em muitos casos esteve na origem da perda de grandes espaços de terreno cultivável.

Da vegetação ao deserto

O comunicado afirma que «muitas zonas anteriormente cobertas por árvores e por outro tipo de vegetação frondosa durante todo o ano, são actualmente desertos de baixa produtividade agrícola. Nesses terrenos apenas cresce pasto silvestre e plantas de escasso valor económico. Além disso, nelas se desenvolvem rapidamente os roedores, transmissores de diversas doenças. Existem ainda índices de que estas zonas desertificadas têm tendência a se estenderem. Há fotografias aéreas que provam suficientemente esta situação».

Durante as sessões de trabalho analisaram-se os efeitos do «agente laranja», um dos desfolhantes utilizados com maior intensidade e causador de cancro do fígado e da pele. Foram apresentadas provas relacionando o emprego deste agente durante a operação e a existência ac-

A guerra química levada a cabo pelos norte-americanos atingiu decisivamente todo o sistema ecológico



tualmente destas doenças. O «agente laranja» contém dioxina, descrita pelos cientistas como uma das mais poderosas substâncias tóxicas produzidas pelo homem.

Segundo as informações, durante a guerra, as forças armadas dos Estados Unidos utilizaram além do «agente laranja», o «agente branco», que contém picloram e o «agente azul», um composto de arsénico dimetil ou ácido cacodílico.

Ao longo do simpósio foram referidos números oficiais do governo dos Estados Unidos segundo os quais as forças armadas da superpotência pulverizaram o solo vietnamita com 44 milhões de litros de «agente laranja», 20 milhões de «agente branco» e 8 milhões de «agente azul». O simpósio salientou que informações de cientistas vietnamitas realçam que estes desfolhantes e herbicidas já provocaram mutações nos cromossomas e anomalias congénitas. No entanto, a declaração final concluiu que neste momento é muito difícil apresentar, com todo o rigor científico, conclusões definitivas sobre os reais efeitos destes agentes químicos sobre o organismo humano, sendo necessário aguardar a obtenção de maiores informações.

Compelmada

SOC. COOP. MONTAGENS METÁLICAS SCARL



★ PROJECTO, FABRICO E MONTAGEM DE:

Reservatórios de pressão
Reservatórios de armazenagem
Tubagens industriais
Estruturas metálicas
Permutadores de calor
Pontes e pórticos rolantes
Aparelhos de processo
Silos em aço carbono,
aço inox e alumínio

- ★ Mecânica geral
- ★ Reconstrução de motores
- ★ Manutenção fabril

Casal do Marco

SEDE E FÁBRICA:
Pinhal dos Frades - Casal do Marco - Seixal
Telefones: 2211174/2211913/2211982/2211934
Telex: 15264 COMPEL-P

Moreira da Maia (Porto)

Cova da Piedade

Sines

ÁFRICA

Namíbia

O impasse continua

Apesar do optimismo demonstrado por alguns diplomatas ocidentais, a questão da independência da Namíbia continua sem solução a curto prazo

Carlos Castilho



Sam Nujoma, líder da Swapo

PELAS informações que circulam em Washington, não foi bem sucedida a ofensiva diplomática desencadeada, em África, pelo Departamento de Estado e pela Casa Branca. Nos últimos três meses de 82, nada menos do que nove emissários de alto nível do governo norte-americano visitaram um total de 12 países da África subsariana, incluindo a África do Sul, para tentar vender o plano Reagan para a crise da Namíbia.

O vice-presidente George Bush, o secretário de Estado para os Assuntos Africanos, Chester Crocker, o director da Agência Central de Informação (CIA), William Casey, e personalidades como o ex-secretário de Estado Henry Kissinger, foram alguns dos mais destacados participantes desta «blitzkrieg» cujo objectivo foi tentar impor a ideia de que a África do Sul pode sair da Namíbia se os 20 mil cubanos, em Angola, também voltarem para casa.

Ainda não estão bem claros os motivos dessa súbita pressa de Washington em encontrar uma solução para a ocupação ilegal da Namíbia, que se arrasta há mais de meio século. Por um lado, o presidente Reagan parece interessado em explorar as dificuldades económicas de Angola, cujas receitas externas sofreram o impacto da redução dos preços das matérias-primas exportadas. O governo angolano procura financiamentos ocidentais no valor de 100 milhões de dólares e a Casa Branca pode estar a usar essa neces-

sidade para tentar uma chantagem.

Outro motivo, que parece estar por trás das mais recentes manobras norte-americanas na África, está directamente ligada às pressões desenvolvidas pelos sectores mais reacçãoários do Congresso dos Estados Unidos. Em Outubro, os 30 membros do Comité de Orientação do Partido Republicano enviaram uma carta ao assessor de Segurança Nacional da Casa Branca, William Clark, reclamando um maior apoio norte-americano aos contra-revolucionários da UNITA e à política do primeiro-ministro sul-africano, P. W. Botha.

Ian Butterfield, analista político da Fundação Heritage, um dos principais núcleos pensantes da di-

reita norte-americana e um amigo de Reagan, foi mais incisivo. Criticou o que classificou de «optimismo exagerado» dos funcionários do Departamento de Estado e exigiu que o presidente não envolvesse directamente o seu nome na questão da Namíbia, porque esta era «uma crise muito difícil». Butterfield escreveu um artigo para o boletim *Background*, editado pela Fundação Heritage, afirmando que os Estados Unidos devem «acentuar o apoio a P. W. Botha para evitar que a situação na Namíbia e na África do Sul escape do controlo ocidental».

O «ovo de Colombo»

Reagan tem-se mostrado muito sensível aos ataques da extrema-direita norte-americana. Para o presidente, conseguir que os cubanos saiam de Angola seria alcançar uma grande vitória na política interna dos Estados Unidos e também do ponto de vista militar. O «staff» da Casa Branca julgou ter descoberto a solução «ovo de Colombo» quando passou a vincular a retirada sul-africana da Namíbia à retirada dos cubanos de Angola. Aos olhos norte-americanos esta solução era a ideal, porque matava dois coelhos de uma só vez.

Mas os africanos, mesmo os mais moderados como Kenneth Kaunda, da Zâmbia, e Alhaji Shagari, da Nigéria, foram unânimes na condenação da manobra norte-americana. O ponto de vista angolano de que o problema dos cubanos não tem nada

a ver com a questão da Namíbia, é compartilhada pela maioria dos chefes de Estado africanos visitados pelo vice-presidente George Bush. Os governos africanos sabem que o problema da Namíbia é muito mais antigo e muito mais importante para a unidade continental contra o *apartheid*, do que a presença de tropas estrangeiras em Angola.

O presidente do Quênia, Daniel Arap Moi, disse a Bush que a questão da Namíbia afecta todo o continente negro, enquanto a questão cubana deve ser resolvida pelos angolanos e só por eles. Os chefes de Estado visitados pelo vice-presidente deixaram clara a diferença de pontos de vista, resultante das realidades próprias de cada parte envolvida.

Mas a Casa Branca não desistiu. Continuou a insistir na tese da retirada conjunta, o que levou as negociações sobre a Namíbia a um impasse total. A França, com o apoio indirecto do Canadá, não gosta da ideia de ligar a retirada cubana à saída dos sul-africanos da ex-colónia alemã. O governo Mitterrand passou a sugerir a ideia de que Angola poderia aceitar a saída dos cubanos, se recebesse garantias físicas de que a África do Sul não voltaria a atacar. Garantias físicas foi o eufemismo diplomático usado para vender a ideia de uma força internacional de paz.

As dificuldades de Botha

Durante as delicadas negociações diplomáticas desenvolvidas por emissários franceses em Lisboa e Havana, foram mencionadas duas hipóteses: a primeira era a de uma força multinacional de paz organizada pela ONU; e a segunda, de que a força seria composta por contingentes da Nigéria, Quênia e Portugal, com o apoio logístico francês. A África do Sul reagiu negativamente diante de ambas as sugestões. No caso da ONU, os sul-africanos insistem na recusa em reconhecer as Nações Unidas como uma parte directamente envolvida na questão da Namíbia. E no que se refere à força mista africana e portuguesa, o regime de Pretória vetou a participa-

ção nigeriana sob a alegação de que o governo de Lagos assumiu recentemente uma posição mais militante na luta contra o racismo.

O novo impasse surgido, aconteceu no momento em que o primeiro-ministro sul-africano, P. W. Botha, fracassou na sua tentativa de impor um regime negro fantoche na Namíbia. Depois de tentar, em 1979, a criação de uma administração multirracial dominada por brancos, o governo de Pretória, resolveu trocar o apoio ao branco Dirk Mudge pelo negro Peter Kalangula, com o objectivo de transformar este último numa espécie de «Muzorewa» da Namíbia (*). A oposição da minoria branca no território dominado pela África do Sul anulou os planos de Botha, que mais uma vez se viu obrigado a apoiar todo o seu esforço colonialista na força militar directa.

Desde Março de 82, todos os homens brancos entre 17 e 65 anos de idade estão sujeitos à convocação para o serviço militar a qualquer momento na África do Sul. Além disso, todos os homens brancos devem ficar dois anos no Exército e depois são obrigados a dar um mês por ano de serviço militar durante oito anos. Actualmente, os sul-africanos têm 100 mil homens em armas e o seu esforço bélico para manter o domínio sobre a Namíbia custa o equivalente a um pouco menos de um bilião de dólares por ano.

Uma política contraditória

Os sul-africanos, pressionados pela realidade interna e pelo agravamento das tensões militares, intensificaram a sua política de ambiguidade em relação à Namíbia. Ao mesmo tempo que mantêm a pressão militar, com o aprofundamento da ocupação de parte do território angolano na região do rio Cunene, e com ataques a todos os países vizinhos, no plano diplomático mostram, segundo a conveniência, posições menos rígidas. Na verdade, trata-se de uma estratégia destinada a confundir os adversários, agradar aos norte-americanos e atenuar as pressões internas.

O governo de P. W. Botha enfrenta no momento fortes pressões do sector mais reaccionário da minoria branca. Este sector, liderado por Andries Treurnicht, é contra todas as tentativas de reformar ou modernizar o *apartheid*. O Partido Nacional «Duro» (HNP), de Treurnicht, tem crescido sistematicamente nas últimas eleições, embora sem ameaçar ainda o poder do Partido Nacional, de Botha.

Na questão da Namíbia, o HNP, embora extremamente violento na sua linguagem militarista e anti-africana, mostra-se disposto a recuar as defesas militares sul-africanas do rio Cunene para o rio Orange. Isto é, admite dar a independência à Namíbia. Em vez de arriscar toda a posição do *apartheid* na guerra contra a SWAPO, o HNP mostra-se disposto a perder os anéis para conservar os dedos. O HNP não anuncia esta posição em público porque seria acusado de traição pelo Partido Nacional, mas vários dos seus líderes já fizeram chegar o recado a Washington.

Esta foi talvez uma das principais razões pelas quais o ministro dos Negócios Estrangeiros da África do Sul, «Pik» Botha, resolveu encontrar-se, pela primeira vez, com um emissário angolano de alto nível. O encontro aconteceu na cidade de Praia, capital de Cabo Verde, nas primeiras semanas de Dezembro. Além de Botha, participou na delegação sul-africana o general Magnus Malan, comandante supremo das forças militares do regime racista. O lado angolano era chefiado pelo ministro do Interior, tenente-coronel Alexandre Rodrigues. Nada foi revelado sobre o encontro que durou menos de cinco horas.

Dias depois do encontro Botha-Rodrigues, chegou à Pátria o vice-primeiro-ministro de Cuba que se reuniu com o primeiro-ministro de Cabo Verde, Pedro Pires. O governo cabo-verdiano foi o principal organizador do encontro entre sul-africanos e angolanos, que apesar da sua importância foi tratado com extrema discrição pelos meios jornalísticos. Apenas o jornal *Tempo*, de Portugal, se arriscou a fazer prognósticos extremamente

optimistas sobre os resultados da reunião. O jornal, disse, sem o comprovar, que a retirada das tropas cubanas era iminente, a que se seguiria um acordo sobre a Namíbia. Porém, esta versão foi imediatamente desmentida pelos dirigentes cabo-verdianos. E no termo da visita do dirigente cubano a Cabo Verde, os dois países assinaram um documento conjunto no qual condenam a intenção de Pretória e de Washington de subordinar a independência da Namíbia à retirada das tropas cubanas de Angola.

Perspectivas

Dias depois da reunião da Praia, a África do Sul deixou bem claro quem está a impedir um acordo, ao invadir o Lesoto, numa grave e sangrenta ofensiva militar.

Dentro de Angola, a questão da Namíbia também está a provocar mudanças políticas. O presidente José Eduardo dos Santos recebeu poderes extras para decidir as questões mais importantes sobre o futuro de Angola.

Os últimos acontecimentos mostram que a questão da Namíbia está de momento na dependência de quatro factores: a situação interna na África do Sul, onde o crescimento dos extremistas de direita pode levar o primeiro-ministro P. W. Botha a ficar ainda mais agressivo no plano externo; a opção de Angola por uma linha de conduta mais ou menos intransigente; a situação de Ronald

Reagan na sua discussão com os ultra-conservadores do Partido Republicano; e, finalmente, a posição de outros países envolvidos indirectamente na questão, como por exemplo Cuba, os países africanos da Linha da Frente, Portugal e os governos do chamado «grupo de contacto» — França, Inglaterra, Canadá e Alemanha Federal.

A soma dessas variáveis indica que no momento a situação é indefinida. Não há motivos aparentes para o sensacionalismo optimista de alguns jornais e de alguns diplomatas ocidentais. Pelo contrário, o

mais realista é o pessimismo resultante da intransigência norte-americana em exigir, de qualquer maneira, a retirada cubana de Angola e da intenção sul-africana de manter, e até acentuar, conforme as circunstâncias internas, as agressões militares contra países vizinhos. □

(*) O bispo negro Abel Muzorewa foi escolhido para chefiar o governo rebelde da antiga Rodésia, em 1979, na derradeira tentativa dos brancos racistas de manter o poder no país que é hoje o Zimbabwe. O governo Muzorewa não chegou a durar oito meses.



Cena do filme sueco «A luta de libertação da Namíbia»

cadernos do
terceiro mundo

Assinaturas

Portugal e Espanha

anual (12 números)	650\$00
semestral (6 números)	400\$00

Estrangeiro — Anual (12 números)

por via aérea

Europa, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe
23 dólares USA.

Restantes Países	28 dólares USA
------------------------	----------------

«Este é o momento de atacar»

Para o dr. Franz Lee, nascido no país do «apartheid», o movimento de libertação unifica-se e está disposto a usar novas armas; à guerrilha tradicional soma-se agora a «guerrilha económica e tecnológica»

Germán Wettstein

O dr. Franz Lee, investigador a tempo inteiro da Universidade dos Andes, em Mérida, Venezuela, especialista na Guiana, abandonou a sua cátedra para se transferir para uma universidade nigeriana. Essa mudança obedece, mais do que a motivos pessoais, à intenção de se aproximar da sua pátria sul-africana para melhor contribuir na luta contra o *apartheid*.

Germán Wettstein, o nosso correspondente na Venezuela, descobre no professor Lee um verdadeiro «guerrilheiro académico» e revela nesta entrevista aspectos desconhecidos da guerra de libertação no Cone Sul da África, que também é travada nos meios universitários e no seio das próprias corporações transnacionais.

A sua reaproximação com a África do Sul é apenas uma circunstância pessoal ou reflecte uma nova etapa na luta pela revolução?

— Os processos revolucionários que se desenvolvem actualmente estão inseridos no período de transição, da revolução social à revolução económica. A partir daí, e levando em conta a situação económica da República da África do Sul, pode-se falar das excelentes condições para uma revolução. A África do Sul é o país mais industrializado, mais desenvolvido, ao sul da Itália, em todo o hemisfério sul. Tem uma longa história de lutas de trabalhadores, de mais de 300 anos, que remonta à época em que o homem branco pôs os pés nessa parte do continente, em 1652.

E essa industrialização actual, com uma tecnologia muito desenvolvida, gerou uma elevada consciência no proletariado. Este não apresenta nenhuma dificuldade de identificação — como acontece na América Latina — porque existem exemplos clássicos determinados pela estrutura de classes, descrita na análise marxista.

Pois bem, porque é que essa revolução sul-africana é importante no contexto da Revolução africana global? Porque é a primeira revolução social com uma base económica susceptível de alcançar o socialismo a nível superior, o que nenhum país do Terceiro Mundo pôde atingir até agora.

Como uruguaio, estou directamente preocupado com a situação da África do Sul, pois nunca houve em toda a história dos países do Cone Sul da América Latina tantos vínculos entre as actuais ditaduras e o regime racista sul-africano. Não só através de um intenso intercâmbio comercial, mas até nas emigrações dirigidas de colonos sul-africanos para povoar zonas rurais do Paraguai, da Argentina e do Uruguai.

— Isso ajuda a situar correctamente o «racismo» da África do Sul. Ele nasceu ao mesmo tempo que o capitalismo e é o próprio reflexo da divisão internacional do trabalho. Portanto, todos os países latino-americanos que mantêm relações com a República da África do Sul — através da emigração, intercâmbios comerciais, etc. — são invadidos pelo vírus do *apartheid*, pelo «ra-

cismo». E devemos ser particularmente sensíveis nesse assunto.

E podemos extrair daí alguns ensinamentos: significa que a partir da luta de libertação na África do Sul poderemos aprender no continente latino-americano como lutar em situações futuras contra elementos «racistas».

Isso confirma a ideia que eu tenho, de que as razões de fundo para afirmar a animosidade contra o regime sul-africano, não podem ser baseadas exclusivamente na questão «racial».

— O racismo é essencialmente uma ideologia cuja função é tutelar, explorar e oprimir. Por isso, a nossa luta não é pela igualdade dos direitos das «raças» ou para que essas «raças» sejam tratadas com igualdade. A verdadeira luta, na África do Sul e em todo o Terceiro Mundo, é a luta de classes. É esse o fundo do problema. Se ignorarmos essa questão fundamental, os demais aspectos transformam-se em elementos dispersivos, diversionistas, cujos efeitos se farão sentir quando se descobrir que a luta contra o «racismo» não é alheia à luta de classes. A luta pela igualdade das «raças», do «sexo», etc., passa necessariamente pela luta de classes.

Isso, além do mais, impõe-nos outra tarefa, isto é, a de analisar a validade científica do conceito «raça», que continua sendo utilizado com uma incrível tenacidade, inclusive em círculos científicos.

Dentro desse contexto, é importante destacar que a história do movimento de libertação na República

da África do Sul, passou por diferentes fases. Desde 1652 até 1900, tivemos uma fase de luta contra a conquista colonial e a posse de terras; depois, entre 1900 e 1960, viveu-se um período de resistência relativamente passiva, procurando conseguir algumas mudanças dentro do sistema do *apartheid*. O movimento era subdividido em grupos: um para os africanos, um para os indianos, um para a gente de «cor», e um para os brancos liberais que eram contrários ao sistema.

Mas em consequência de todas as lutas de libertação do Terceiro Mundo na década dos anos 60, a luta da África do Sul também subiu de nível e, a partir de 1970, todas essas organizações procuram unir-se, referindo-se somente ao *poder negro*, enquanto grupo oprimido e unido.

Esse nível de consciencialização coincide com a transição para uma luta de guerrilhas, apoiada pela luta revolucionária na Namíbia, em Angola, no Zimbábue e em Moçambique. Embora os *mass-media* internacionais lhe dêem pouca importância, é bom saber que se trata de uma luta muito, mas muito forte mesmo, localizada especialmente na parte norte da África do Sul. E o movimento atingiu tal grau de amplitude, que conseguiu penetrar nas grandes cidades.

Tais factos incidiram sobre o sector branco no poder, e isso pode ser verificado na Imprensa: sabe-se que o Partido Nacional, governamental, ficou dividido: o sector maioritário acompanha o primeiro-ministro Piether Botha, e uma minoria cres-

cente, agrupada em torno de uns trinta parlamentares, optou por uma linha ultradireitista. De facto, Botha está pressionado pelo capitalismo ocidental que procura, através dele, eliminar os aspectos mais desagradáveis do racismo e introduzir, no seu lugar um *apartheid* económico. E o sector de ultradireita, liderado por Treurnicht, que defende a continuação da antiga política do verdadeiro *apartheid*.

-Boers- versus ingleses

Entretanto, segundo artigos publicados recentemente na nossa revista (ver, entre outros, os números 44 e 46 de «cadernos») parece que o regime também está a perder adeptos dentro do capitalismo. Concretamente, empresários de Natal defendem soluções de descentralização regional do governo, com maior participação dos grupos não-brancos. Seria possível falar de uma burguesia nacional também lá?

— Isso que está a referir tem as suas raízes históricas nas contradições entre os colonos holandeses e os colonos britânicos. Como é do conhecimento público, a África do Sul foi colónia holandesa até 1805; só depois das guerras napoleónicas e da nova divisão da Europa é que se tornou colónia britânica, em 1806. Os conflitos entre o «feudalismo-holandês e o imperialismo britânico levaram-nos à famosa Guerra dos Boers, no fim do século XIX. Mas os novos planos de capitalização da África do Sul obrigaram a incorporar os *boers* (descendentes de holan-

des) na superestrutura política. Isto é, para poderem governar a África do Sul os ingleses deram aos *boers* um maior poder político, como forma de compensação pelos prejuízos que estes tiveram durante a guerra.

Esse «erro» histórico dos ingleses determinaria, em 1948, que a pequena burguesia holandesa chegasse legalmente ao poder por meios parlamentares, e que o partido que realmente representava os interesses britânicos e estrangeiros em geral, o Partido Unido, ficasse fora do governo. Essa contradição permanece até hoje: a pequena burguesia fascista está no poder, reconstruindo um capitalismo nacionalista sustentado por regulamentos do *apartheid* e por uma série de leis «rácicas»; e, por outro lado, estão as corporações transnacionais (especialmente anglo-americanas, com Oppenheimer e toda a indústria do ouro, diamantes, etc) em conflito com aquele capitalismo de Estado.

Contudo, a partir de 1970, dá-se uma mudança das posições do nacionalismo governamental, em consequência do interesse renovado na África do Sul por parte dos cinco países ocidentais incumbidos de «resolver o problema da Namíbia» (França, Inglaterra, Alemanha Federal, Itália e Estados Unidos).

Esses países pressionam o governo de Botha para que o Partido Nacional passe a partilhar o poder político com os grupos não-brancos oprimidos. Mas tem de enfrentar a tenaz oposição da fracção radical que se separou do partido do governo e que procura manter o rumo inicial.

E qual é a sua posição, dadas as suas origens social e política, a respeito desse universo descrito? Acho que isso é importante para compreender o passo que resolveu dar, regressando à África.

— A minha própria origem continua as contradições de toda a sociedade sul-africana. Meu pai era inglês e minha mãe uma mulher *amathosa*, do Transkei. Eu vivi permanentemente dentro das contradições da sociedade do *apar-*



Limite da zona «europela» de Porto St. Johns

heid. Uma situação difícil para toda a nossa família, porque a metade dos meus tios eram casados com brancas, outra parte com malaios, outra com «mestiços» e outra com mulheres «de cor». Então, devido ao sistema do *apartheid*, com os seus dogmas e as suas tradições e a sua ideologia, para mim foi muito duro e muito difícil entender as realidades dessa sociedade.

Um massacre consciencializador

Comecei a compreender o que estava a acontecer na África do Sul quando fiz 20 anos e já morava na Cidade do Cabo. Foi na época da primeira matança de Sharpeville, em 1960. A 21 de Março desse mesmo ano, ao voltar ao trabalho (era funcionário da *Western Steel Company*) vi milhares de negros marchando para o centro da Cidade do Cabo, em direcção aos edifícios do Parlamento. Protestavam contra os maus tratos do sistema do *apartheid*, contra os baixos salários e as péssimas condições de vida. Acompanhei-os e como conhecia as línguas africanas do Transkei nativo (*zulo*, *xhosa* e *sotho*), perguntei o que estava a acontecer. Responderam-me que, se realmente eu sabia

falar as suas línguas, devia unir-me a eles e desfilar também. No fim da marcha, a única coisa que ouvi foi o assobio das balas nos ouvidos e tive de correr para salvar a vida. Naquele dia, foram assassinados, em toda a África do Sul, 70 africanos. No dia seguinte, ao voltar ao trabalho, encontrei uma carta em cima da minha mesa; eu era apontado como «comunista» e ficava proibido para sempre de entrar naqueles edifícios.

Na verdade, eu ignorava nessa época o que era comunismo e socialismo. Como me acusavam de algo que eu não entendia, resolvi estudar; e há 20 anos que me dedico e esse problema, tanto na teoria como na prática. Portanto, os efeitos dessa terrível matança foram para mim muito positivos, assim como para vários camaradas meus que também estiveram numa situação semelhante.

De repente, encontrei-me a andar sem rumo pelas ruas do Cabo, procurando comida entre os detritos e dormindo nos bancos das praças. Eu tinha 23 anos. Nessa ocasião fiquei muito doente e um amigo aconselhou-me a consultar um médico de «cor»: era o doutor Kenneth Abrahams. Aquele médico ajudou-me muito e fez-me compreender que

estávamos potencialmente preparados para um futuro revolucionário e foi ele que me deu a ler a literatura socialista. Em 1961, fui visitar um dos líderes que fundou a primeira organização de guerrilhas da África do Sul: o clube «Yu Chi Chan» chamado mais tarde Frente Nacional de Libertação da África do Sul.

Em 1962, eu já estava tão bem informado sobre a situação política que passei a integrar a primeira célula de 10 pessoas da então chamada Frente Nacional de Libertação da África do Sul. Mandaram-me completar os estudos na República Federal da Alemanha; na realidade, eu era uma espécie de «embaixador» da pequena organização, razão pela qual tinha de solicitar ajuda financeira e obter a solidariedade no plano internacional.

O movimento teve alguns problemas em 1963, por causa da acção de infiltrados que levou ao assassinato e à prisão de vários líderes nossos, alguns dos quais ainda continuam presos, na famosa ilha de Robben. Outros conseguiram fugir, como o dr. Abrahams, que é actualmente um dos líderes de uma das facções da SWAPO, na Namíbia, e um amigo dele, o dr. Neville Alexander, é um líder opositorista dentro da África do Sul.

Importantes sectores da população branca estão em luta contra o regime encabeçado por Botha



Na Europa, entre 1962 e 1970, tive a oportunidade de estudar e mais tarde completei o doutoramento em ciências políticas. Na Alemanha Ocidental, escrevi uma «História da influência do marxismo na luta de libertação na África do Sul». Primeiro, estudei na Universidade de Tübingen, entre 1962 e 1965; depois, na de Frankfurt, de 66 a 70. Naqueles anos, a luta não era muito conhecida na Europa. Eu viajava para diferentes países quase todas as semanas para explicar os problemas sul-africanos.

Em 1966, fui convidado a visitar os Estados Unidos e o Canadá, para recolher fundos destinados à luta na África do Sul e receber solidariedade; fiz um périplo completo discursando em 30 cidades e no fim fui convidado para uma palestra no comité especial contra o *apartheid* nas Nações Unidas.

Na África do Sul, essas actividades são consideradas crime passível de condenação a 20 anos de cadeia. Não pude continuar a viver na Alemanha, porque eu havia explicado bem as conexões políticas e económicas entre a Alemanha Ocidental e a África do Sul. As coisas complicaram-se para mim. Então, sob pressões terríveis, tive que sair da Europa em 1977, e a Guiana foi muito amável em me oferecer um cargo na Universidade.

Entretanto, dois anos depois de trabalhar ali, no Departamento de Ciências Políticas, a situação tornou-se novamente complicada para mim, porque descobri que «o socialismo cooperativo» da Guiana não tinha nada a ver com o socialismo científico. Os meus alunos rebelaram-se e eu participei na Aliança do Povo Trabalhador da Guiana (WPA). Pouco antes de sair da Guiana, em 1980, Walter Rodney, fundador da WPA, foi assassinado. Ele era meu amigo fraterno.

E foi assim que, em 1979, tive de arrumar as malas e voltar para a Europa Ocidental. Mas já tinha contactos com a Universidade dos Andes (ULA), em Mérida, Venezuela, devido à colaboração bilateral no projecto Guiana (existia um convénio entre a ULA e a Universidade da Guiana). Quando a ULA me

ofereceu um lugar aqui, em Mérida, voltei rapidamente da Europa.

Entretanto, a luta na África do Sul tinha-se intensificado e foi por isso que os meus companheiros me pediram para voltar com urgência, para ajudar na organização da próxima fase da luta.

A longa marcha para a unidade

E é isso que vai fazer na Nigéria, a partir dos próximos meses?

— A Nigéria foi escolhida por estar estrategicamente afastada da África do Sul e também porque a sua Universidade (Port Harcourt) mantém contactos com o comité das Nações Unidas contra o *apartheid* e possui, nesse campo, uma enorme documentação. Escolhemos essa

área, além do mais, por causa da firme atitude da Nigéria contra a política sul-africana; a sua política externa é dirigida directamente contra a África do Sul.

Se você e os seus companheiros resolveram mudar de poiso é porque consideram que a situação é favorável a um salto qualitativo na luta da libertação. A que se deve que seja este o momento escolhido?

— É evidente que não lhe posso dizer tudo aquilo que nós temos planeado, mas em termos gerais posso procurar explicar a etapa actual ou o nível da luta.

Em primeiro lugar, desde o início dos anos 60 e apesar das diferentes posições políticas mantidas no passado, a unidade aumentou conside-

APARTHEID



NO

VERBODEN TOEGANG TOT DEZE
SPREKERIJEN EN TOEGANG TOT DEZE

ravelmente. Reflectiam-se no movimento, até pouco tempo atrás, todas as divisões do comunismo internacional; tivemos, por exemplo, sectores do estalinismo radical, movimentos trotskistas, maoístas, etc., mas é interessante assinalar que há uma grande diferença na luta no exterior — entre os dirigentes — e a luta dentro do país. Devido ao desenvolvimento da luta dentro do país, parece que todas essas diferenças ideológicas e também as que se referem a estratégias e táticas, foram moderadas.

O que elevou o nível da luta na África do Sul é que as pessoas que combatiam, superaram as barreiras do *apartheid*. Grandes sectores da população branca — isto é não só da parte indiana mas também uma minoria *boer* inglesa — estão agora directamente envolvidos na luta de libertação. Vá inclusivamente guerrilheiros descendentes de ingleses e de holandeses. Isso significa que, na etapa actual, já não se trata da luta de uma maioria negra contra uma minoria branca, como no passado, mas de um salto qualitativo, pois é directamente uma luta de classes que não está dirigida exclusivamente por uma organização tradicional específica.

Outro dado importante é que por motivos nacionais ou ideológicos, um movimento específico, o Congresso Nacional Africano (ANC), é o mais conhecido dentro e fora do país. Um grande líder desse movimento é Nelson Mandela, condenado à prisão perpétua e preso há mais de 20 anos. Porque está ele preso? Porque optou pela luta guerrilheira revolucionária.

O ANC, que foi o primeiro movimento de libertação do continente (fundado em 1912), conseguiu atrair uma grande unanimidade em termos de propaganda e, graças ao apoio internacional que recebeu, transformou-se num movimento muito forte dentro da África do Sul. Mais recentemente, Angola, Moçambique e Zimbábue também resolveram apoiá-lo como o movimento mais representativo e, ao mesmo tempo, estimularam-no a abrir a organização a outras tendências e uni-las.

Muitos líderes sul-africanos que integravam organizações menores, com divergências ideológicas, resolveram incorporar-se nesse movimento.

No início dos anos 80, o movimento revolucionário guerrilheiro atingiu um nível mais elevado e é esse o motivo pelo qual todos os revolucionários estão agora unidos sob uma estratégia comum.

Isso foi conseguido após uma análise muito cuidadosa da situação económica mundial, da crise internacional, das diferentes estruturas do poder e da situação na própria África. Assim, é este o momento mais importante para construir uma organização poderosa e atacar, porque senão seria tarde demais.

Atacar em todas as frentes

Qual é, para o seu movimento, a maneira mais efectiva de «atacar»? A República da África do Sul tem um alto grau de desenvolvimento económico e o maior exército de toda a África. A vossa estratégia passa pela acção de guerrilhas?

— É evidente que uma revolução social verdadeira, dentro das actuais circunstâncias e especialmente na África do Sul no contexto do sistema internacional, não pode ser do mesmo tipo que na Sierra Maestra ou nas selvas do Vietname.

Há vários factores a considerar. A luta guerrilheira, caso ela seja travada na África do Sul, deve ser aplicada com carácter urbano e não rural. Mas há factores económicos que definem um facto novo dentro da estratégia global das lutas guerrilheiras no Terceiro Mundo. No contexto sul-africano, devem existir as guerrilhas económicas e tecnológicas. E isso significa que o mais importante na luta na África do Sul não é só a conquista do poder político, mas é necessário fazer a mesma coisa em relação à estrutura económica.

Quero explicar-lhe o que é que nós entendemos por guerrilha económica. Por causa da prolongação da luta na África do Sul, dezenas de milhares de sul-africanos emigraram para países do ultramar, a partir de 1959-60; fizeram estudos inten-

sivos, em qualquer lugar do mundo onde pudessem continuar em actividade, em ciências políticas, económicas, engenharia, etc. E, nos últimos anos integraram-se estreitamente na população desses países do ultramar, onde têm prestígio e influência política. Assim, trata-se de responder a esse apelo feito a todos os sul-africanos educados, capacitados, formados. Já não basta continuar a fazer a revolução só com as pessoas de baixo nível cultural, embora elas sejam sempre importantes, mas, dinamizá-la com os emigrados.

Nós, os emigrados, conseguimos entender sempre as implicações do sistema económico internacional: como a corporação internacional funciona globalmente e como funciona na África do Sul, não só na área económica mas também na política. Foi por isso que nos convocaram. Por isso e porque existem companheiros activos dentro da África do Sul, preparando o caminho para a tática da guerrilha económica e tecnológica. Como o poder central da África do Sul está concentrado nas mãos dos brancos, não houve outra solução se não atuar sobre aquelas pessoas que ocupavam cargos de direcção e atraí-las para o nosso movimento.

Por outras palavras, da mesma maneira que o capitalismo estrangeiro colaborava primeiro com o capitalismo nacional holandês e depois entrou em contradições, nós aproveitámos também essa contradição para mobilizarmos forças para a nossa causa. E agora é, precisamente, a corporação transnacional quem está a lutar contra o *apartheid*. Isso é o que eu apelo de nível de tecnologia na esfera ideológica, que não consiste em disparar tiros mas em estar capacitado para o futuro governo, que será de coligação. Esse governo deverá assumir conjuntamente o poder político e o poder económico.

Por detrás disso estão, obviamente, os factores internacionais. Não existe um canto no mundo, nem uma ilha, onde não tenhamos divulgado informações suficientes a respeito dessa luta, inclusive com a ajuda do capitalismo estrangeiro.

Assim, a solidariedade internacional está assegurada, pois a revolução social Sul-Africana é uma parte importante dentro da revolução mundial para derrubar o modelo de produção capitalista.

Nós, na América Latina, formamos na convicção de que as raízes culturais compartilhadas com a África — após a emigração maciça decorrente da escravidão — geraram uma semente em potencial, idónea, para a aproximação mais directa entre a América Latina e a África. Depois da sua experiência na Venezuela e na Guiana, acha que isso é uma realidade? Porque, eu acho, por exemplo, que a solidariedade militante dos cubanos na África se apoia, não só numa concepção estratégica a favor da libertação do Terceiro Mundo, mas também em assumir a causa africana como própria.

— A verdadeira base para uma cooperação visando a união do chamado Terceiro Mundo, isto é, a forma de medir a unidade da América Latina, da África e da Ásia, é realmente a divisão internacional do trabalho. E a sua origem está localizada exactamente no triângulo Europa Ocidental-África-América e no escravagismo.

Mas o que também aconteceu ali — assim como na África do Sul — é a famosa política do «dividir para reinar». Na África do Sul, essa política é o racismo. Existe, por um lado, uma «raça superior», com tecnologia e capital; e, por outro, estão aqueles países que devem limitar-se a produzir matérias-primas e a manter-se em condições de subalternização.

A África do Sul constitui o melhor exemplo: ali, o homem branco foi sempre o melhor, o homem «de cor» não era tão bom, e o negro era o pior de todos. Por isso, a estrutura ideológica aplicada na África fez com que as pessoas se sentissem, subjectivamente, diferentes entre si. Mas, para a difusão do capitalismo e do imperialismo pelo mundo, como modelo de produção, era necessário introduzir previamente, a nível internacional, a contradição entre ca-

pital e trabalho. No caso da África do Sul, as pessoas tiveram de aprender no decorrer de 300 anos que o sistema capitalista que funciona nesse país é o mesmo que em qualquer outro lugar do mundo.

Isso significa que a condição de sofrimento, de opressão, de repressão e de discriminação, é um fenómeno mundial, e que o sistema capitalista era o primeiro elemento que unia, a partir da base, as diferentes pessoas da África do Sul. Também significa que as corporações transnacionais que estão distribuídas pelo mundo todo (*Exxon, Ford, Bayer, General Motors, etc., etc.*) podem ser encontradas em cada cidade da África e principalmente na África do Sul. E conseguimos compreender, através do seu grau de penetração, que já não existe esfera nacional num mundo internacional; um entendimento chave para nós, pois a cooperação internacional também é sustentada por ele.

É esse o ponto de ligação entre um trabalhador africano das minas do sul e o das minas de cobre do Chile, o das de estanho na Bolívia ou os da indústria petrolífera venezuelana. Esse é o ponto que é preciso compreender; em primeiro lugar, as verdadeiras estruturas de classe na América Latina, e também entender o sistema económico em diferentes

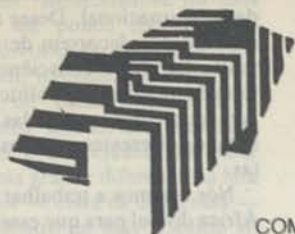
países e as conexões com a sociedade internacional. Desse modo, as dificuldades decorrem de um nível muito baixo de consciência ou da falta de mobilização política, e também dos conflitos ou das divisões entre os diferentes partidos socialistas.

Nós estamos a trabalhar agora na África do Sul para que esse erro não seja cometido novamente. Dentro de um contexto histórico específico, dentro do contexto africano, estamos empenhados na tarefa de reformular, reavaliar, rever os princípios do socialismo científico. Por outras palavras, chegar a saber o que é o proletariado na África, o que é a «burguesia» no nosso contexto, o que é a luta de classes, o que significa revolução socialista nesses quadros reais e não nos livros. Tudo isso depois de analisar os resultados da nossa série de práticas revolucionárias nos últimos 25 ou 30 anos.

É um trabalho longo e difícil, porque tudo está camuflado pelo nacionalismo e pelas ideologias; e não quero falar sobre a religião, mas ela também interfere. Enquanto subsistirem as camuflagens e a democracia não estiver expressa numa informação melhor distribuída, não conseguiremos estreitar os vínculos que estão mais além das fronteiras coloniais artificiais. □

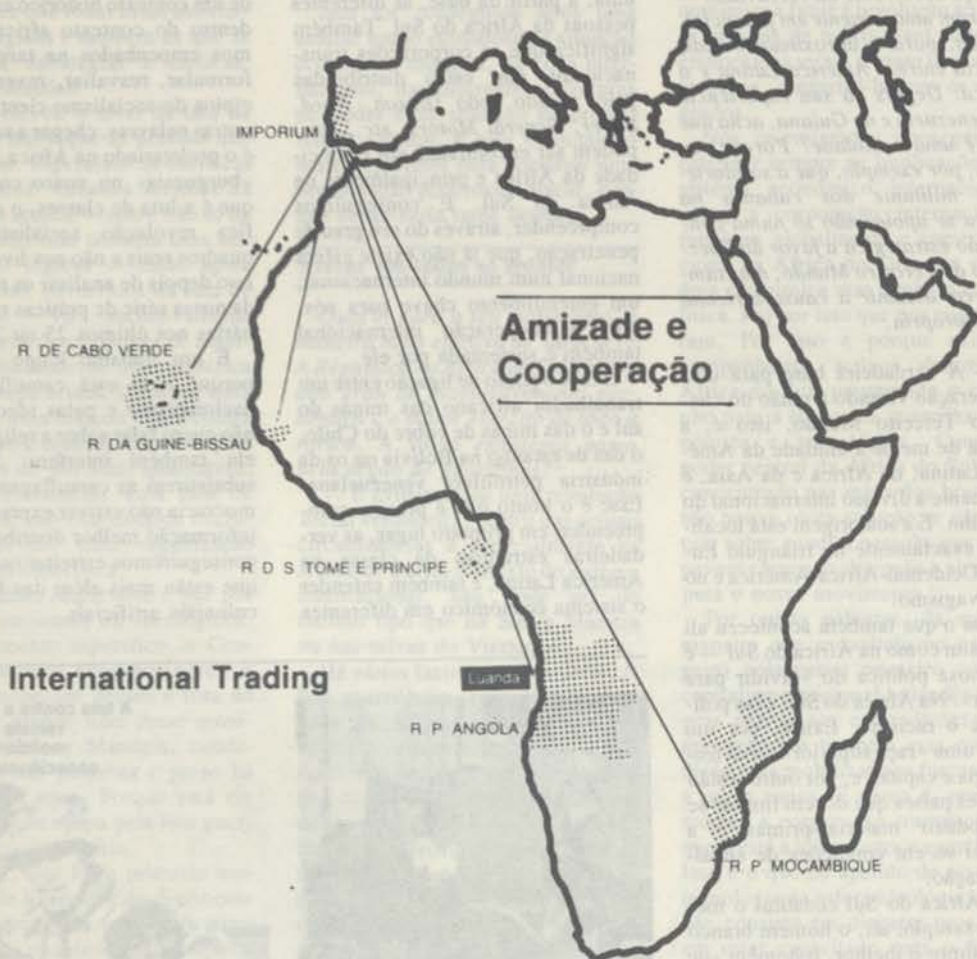


A luta contra a opressão racista ganhou a solidariedade da consciência mundial



IMPORIUM

COMÉRCIO DE REPRESENTAÇÕES, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO, LDA.



REPRESENTAÇÕES EXCLUSIVAS PARA TODA A ÁFRICA

Rua Keil do Amaral, loja 19 • 1900 LISBOA • Portugal
Telef. 851290 / 850098 / 850148 • Telex 43448 P

A «operação» de Janeiro Ou golpe militar ou guerra de recessão

Depois do golpe da OUA, o golpe da Nigéria põe novamente em causa os anseios de unidade da comunidade africana. A expulsão dos trabalhadores estrangeiros africanos da Nigéria, apresenta-se como um desajeitado eleitoralismo e como um avanço da linha pró-ocidental. Daqueles que pretendem uma maior ligação a Israel em detrimento da política de cooperação afro-árabe

Alice Nicolau



EMBORA colhendo de surpresa todo o mundo (e, muito em especial, os países mais afectados), a expulsão dos trabalhadores estrangeiros africanos da Nigéria não é um facto surpreendente. Na verdade, para os governantes desse gigantesco caos, que é a Nigé-

ria, a «operação» era quase inevitável. Os «democratas à ocidental» que reinam sobre a Nigéria vivem sob o sobressalto de um golpe de estado militar ou de uma insurreição generalizada, que perturbe a imagem civil e democrática do país, neste ano crucial de eleições.

Nos finais de Outubro do ano passado, sérios tumultos político-religiosos rebentaram no Norte do país. Desde logo essas perturbações da ordem pública foram atribuídas a estrangeiros muçulmanos vindos do Norte, nomeadamente do Chade, país que, depois da derrota do coro-

nel Kamougué e da ocupação de N'Djamena por Hissane Habré tem vindo a despejar refugiados nos Estados Unidos. Já em 1980 os tumultos registados na Nigéria foram atribuídos primordialmente a não nigerianos: a elementos vindos do Niger, do Chade e dos Camarões.

Os tumultos de Outubro do ano passado apresentaram uma característica que prova a ineficácia da actual administração (e do actual regime) para lograr um consenso nacional: essa agitação teve um carácter marcadamente anti-ocidental, de reacção contra o *nigerian way of life*, onde campeia a corrupção aos mais altos níveis, o esbanjamento de fundos públicos, a vendagem do país a interesses estrangeiros, a profunda miséria de milhões em contraste com o luxo de um punhado de ultra-milionários, provindos da classe política *. Segundo constou na altura, as forças armadas não foram chamadas a reprimir os tumultos, devido à séria indisciplina que reina no seu seio e à necessidade de manter, ao menos, os militares organizados para estarem aptos a agir neste ano crucial de 1983. Outras fontes falam de um fenómeno, mais ou menos generalizado, entre as Forças Armadas: as tendências entre os oficiais mais jovens de pôr termo à generalizada «bagunça» que reina em todas as esferas da vida social, política e económica do país. Estes jovens oficiais pertencem à mesma estirpe (não diremos ideológica, mas pragmática) em que se inserem os do Gana e do Alto Volta.

Na onda dos acontecimentos de Outubro de 1982, voltou a verificar-se um ressurgimento do chauvinismo na Nigéria, amplamente explorado — sobretudo agora — pelos políticos e pela Imprensa. Na altura a Assembleia do Estado de Kaduna apelou ao governo federal para que este renunciasse ao tratado da Comunidade Económica Centro-Africana nos termos do qual é permitida a livre passagem das fronteiras pelos cidadãos dos Estados membros.

-Trunfo eleitoral?-

Ao que parece, a decisão da expulsão dos trabalhadores africanos

foi tomada depois de conhecido o relatório oficial sobre os tumultos do ano passado, o qual apontava a responsabilidade dos estrangeiros, sobretudo dos chadianos. Quando o presidente Shagari se encontrava no estrangeiro (procurando na Índia, no Paquistão e na Arábia Saudita acordos bilaterais sobre petróleo, capazes de fazerem sair a Nigéria da crise) foi dada a ordem da expulsão. Julga-se que o presidente não teve conhecimento prévio dessa ordem.

Com certa dose de especulação, podemos encarar a expulsão não só como um desajeitado «trunfo eleitoral» (através do qual certos dirigentes no poder procuram arranjar um fácil bode expiatório para a criminalidade, a desordem e os problemas económicos) mas também — e sobretudo — como um triunfo da linha dos que pretendem fazer pender definitivamente a balança para Israel e para o Ocidente, em detrimento da cooperação afro-árabe (posta perigosamente em risco depois de a Arábia Saudita não ter chegado a concretizar a sua promessa de um empréstimo em condições vantajosas, no valor de mil milhões de dólares).

Pode ser significativo o facto de a Imprensa inglesa falar da hipótese de um «segundo» Biafra no país.

Que razões teria o Ocidente para reeditar esse sinistro episódio? Muitas e todas elas de peso. A fragmentação geográfica dos grandes Estados africanos é um anseio desde sempre acarinhado pelas potências neocolonialistas. O desmantelamento da Nigéria (considerado o Estado gigante da África, o país mais rico do continente, o Estado mais prestigiado) seria uma boa operação para o Ocidente. Desmantelada (ou quase) a OUA, duramente afectada (talvez mortalmente atingida) a CEAC, depois dos últimos acontecimentos, as negociações sobre a Namíbia têm hoje um terreno extremamente favorável para se desenvolverem. Ora a Nigéria, apesar do seu pró-ocidentalismo, apesar do seu papel ambíguo em Trípoli, apesar dos seus erros na questão do Sahara tem tido um comportamento de certa firmeza no conflito da África Austral. É certo que Shagari parece ter já

dado o seu assentimento à «linkage», feita por Pretória e Washington entre a retirada das tropas cubanas de Angola e a independência da Namíbia, mas não é menos certo que a ligação entre a Nigéria e certos regimes progressistas árabes (devido ao auxílio que estes lhe têm prestado em fases críticas) tem acentuado o mulçumanismo do regime, neste país onde, há dois séculos, o Norte mulçumano domina a realidade política.

As divergências étnico-religiosas, sempre aptas a renascer em forma virulenta, são um bom caldo de cultura para todas as manobras. O capital britânico, predominante ainda na economia nigeriana, teria tudo a ganhar e nada a perder com a criação de um Estado *yoruba-ibo*, que lhe garantisse o controlo mais fácil e directo dos campos de petróleo.

O «lobby» pro-israelita

A tendência numérica e politicamente mais forte na Nigéria vai para um boicote à África do Sul e para a proibição das actividades no país de empresas com ligações a Pretória. Foi essa a principal razão que levou Lagos a nacionalizar em 1979 os capitais locais da «British Petroleum», cuja direcção nacional decidiu então reduzir substancialmente o seu envolvimento na África do Sul. Neste momento, uma firma israelita, «Solel Boneh», encontra-se ameaçada na Nigéria, devido às suas ligações com a África do Sul.

Ora, se existe esta tendência na Nigéria, existe também outra, provavelmente menos popular, politicamente menos importante, mas de certo mais poderosamente protegida pelos capitais internacionais. Essa tendência é justamente a de colocar a Nigéria nos trilhos do diálogo (ou ao menos da cooperação) com Israel, a de fazer sair a Nigéria das organizações africanas para lhe conferir um papel mais activo nos Não-Alinhados e na Commonwealth em detrimento da OUA. Campeão dessa tendência é o veterano da política nigeriana, ferozmente antimulçumano, chefe Awolowo, maioritário nos Estados yoruba, um dos políticos que costumam frequentar Israel e que chegou a ser acusado de ser fi-

nanciado por Telavive para organizar tumultos religiosos, capitaneados por uma estranha seita muçulmana Al-Masifu (a mesma que, segundo certas fontes, cometeu o atentado contra a mesquita de Meca, em 1979), e financiados pelos Serviços Secretos Israelitas (Mossad). Essas acusações ou não chegaram a ser provadas ou foram cautelosamente silenciadas, mas puseram a nu a ligação que existe entre o sionismo e certas etnias e religiões minoritárias do país, como os dos yorubas.

O certo é que um capitalista nigeriano residente em Londres e proprietário de uma importante firma na Grã-Bretanha se propõe apoiar uma lista yoruba-ibo para a Presidência, chefiada por Awalowo...

Um momento de perigo

Para muitos nigerianos, as eleições deste ano são o momento mais perigoso da «democracia civil» do país. As tensões internas que, em muitos casos, decorrem mais de uma luta pelo poder do que de divergências de fundo, têm vindo ao de cima, desde os primeiros preparativos das eleições. Os políticos, nessa sua luta pelo poder, têm explorado e acirrado as velhas rivalidades étnicas e religiosas, que envolvem não só as três etnias mais importantes, mas também todo um conjunto de ramos e subramos étnico-religiosos. Estas eleições, como, aliás, todas as que têm pontuado a vida política nigeriana desde os primórdios da descolonização até hoje vêm marcadas do desejo de deslocar a primazia muçulmana em benefício do Sul.

A classe política nigeriana começou por entrar em polvorosa contra o censo eleitoral, organizado por um organismo especial, cuja independência é garantida pela lei, mas contestada pelos partidos. As lacunas do recenseamento eleitoral têm levado a uma luta tremenda, que não poderia ser solucionada, a não ser através do censo populacional prévio. Por estranho que nos pareça, o simples acto de proceder a um censo populacional pode conduzir ao estilhaçar do país, como aconteceu com o último efectuado.

A Nigéria nem sequer sabe quan-

tos habitantes tem nem (naturalmente) quantos cidadãos estrangeiros comporta. Daí que ninguém possa saber ao certo se existem 80 milhões se 200 milhões de nigerianos... Também se ignora se os estrangeiros expulsos foram um milhão, se dois, se três...

Depois dessa primeira batalha pelo recenseamento, têm-se vindo a multiplicar as alianças eleitorais, de uma forma tão complexa e imbricada que um estrangeiro o que não conhece directamente país acaba por se perder.

Crise generalizada

Este caso fundamental abrange todos os sectores da vida nigeriana. A Nigéria é o exemplo típico de um país africano que escolheu a via capitalista de desenvolvimento. O «boom» petrolífero, cujos principais beneficiários são as companhias multitransnacionais, tornaram a vida fácil para meia dúzia de indivíduos e levaram as autoridades oficiais a embarcarem em projectos, cujo valor global é muito superior àquilo que um país, com as características

da Nigéria, pode suportar. A confusão entre a comunidade capitalista, que faz negócios com Lagos, é tanta que muitas companhias estão a pensar em proceder em despedimentos e em desistir de projectos iniciados ou em estudo, devido à falta de garantias de reembolso.

A agricultura foi abandonada, os cargos desertificaram-se, as populações rurais desaguaram sobre as grandes urbes, elevando cada vez mais os níveis de desemprego e arrastando consigo a praga, habitual nestes casos, da marginalidade e da delinquência.

Assim a Nigéria que dantes se autoabastecia alimentariamente tornou-se importadora de alimentos e um país dependente da monocultura.

Depois da expulsão dos estrangeiros, tudo se tornará mais difícil ainda para a Nigéria. Para começar, as autoridades parecem ignorar que a maior parte dos professores eram ganeses, que as minas, os portos, a construção civil, a siderurgia, as plantações de cacau tudo dependia da mão-de-obra estrangeira. Todos esses sectores estão já seriamente afectados, uns já paralisaram com-

Shehu Shagari



pletamente, outros ressentem-se da súbita partida da maioria dos seus trabalhadores.

Para golpe eleitoral, a manobra foi estúpida. Compreende-se muito melhor que a acção de certos dirigentes nigerianos tenha sido empreendida sob instruções do estrangeiro, às quais já aludimos acima. Muitos acusam a Nigéria de, entre outros objectivos, estar interessada em subverter o regime do Gana, contra o qual terá preparado, em conluio com o Togo (e potências ocidentais) um golpe de mercenários. A chegada imprevista de um ou dois milhões de

peçoas ao Gana tornará quase impossível a tarefa de saneamento, até agora empreendida sem grandes êxitos, a que se pretende consagrar o regime do capitão Rawlings. Outros países progressistas que se vêem seriamente afectados por esta medida são os do Alto Volta e do Benim.

Mas é a própria ideia da cooperação interafricana que mais lesada se vê. É o antigo gigante negro, o patriarca da África, que fica isolado do contexto africano, que se torna o centro de ódios no seio das populações vizinhas. É a ponte estendida, tão duramente, nos anos que antecederam as independências e nestes anos tumultuosos que se seguiram à descolonização, que sofre um golpe fatal. É toda a África que vê ruir, um a um, os seus anseios unitários. Depois do golpe da OUA, o golpe da Nigéria. A quem interessa estes duros reveses, susceptíveis de fazerem recuar a ideia panafricana de várias décadas? A Nigéria? Não: àqueles cujo braço está por detrás da «operação» de Janeiro de 1983...

□

* Ver neste número «Os limites do desenvolvimento regional»

Nigéria

Os limites do desenvolvimento regional

Um estudo comparativo da Nigéria com o seu equivalente na América Latina, o Brasil, coloca em discussão o modelo transnacional de desenvolvimento económico

Ladislau Dowbor

COM quase um milhão de quilómetros quadrados, 85 milhões de habitantes e um Produto Interno Bruto (PIB) da ordem de 80 mil milhões de dólares, a Nigéria é indiscutivelmente um grande país, e um gigante em termos da África subsahariana, exercendo em grande parte o papel preponderante que o Brasil exerce no continente latino-americano.

Pela sua dimensão geográfica e económica, a Nigéria escapa às dúvidas teorizações sobre a «viabilidade» dos pequenos países subdesenvolvidos. Apresenta ainda um maior interesse teórico por se tratar de um dos raros países com essas características que não se vê obrigado a organizar (ou desorganizar) a economia em função de uma crise crónica da balança de pagamentos. Assim, a Nigéria exportou, no período 1976-1978, 95,5% do petróleo da África subsahariana, além de

assegurar 41,5% do total das exportações da região.

O Produto Interno Bruto apresenta as mesmas estatísticas invejáveis do Brasil, com uma progressão anual média de 3,1% nos anos 60 e de 7,5% na última década, atingindo, em 1979, a soma de 75,1 mil milhões de dólares. Durante os anos 70, a indústria conheceu um aumento da produção de 11,2% por ano.

A Nigéria dá-se ainda ao luxo de promover esse ritmo de crescimento industrial com uma inflação que não ultrapassa 20% por ano, índice modesto quando comparado com os 100% brasileiros, e também compreensível: dispendo do petróleo para financiar o seu desenvolvimento, não recorre à inflação para esmagar a capacidade de compra dos trabalhadores, como faz o Brasil.

-Milagre- nigeriano

A Nigéria não é, no entanto, mais milagreira que o Brasil. As suas exportações atingem cerca de 20 mil milhões de dólares por ano, nível comparável ao do Brasil, mas a taxa de crescimento das importações durante o período 1970-1979 foi de 20,6% por ano. Mais uma vez fica provada a lei segundo a qual, nos países subdesenvolvidos, a modernização acelerada baseada nas transnacionais leva a encargos permanentes em divisas mais que proporcionais às divisas economizadas pela substituição das importações.

E há mais. Se o «milagre brasileiro» conseguiu colocar o país na sexta posição no mundo no que toca à fome da sua população, com 13 milhões de pessoas num nível gravíssimo de subnutrição — menos de 1600 calorias por dia, quando até a

poverty line da Índia é fixada em 2100 calorias por dia — o milagre nigeriano não é bem melhor.

A esperança de vida na Nigéria está situada à volta de 49 anos, e a produção de alimentos por pessoa baixou de 100, em 1969-1971, para 87 em 1977-1979. Durante esse período, a produção agrícola regrediu num ritmo negativo de 0,8% por ano, contrastando com o ritmo de investimentos que cresceu de 17,8% ao ano, enquanto o próprio consumo de fertilizantes crescia num ritmo de 33% ao ano. Em 1977, esse país só conseguia assegurar 83% das necessidades de calorias por dia, um dos níveis mais baixos da própria África.

Como não lembrar, para a Nigéria, a famosa frase cunhada para o modelo brasileiro: «A economia vai bem, o povo é que vai mal...?».

Como já afirmara o professor Akin L. Mabogunje, falando sobre o desenvolvimento rural nigeriano, esse tipo de «milagre» que cria monumentos tecnológicos em ritmo acelerado, gigantes de pés de barro onde as massas populares, e particularmente as massas camponesas, se vêem esmagadas num processo de modernização que corresponde muito mais a uma extensão das linhas de produção dos países desenvolvidos, do que propriamente a um amadurecimento interno do conjunto das estruturas económicas.

Sistema transnacional

O problema-chave está, sem dúvida, nesta questão: até que ponto o crescimento implantado através das transnacionais, solidamente ligado às matrizes do Norte e apenas parcialmente apoiado pelo Estado e pelas pequenas e médias empresas locais, pode ser efectivamente absorvido produtivamente pela rede económica e social do país?

Não há dúvida que as condições de «assimilação», ou de não rejeição, são muito melhores no Brasil, formado desde o início da sua colonização para agir em função de metrópoles externas, europeias e, mais tarde, norte-americana. Mas a verdade é que os efeitos reais do recente

«salto» dos semi-industrializados ainda não foram avaliados. Enquanto o Irão se desmoronou, a Coreia do Sul, a Argentina e o México gemem, a Nigéria parece entrar, por sua vez, na fase de colher os frutos de um desenvolvimento que não respeita as realidades nacionais.

Não se trata aqui de pôr em causa propostas alternativas, cuja necessidade não precisa já de ser demonstrada, e cuja urgência decorre da própria falência e tensões originadas no processo centralizado de modernização intensiva.

Preocupa-nos mais fixar os parâmetros dessas transformações, já que o próprio facto da desarmonia entre a teoria do desenvolvimento integrado e a sua aplicação mostra que o problema é bem mais amplo.

Novo realismo económico.

Para já, e contrapondo-nos às numerosas posições pessimistas, há que salientar o revigoramento do conjunto das propostas de desenvolvimento descentralizado. Torna-se evidente, a nível internacional e nos mais diversos sistemas económicos, que o conjunto de opções básicas de desenvolvimento com participação das comunidades em vez de desenvolvimento imposto de cima, decisões descentralizadas em

vez de decisões dependendo de inúmeros escalões burocráticos, revalorização dos pequenos projectos mobilizadores em contraposição aos macroprojectos das grandes empresas nacionais e transnacionais, tecnologia adaptada e assimilável pelas comunidades em contraposição à tecnologia de ponta reservada a sectores particulares, iniciativas e controlo comunitário em vez de objectivos restritos ao lucro privado — já não constituem opções poéticas ou saudosistas, e sim a ponta-de-lança do novo realismo económico.

Noutros termos, se durante esses 30 anos do pós-guerra tivemos um predomínio absoluto do processo centralizador, com a palavra «economias de escala» em todas as bocas, o conjunto de deformações estruturais absolutamente dramáticas que esse desenvolvimento desvinculado do controlo social originou, está a conduzir actualmente a uma reviravolta que começa a generalizar-se.

Basta ver, para sentir a força desta nova corrente, o processo de descentralização em curso nos países socialistas, em particular na Polónia, com as modificações da Constituição em 1973, ou o processo de fundo lançado em França, onde depois de reger durante dois séculos as relações entre administração central e administração regional, desapa-



rece a figura do *péfét* nomeado pelo executivo, substituído pelo -conselheiro regional- eleito directamente pela comunidade, encarregado de integrar através do controlo e iniciativa locais as iniciativas ministeriais, invertendo os polos políticos de decisão.

Experiências do Terceiro Mundo

A mesma tendência está a tomar vulto nos países do Terceiro Mundo, onde as iniciativas descentralizadas se multiplicam com uma rapidez impressionante, impulsionadas, é verdade, por uma crise sem precedentes. São significativas as iniciativas mexicanas na província de Jalisco, a experiência na Índia de desenvolvimento por -blocos- de aldeias, a do Paquistão, com o sistema de conjuntos de aldeias denominadas *markaz*, a experiência de Moçambique, com as aldeias comunais, a de Cabo Verde, que hoje promove o desenvolvimento integrado por ilhas, em contraposição ao desenvolvimento sectorial via ministério, a experiência da Guiné Bissau e do seu Departamento de Desenvolvimento Regional no Secretariado do Plano, e de tantos outros países.

Interessante e muito característica é a recente decisão de reorientar a política de desenvolvimento no Mali, colocando no centro do Plano Nacional para 1981 - 1985 a dinamização dos *tons* tradicionais: - Considerando que o mundo rural constitui, no momento actual, uma necessidade imperiosa, e considerando que a auto-suficiência alimentar é a prioridade das prioridades, que não poderá ser assegurada sem uma luta consequente contra a degradação do meio agrícola e pecuário, o Conselho Nacional recomenda a rápida formação dos *tons* (aldeias tradicionais, base associativa popular), como unidade de base da nossa economia rural... -

Necessidade de mudanças institucionais

Neste sentido, é compreensível, embora inoportuno, o desencoraja-

mento apresentado por vários teóricos que vêm batalhando há anos por essa opção, pois o campo político da sua aplicação está justamente a começar a abrir-se. No entanto, essa constatação relativamente optimista não deverá impedir-nos de ver que o desenvolvimento regional não pode existir sem certas transformações institucionais de fundo pelas quais é preciso lutar.

Antes de tudo, é preciso encarar com realismo o contexto Norte-Sul no qual se inserem as agriculturas do Terceiro Mundo. Um exemplo que sempre citamos, é o dos termos de troca para a transferência de tecnologia. Um agrónomo ocidental custa a um país subdesenvolvido uma média de 60 mil dólares, em divisas, por ano de trabalho. Ora, para produzir essas divisas com exportações primárias, por exemplo de arroz, que rende cerca de mil dólares por cada três toneladas exportadas, seriam necessárias 180 toneladas de arroz, por ano, para pagar esse técnico. Ora, na Guiné Bissau, onde fizemos esse cálculo, produzir 180 toneladas de arroz implica o trabalho de um ano de, pelo menos, 150 pessoas; assim, os termos de troca situam-se numa ordem de 100 a 150 homens ano do Sul em troca do trabalho de um homem ano do Norte-Norte.

Uma nova ordem económica

Filosofias à parte, não há a mínima possibilidade de se falar em promoção do desenvolvimento, comunitário ou não, quando esse desenvolvimento implica a manutenção dessa ordem de relações entre os países ricos e os países pobres. O tema foi já exaustivamente tratado nas sucessivas conferências internacionais da luta pela Nova Ordem Económica Internacional, mas não podemos esquecer que constitui parte integrante e necessária de qualquer esquema de desenvolvimento regional.

Com efeito, de pouco adianta realizarmos experiências-piloto de desenvolvimento comunitário se estivermos inseridos numa máquina de extorsão do excedente, a nível internacional, tal como existe hoje.

Outro ponto-chave que condiciona o desenvolvimento regional é o sistema de preços relativos e de troca desigual que predomina dentro do próprio país. Com efeito, a polarização Norte-Sul tem o seu reflexo fiel dentro dos países subdesenvolvidos, em termos de polarização e de sistema interno centro-periferia, entre o pólo industrializado da capital e o interior do país.

Nos pontos mais recuados do Maranhão, no Brasil, ou nas aldeias de certas regiões da África, encontramos um consumo elevado dos produtos superfluos fabricados pela chamada indústria de substituição de importações. Os salários incorporados nesses produtos, incluindo os enormes custos de transporte e de serviços de apoio e manutenção, constituem uma forma de extorsão decisiva do magro excedente agrícola, liquidando qualquer possibilidade de acumulação produtiva a nível do agricultor.

Assim, acumulam-se os efeitos negativos da relação de troca (termos de troca extremamente desfavoráveis para o produto agrícola, relativamente ao produto industrial urbano), com os efeitos negativos do perfil de produção industrial, o que leva o excedente local a ser desperdiçado em consumo não produtivo, tal como relógios, fogões a gás, etc., em vez de elevar o consumo de produtos agrícolas nacionais que permitiriam, por outro lado, o acesso generalizado e não exagerado a esses produtos de consumo durável.

Enquanto o desenvolvimento estiver baseado nesse novo dualismo que constitui o pólo transnacional centralizador de rendimentos e a agricultura esmagada pela necessidade de criar divisas e de aproveitar o seu excedente para os macrocentros urbanos, não se poderá falar em desenvolvimento regional, pois este implica não só uma forma de gerir o desenvolvimento, como também uma forma de repartição do produto.

O papel do Estado

Outro factor-chave que deve ser encarado com realismo é o papel do Estado. Estreitamente vinculado ao

interesse das transnacionais, o Estado subdesenvolvido procura, sem dúvida alguma, realizar os interesses das classes dirigentes locais e, nesse sentido, tem uma certa funcionalidade económica e racionalidade de gestão, mas procura-os dentro de um quadro geral, definido a nível supranacional, pelo pólo dominante do capitalismo.

Assim, o Estado reproduz o processo centralizador de rendimentos e mantém o processo de extensão das linhas de produção do Norte para o Sul, impedindo uma interacção directa e equilibrada das duas grandes bases produtoras do país, a agricultura e a indústria, interacção essa que é dominada pelo sistema internacional, com todos os seus custos e deformações.

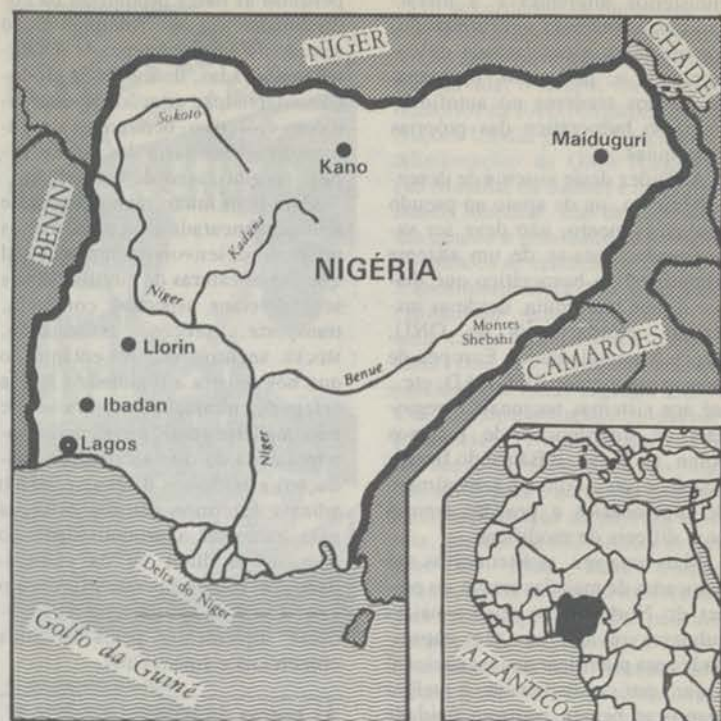
O mecanismo actual é coerente, e os seus nós estão solidamente amarrados. O Estado tem o apoio das transnacionais produtoras do grande equipamento agrícola, fundamentalmente interessadas em promover e sustentar a grande propriedade rural, a única capaz de absorver essa «revolução verde» sem raízes locais.

Por outro lado, os grandes proprietários têm evidentemente muito mais presença junto do Executivo, podendo exercer pressão no sentido de impedir qualquer veleidade de redistributivismo agrário. O próprio Estado, no seu sistema centralizado de gestão, não tem também a possibilidade administrativa de fornecer crédito e outras formas de apoio — ainda que o quisesse — ao pequeno agricultor, pois o controlo de aplicações teria que se realizar a nível das próprias comunidades, de maneira descentralizada.

Modelo absurdo

Mantém-se, assim, uma estrutura absurda da propriedade rural, espelhada no caso extremo brasileiro onde, numa superfície de 850 milhões de hectares, com mais de 300 milhões de hectares de terras cultiváveis, são utilizados menos de 50 milhões de hectares, e diariamente afluem milhares de pessoas às cidades, por falta de terras...

E mantém-se, igualmente, uma



forma absurda de acesso aos recursos subsidiados pelo Estado, orientados para a grande propriedade e, indirectamente, para as transnacionais, exigindo por sua vez o reforço da agricultura exportadora para fechar o circuito de reprodução que tem o seu elo dominante na área internacional.

Estado e desenvolvimento regional, ao nível actual de organização e de distribuição de forças políticas, constituem sistemas que se excluem, e não há projecto-piloto que subsista.

Como sempre, a tónica do problema tem sido colocada sobre os fundos, os recursos, passando relativamente despercebida a gigantesca subutilização dos factores de produção que a centralização e a vinculação com o conjunto do sistema Norte-Sul — com o seu pólo interno — originam.

Com impassibilidade burocrática e gritos pró-forma de sacrifício, os países do Norte transferem para os continentes subdesenvolvidos o seu pouco menos de meio por cento do PIB, sob a forma de ajuda a empréstimos subsidiados. Esses fundos são

canalizados, com a mesma impassibilidade, para organismos de elaboração e avaliação de projectos, que por sua vez contratam consultores e especialistas para terem a certeza da utilização adequada dos fundos concedidos. Na nossa experiência de gestão de cerca de trezentos projectos na Guiné Bissau, constatámos o esgotamento real dos fundos nas intermediações sucessivas, sendo realista afirmar que, quando 20% dos fundos atribuídos a um projecto rural se concretizam em benfeitorias efectivas a nível da comunidade para a qual estavam destinados, trata-se de um acontecimento absolutamente excepcional.

Sistema rígido

O desenvolvimento por projectos e não por unidade regional (que poderia assim ser constituída em instância política de decisão) leva à desintegração do processo de desenvolvimento em segmentos técnicos — há projectos distintos de hidráulica rural, de saúde, de educação, de sementes, de abertura de estradas, cada qual obedecendo a

ministérios diferentes e a hierarquias independentes — acarretando, por um lado, a passividade da comunidade e, por outro, o esgotamento dos recursos no autofinanciamento burocrático das próprias hierarquias.

A rigidez deste sistema de desenvolvimento, ou de apoio ao pseudo desenvolvimento, não deve ser subestimada: trata-se de um sistema administrativo-burocrático que dispõe da sua hierarquia, desde as instâncias internacionais na ONU, Banco Mundial, Fundo Europeu de Desenvolvimento, BID, BAD, etc., até aos sistemas nacionais e regionais de distribuição de recursos como, no Brasil, o Banco do Brasil, a Sudene, etc., com um sem número de funcionários e pesadas rotinas hoje difíceis de modificar.

Mais uma vez, as alternativas são colocadas de maneira errada: os países do Norte dizem que os países subdesenvolvidos não têm capacidade para planificar a nível nacional e que, por consequência, é melhor planificar bem a pequena unidade que constitui o projecto. Por consequência, promoveu-se uma atomização do desenvolvimento via projectos, reduzindo ainda mais o controlo das populações sobre o próprio desenvolvimento, além de multiplicar superprojectos irracionais para racionalizar e justificar os enormes custos de gestão das entidades financiadoras.

Gestão comunitária

Ora, entre a planificação centralizada que coloca problemas (para os quais os próprios países socialistas estão hoje bem alertados) e a atomização do processo em projectos sectoriais, existe evidentemente a alternativa da gestão comunitária e integrada — intersectorial — do conjunto dos projectos que interessam a uma comunidade, fazendo dos ministérios executores técnicos ao serviço das comunidades, que são senhoras do seu próprio desenvolvimento.

Outro ponto chave a ser levado em conta, é o da acumulação comercial e dos serviços em geral. Tem sido dedicada uma enorme

pesquisa às bases produtivas da comunidades ou do município, no sentido do abastecimento de sementes melhoradas, de meios de produção adaptados, criação de equipamento colectivo, bem como a organização comunitária das tarefas rurais, revalorização de baldios, etc.

Com bem muito menos interesse tem sido encarada essa parte menos nobre do desenvolvimento regional que são as esferas de circulação nos seus diversos aspectos: comércio, transporte, preços, informação, stocks, seguros, etc. No entanto, o que nos mostra a realidade é que a esfera de circulação encontra-se, de uma maneira geral, muito mais monopolizada do que a esfera da produção, e podemos dizer que pouco adianta fazermos grandes esforços para aumentar a produtividade do pequeno produtor ou da comunidade, se não rompermos o círculo implacável de apropriação do excedente suplementar pelos circuitos comerciais e financeiros.

As regras do jogo

Por outras palavras, os produtores rurais constituem moléculas isoladas, e o tecido que garante o funcionamento do conjunto através dos circuitos de circulação pertence, quase sempre, a uma rede, controlada do exterior da comunidade ou da região e que dita as regras do jogo.

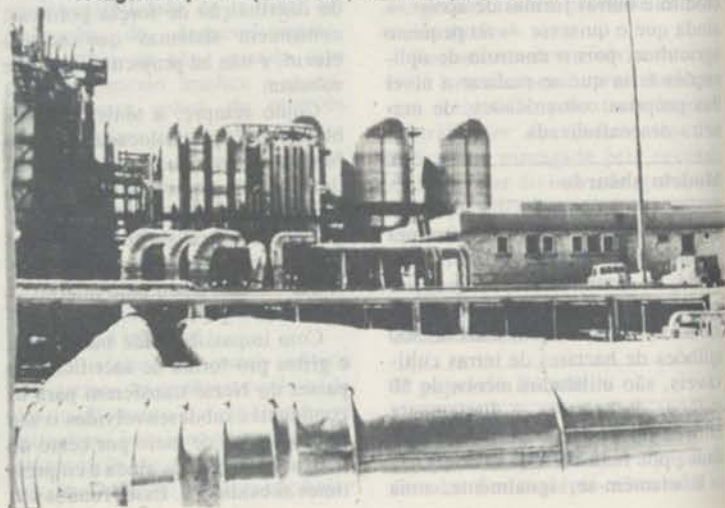
Em duas regiões completamente diferentes da África e do Brasil, por exemplo, encontramos rigorosamente o mesmo sistema: o comerciante antecipa o pagamento de um número de sacos de arroz ao produtor, proporcional à safra esperada. Procede-se assim à chamada venda «na folha». Logo após a colheita, o agricultor deve restituir ao comerciante que adiantou fundos para «fechar» o ano agrícola, uma quantia, em dinheiro ou em produto, três vezes superior, constituindo um empréstimo a juros reais de 300% por um período de alguns meses.

Como falar em dinamizar a produção, em elevar a capacidade de acumulação produtiva, nessas condições? Por acaso o produto suplementar não entrará no mesmo sistema de acumulação comercial e de esterilização de poupança a nível local? É evidente que, além de toda a problemática da produção, deve ser enfrentado o problema da descentralização e do controlo local dos circuitos de circulação da mercadoria.

Por outras palavras, quando falamos em recuperação do controlo da população, através das suas instâncias regionais de organização, sobre o seu próprio desenvolvimento económico, devemos necessariamente referir-nos ao processo conjunto de reprodução do capital, e não a um ou outro segmento.

No Plano de Desenvolvimento da

A Nigéria exportou (1976-1979) 95,5% do petróleo da África subsahariana



Guiné Bissau, a revalorização das comunidades e a retenção do excedente pelo produtor local passa assim directamente pela reorganização das «redes de apoio» à esfera produtiva: crédito rural e abastecimento de meios de produção estreitamente associados a nível descentralizado, sistema de stocks do produto — ponto importante da acumulação camponesa — a nível individual, comunitário e regional, infra-estrutura e meios de transporte, redes de comercialização controladas pela comunidade para a compra e venda primárias.

Absorção do excedente

As alternativas apresentadas nesse campo têm sido, significativamente, redes privadas que absorvem impiedosamente qualquer excedente que surja a nível do produtor rural, esterilizando-o, ou gigantescas burocracias estatais que esmagam este mesmo produtor sob o peso de intermediários da burocracia exigida e, frequentemente, da corrupção. Casos recentes como os da mandioca de Pernambuco (Brasil), e do Senegal, rigorosamente semelhantes nos seus efeitos desmoralizadores, com deturpação total dos objectivos iniciais de fomento rural, mostram apenas que não se substitui impunemente a transnacional pela macro-rede estatal.

Entre o privado e o estatal centralizado, aponta-se, evidentemente, para as estruturas municipais mais leves, e controláveis pela comunidade local na medida em que a sua dimensão as torna relativamente mais transparentes e em que não atinge a dimensão a partir da qual os cargos de gestão se tornam fonte de força política e de capacidade de reprodução de privilégios.

Inversão da tendência

Dizia Oskar Lange, um dos maiores planeadores que a Polónia teve, que, com o tempo, o progresso da informática permitiria definir a nível centralizado o problema da coerência entre os milhões de pequenas decisões que constituem a actividade económica. A informá-



O consumo elevado de produtos superfluos é reflexo fiel da polarização Norte/Sul: impossibilidade de acumulação produtiva a nível de agricultor

tica progrediu mais rapidamente do que ele poderia ter sonhado e, no entanto, os sobrecustos administrativos gerados pela centralização, quer nos países socialistas, nos países capitalistas desenvolvidos ou nos países subdesenvolvidos, atingiram tal nível, a gestão económica tornou-se tão complexa, que o processo de inversão de tendência, da centralização para a descentralização, tornou-se inevitável.

As propostas de municipalização, de desenvolvimento regional integrado, adquirem assim uma nova viabilidade. No entanto, o facto é que mesmo as experiências tentadas com o apoio dos governos não tocam nas estruturas globais, externas e internas, que em grande parte determinam o sucesso, ou não, das experiências.

Muito pouco tem sido feito, tanto na Nigéria como no Brasil, para se tocar no sistema Norte-Sul, nas estruturas internas de concentração de rendimentos, nas estruturas do Estado, no controlo das redes de ser-

viço, nos sistemas de financiamento e de acompanhamento de projectos.

Um facto novo nesse conjunto é, sem dúvida, o tempo. Os recentes, relatórios da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação) da OMS (Organização Mundial da Saúde) e do próprio Banco Mundial, não deixam dúvidas quanto à gravidade da situação: 10 milhões de crianças de menos de 5 anos morrem por ano neste nosso capitalismo subdesenvolvido, de uma causa tão prosaica como a fome. Dos 125 milhões de crianças nascidas em 1982, segundo a UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), 17 milhões não chegarão aos cinco anos. O Banco Mundial alerta para o aumento da população em situação de pobreza absoluta, que atingia 800 milhões de pessoas em 1980. René Dumont aponta, nos seus sucessivos estudos, para a destruição das terras pela monocultura de exportação e para a desestruturação das comunidades rurais, tecido social tão subestimado da produção agrícola, e tão moroso de se recompor.

O Plano de Acção de Lagos contém a declaração de 48 chefes de Estado de que serão necessários esforços heróicos simplesmente para manter os povos na actual situação de subalimentação. E o Brasil, que já se afirma possuir uma economia capitalista «madura», mantém o sexto lugar do mundo em quantidade de subnutridos...

O modelo centralizado de modernização está a esgotar-se, generaliza-se a compreensão do aspecto político e social do desenvolvimento económico, torna-se cada vez mais claro o drama da modernização que se desvincula das condições culturais e económicas do grosso da população e revalorizam-se as bases rurais do desenvolvimento industrial.

O que não podemos deixar de ver, no entanto, é que o conjunto desta orientação tem pouca perspectiva — e compreende-se perfeitamente a falência de tantas experiências-piloto de desenvolvimento descentralizado — se não se encarar e promover as modificações de estrutura bem mais amplas que ela exige. □

A reconquista das ruas

Os sectores liberais, na oposição, reforçam posições e retomam um diálogo «moderado» com os militares. Mas como falar em democracia e liberdade sem antes solucionar a situação de mais de mil presos políticos e quase 20 mil cidadãos «proscritos»?

Júlio Santa Cruz

Cronograma é a palavra mágica que os militares uruguaios, outrora legalistas, com forte tradição de respeito pela Constituição e sem maiores envoltórios partidários, criaram no seu laboratório político montado à pressa. Com isso, visavam, primeiro, tentar agrupar sob um ideário a confusa e contraditória acção política que eles vêm praticando no país e, depois, buscar um certo apoio nos sectores tradicionais da sociedade, devido à estrondosa derrota que o regime sofreu no plebiscito de 80, isolando-o ainda mais da classe política. Em 1980, 60% dos uruguaios foram às urnas para dizer não à Constituição que os próprios militares inventaram e que consagrava a institucionalização da doutrina de segurança nacional, posta em prática na América Latina pelos Estados Unidos a partir da década de 60.

O cronograma prevê a eleição, em 84, de um presidente civil da República. As eleições de 28 de Novembro passado serviram para reestruturar os partidos tradicionais; enquanto que, durante 83, os eleitos às convenções partidárias escolhem as suas direcções políticas, que irão dialogar com os militares e discutir uma nova Constituição, que deverá ser aprovada nas mesmas eleições que indicarão o futuro presidente.

Mas, algumas coisas não estão muito claras neste cronograma. Porque razão decidiu o governo militar convocar uma eleição para reestruturar os partidos tradicionais? Será que foi para esvaziar de vez os partidos de esquerda, coisa que a força e os decretos já se têm ocupado a fazer? Teria sido então com a intenção de



Mais de 10.000 uruguaios saíram às ruas para festejar

fortalecer os sectores mais à direita dos próprios partidos, em busca de uma base civil de apoio? Se foi esta última a motivação, o tiro saiu pela culatra. Vamos ver porquê.

Os partidos Colorado e Nacional existem há bem mais de cem anos e por causa da sua própria história estão divididos em diversas tendências, verdadeiros partidos dentro dos partidos. E cada uma dessas tendências (hoje são cinco, no Colorado, e três no Nacional) lançou candidatos como cabeça-de-lista. Isto porque as tendências vencedoras vão ter, pelo menos em tese, maior força dentro do partido na escolha da sua direcção máxima. O tiro saiu pela culatra, porque ganharam os sectores mais «progressistas» e mais antimilitaristas no interior dos dois partidos.

E esta vitória dos sectores mais liberais é que deu o sabor de segunda

derrota dos militares (a primeira foi a do plebiscito, em 80). Mas não se pode perder de vista que esta «segunda vitória» não garante automaticamente o regresso à democracia.

É lógico que a vitória dentro do partido Nacional da tendência liderada à distância pelo ex-senador Wilson Ferreira Aldunate (que se encontra exilado em Londres) tem o seu significado. É lógico que a estrondosa derrota de Pacheco Areco, ou seja, o apoio civil aos militares no partido Colorado, tem a sua importância. Mas quem ganhou no Colorado foi Julio María Sanguinetti, ex-ministro de Pacheco, quando presidente do Uruguai nos momentos de recrudescimento da repressão. É lógico que tem sabor de vitória a visita de Sanguinetti ao quartel geral da tendência vitoriosa do partido Nacional, na noite do domingo das

eleições, e ter falado, pelo telefone, com Wilson Ferreira, em Londres. Após o que da sacada do velho prédio, Sanguinetti falou a duas mil pessoas e pregou a necessidade de uma aliança entre as tendências vitoriosas dos dois partidos. Mas o mesmo Sanguinetti, dias depois, no Rio de Janeiro, de forma policesca, criticou a participação dos sectores de esquerda na manifestação de rua do dia 28 de Novembro e colocou-se claramente contra a amnistia.

Essas palavras contrastam com outras pronunciadas no México, naqueles mesmos dias, por Wilson Ferreira, reclamando a amnistia para todos os presos políticos, sem excepção. Os líderes dos partidos tradicionais, que se sentaram à mesa com os militares para negociar o passo seguinte do cronograma (a Constituição) anunciaram o seu repúdio pela proposta militar de institucionalizar o COSENA (Conselho de Segurança Nacional) como órgão tutelar do governo. Mas nada disseram sobre a revogação da Lei de Segurança Nacional ou que a amnistia seja defendida como passo imprescindível para a normalização democrática, como ocorreu no Brasil e na Bolívia. Líderes políticos, no entanto, já começaram a fazer pressão para que o cronograma seja antecipado e a entrega do poder aos civis se dê antes da data prevista, que é 1984.

O terror continua

Os sectores liberais vitoriosos entendem que o tom das conversações com os militares deve incidir na liberdade e na democracia. É lógico que o tom do diálogo com uma ditadura tão cruel como a uruguaia deve ser o da moderação. Mas como falar em democracia e liberdade sem antes solucionar a situação de mais de mil presos políticos a passar todo tipo de privações e quase 20 mil cidadãos «proscritos», sem direitos políticos?

Recentemente, saiu da prisão depois de 10 anos, um rapaz de família classe média, representante típico dos militantes dos movimentos sociais que abalaram o país no final dos anos 60 e começo da década de

70. Ele foi preso, na época, sob a acusação de ser um «tupamaro», quando, na verdade, apenas distribuía folhetos da organização, sem ter maiores envolvimento. Nada foi investigado. Encarcerado e pronto. Dos 10 anos que esse rapaz ficou preso, três deles foram no interior do cubículo de seis metros quadrados que dividia com um companheiro. Ele recusava-se a sair para o pátio, com medo de ser levado, por qualquer motivo, para a «ilha», uma solitária com água pelo joelho. Sem contar as violentas torturas físicas e



O general Liber Serogni

psicológicas com que todos são tratados (ver «caixa» «Não fecharemos mais janelas»).

O terror continua, mesmo depois da liberdade. Esse rapaz que saiu há alguns meses da prisão, por exemplo, não tem possibilidade de se empregar no país. Além do desemprego crescente, quem ousaria empregar um «ex-tupa»? É verdade que restritas bolsas de resistência acabam por empregar ex-presos políticos, mas é uma excepção. Ele não tem amigos. Dez anos preso, afastado da sua geração, ele não pode também deixar legalmente o país, em busca de alguma esperança no exterior, pois primeiro terá de pagar uma dívida para com o Estado por conta de gastos ocasionados nesses 10 anos. Ele deve ao governo 70 mil pesos uruguaio (cerca de 3 mil dólares) ao câmbio de Novembro.

Quantias semelhantes ficam devendo todos os presos que saem da cadeia.

E o ex-presos que resolve ficar, ou que não pode sair por falta de condições, acaba a viver quase numa semi-clandestinidade. Os seus direitos políticos são-lhe retirados, por tempo indeterminado, não pode votar e não pode ser funcionário público. É o cidadão «classe C», de acordo com a macabra classificação social criada pelo regime. Todos os cidadãos uruguaio estão classificados: «A», para as pessoas sem nenhum tipo de problema, que se locomovem livremente, que podem ir ao exterior quando quiserem; «B» — aí começam alguns problemas —, são as pessoas que estão sob algum tipo de suspeita, que podem perder o emprego público e que vão ter alguma dificuldade para viajar ao exterior; «C», os que não podem nada, são os proscritos.

O movimento sindical foi dizimado e aos poucos vai-se reanimando. E ao contrário de outros países latino-americanos que viveram ou vivem sob ditaduras militares, no Uruguai ainda é muito fraca a resistência de sectores sociais tradicionalmente liberais, como a Igreja, a associação de advogados e de jornalistas.

A Igreja uruguaia, a nível de hierarquia, é omissa.

Apenas há um ano e meio para cá sem o apoio dos bispos, o padre Pérez Aguirre, auxiliado por um ou outro padre e por leigos, conseguiu formalizar o Serviço Paz e Justiça, nos mesmos moldes do organizado na Argentina, por Pérez Esquivel, Prémio Nobel da Paz. Funcionando precariamente ao lado de uma igreja, o Serviço Paz e Justiça uruguaio consegue já hoje reunir familiares de presos, troca correspondência com entidades similares, reúne depoimentos, recebe denúncias e mantém acesa, mesmo que ténue, a chama da solidariedade e da esperança. Esperança, que é o que resta a um pequeno grupo de mães, levadas quase ao desespero pela busca incessante dos seus filhos, desaparecidos políticos uruguaio em território argentino. Devido às particulares circunstâncias, o Serviço Paz e

O que aconteceu com a «Suíça da América»?

A implantação de uma férrea ditadura civil-militar de direita no Uruguai, a partir de 1973, representou uma ruptura radical com a tradição de democracia política e de governos civis implantados no país desde 1904.

Naquele ano, José Batlle y Ordóñez — o maior político e estadista que a classe dominante do Uruguai moderno conheceu — comandou pessoalmente o exército e derrotou, em nome do governo central da mais moderna burguesia, a última sublevação de Aparicio Saraiva, caudilho do Partido Nacional (Blanco). Desde então — e depois de Batlle ter acabado com todo o peso político directo das forças armadas vitoriosas — o sistema político uruguaio foi-se estabilizando rumo a uma democracia semi-parlamentar, pluri-partidarista e aberta ao jogo de negociações e conflitos de uma sociedade altamente urbanizada e com sectores médios muito numerosos e organizados.

O interregno do «golpe brando» de Gabriel Terra, em 1933, não representou um rompimento irreversível desse processo, conforme ficou demonstrado pela recomposição do sistema político nos anos posteriores. A verdadeira ante-sala do golpe de 1973 tem as suas origens na década de 60.

A partir dessa data, aprofunda-se o esgotamento do modelo económico que financiava o relativo «estado de bem-estar», ocorrendo um fenómeno duplo: a) a crise política e ideológica da classe dirigente e dos seus partidos tradicionais, cada vez mais esclerosados e confinados às suas manobras eleitorais e ao clientelismo, o que lhes permitia o longo período de controlo comum do aparelho do estado; e b) o surgimento sob diversas formas, (sindical, política, ideológica e guerrilheira) de um movimento popular independente que rompe com o antigo populismo, e que reclama um aprofundamento social, económico e político da democracia decadente.

Essa conjunção histórica é que atemoriza a classe dirigente e que explica, em última análise, os quatro anos de «ditadura constitucional» de Pacheco Areco (1967-1972) e a irrupção posterior das forças armadas como supostas salvadoras da ordem, do Estado em crise e, em última instância, de um projecto de reestruturação conservadora do país. Reestruturação que só podia ser imposta pela violência, dadas a maturidade da sociedade civil, a solidez das tradições democráticas e a organização e o eco social crescente do amplo movimento popular em ascensão. Um movimento social e político que, nas suas diversas manifestações, reunia sectores do centro até à extrema esquerda, fenómeno bastante peculiar do Uruguai no panorama do Cone Sul da época.

O somatório da crise económica da resistência dos trabalhadores e camadas médias em crise, da impo-



tência da «classe política» branca e colorada, e da maré de contra-insurreição, impulsionada pelos Estados Unidos, permitiram que os militares ocupassem o centro do cenário político em nome da «luta contra a subversão e a corrupção». Foi essa mesma combinação de factores e o «medo» que provocava nos grupos dirigentes que os levou a suportar por tanto tempo uma presença militar que, num primeiro momento, imaginaram transitória e destinada a resolver unicamente os problemas da «ordem». Foi com esse mesmo espírito que, em 1972, os partidos tradicionais procuraram acalmar as forças armadas votando a terrível «Lei de Segurança do Estado», ainda em vigência, e que instrumenta a repressão indiscriminada e sem garantias de nenhum tipo aos opositoristas, incluindo diversos parlamentares que aprovaram essa mesma lei uma década atrás.

«Não vamos fechar mais as janelas»

NO escuro calabouço, um homem jaz no solo com sinais visíveis de recentes torturas. Da porta, um oficial observa-o e diz, em voz alta: «Os argentinos, sim, é que foram inteligentes; nós também deveríamos tê-los liquidado todos; mas não importa, aos poucos, vamos fazê-lo».

Este facto aconteceu num dia de Outubro passado, no Estabelecimento Militar de Reclusão Número Um, também chamado «Penal de Libertad», quando todo o Uruguai, com certa euforia, se preparava para as eleições de 28 de Novembro. E este é apenas mais um quadro de terror que os familiares, por não terem um meio de comunicação para denunciá-lo, vão acumulando nas suas memórias e na da história recente do País.

Muitos dos presos políticos uruguaios estão encarcerados há dez anos ou mais. Dez longos anos, nos quais foi aplicada uma constante campanha de destruição física e psíquica. Foram dez anos também de absoluto silêncio por parte dos familiares dos presos, proibidos de tocar no assunto; no Uruguai não se pode falar sobre o tratamento no interior dos cárceres, sem se ser taxado de subversivo, podendo-se, por isso, acabar por ir «parar com os ossos na prisão».

Um grupo de mães reuniu-se para relatar a uma jornalista estrangeira os detalhes desta situação dolorosa. A conversa deu-se no dia seguinte às eleições. Diz uma delas: «Ontem tivemos eleições e esta é a situação dos nossos presos. Noventa por cento deles têm alguma doença grave. Para a maioria, os duros interrogatórios e as torturas dão-se quando chegam. Depois começam os longos anos de destruição, orientados por uma equipa profissional de psicólogos e médicos que aconselham os militares. Nos últimos anos, alguns suicidaram-se ou morreram por falta de tratamento médico».

Mas, o que talvez mais angustia algumas mães é o ambiente de total insegurança dentro das prisões: «Contam os nossos filhos que não há regulamentos nos cárceres, predomina a arbitrariedade. O que hoje é permitido, amanhã não o é mais e assim sucessivamente, com o agravante de que cada falta é punida com dias e dias nas solitárias».

Muitos presos já cumpriram as suas penas, mas continuam nos cárceres. Uma mãe contou o caso do filho que cumpriria a sua pena em alguns meses. Certo dia, em Agosto de 81, ele e outros 40 presos foram retirados das celas e barbaramente torturados. O rapaz foi obrigado a confessar novos delitos. Quando ele voltou à cela um tribunal militar havia-o condenado a mais oito anos de presídio.

Só nos últimos meses é que as mães começaram a reunir-se, a organizar-se, com a instalação, há um ano e meio, do Serviço Paz e Justiça. As mães fizeram já dois actos públicos: primeiro, em Setembro passado,



Entre os milhares de presos políticos uruguaios encontram-se Lilian Celiberti e Universindo Dias sequestrados por polícias uruguaios em território brasileiro.



quando entregaram às autoridades uruguaias uma carta com 400 assinaturas, reclamando amnistia para os seus filhos; em Outubro, fizeram uma jornada de silêncio, dentro de uma igreja.

Tal como as mães argentinas e de outros países latino-americanos, as mães uruguaias começaram a trabalhar sozinhas. Mas, na noite de 28 de Novembro, com os gritos na rua de «liberar, liberar, a los presos por luchar», também as mães se deram conta de que não estão sozinhas.

Já no final da conversa, uma das mães, assustada, comentou para outra, ao seu lado: «Você não acha que estamos a falar muito alto? Não deveríamos fechar as janelas? A amiga, com um sorriso, respondeu: «Não, não fecharemos mais as janelas». (Patrícia White).

Justiça é obrigado, contudo, a agir isoladamente, ao contrário, por exemplo, do Brasil, onde advogados são os principais militantes da Comissão Justiça e Paz. Dois dos advogados do general Seregni, por exemplo, tiveram de deixar o país. Advogados de presos políticos, se não vão parar à prisão ou ao exílio, acabam por ser boicotados e nunca mais conseguem qualquer outra causa. A Associação dos Advogados tem reclamado o restabelecimento do Estado de Direito no país, mas pouco tem feito — ou podido fazer — de concreto.

Em relação à Imprensa e aos jornalistas a situação não é menos grave. A associação de classe não existe e os jornalistas que ousam resistir só encontram emprego nas pequenas publicações que são sumariamente fechadas, quando abordam problemas que desagradam aos militares. Os grandes jornais estão nas mãos do que há de mais conservador no Uruguai, com compromissos políticos históricos. Há denúncias de conhecidos jornalistas que estariam a viver a soldo da Embaixada norte-americana, com depósitos mensais em conta do City Bank no valor de cinco mil dólares.

E é na rádio que se dá a resistência pública mais visível. A Rádio CX-30, dirigida por Germán Araujo, é hoje, em Montevidéu, quase símbolo da teimosia do povo uruguaio em querer uma democracia para o país. Araujo já foi detido ou preso 155 vezes e ele mesmo não consegue explicar porque razão os militares não o prendem em definitivo ou as forças paramilitares não o fazem «desaparecer» (também em definitivo). Talvez seja porque Araujo, uma vez por semana, manda para o exterior uma fita gravada com uma narração precisa sobre as ameaças que recebeu naquela semana, com as matrículas dos carros que o seguiram e, se reconhecidos, os nomes dos agentes. Ao prender Araujo, em Janeiro do ano passado, os gabinetes uruguaio foram invandidos por cartas e telegramas de protesto de todo o mundo. Horas depois, ele estava novamente na rádio, com o seu boletim diário, chamando o general Gregório Alvarez



Wilson Ferreira Aldunate

de excelentíssimo presidente da República e, com o maior respeito, fez duríssimas críticas por causa de um qualquer disparate que o governo tenha cometido naquele dia.

Um Araujo que na noite de 28 de Novembro pegou nos microfones e controlou a multidão que, aos gritos, já se dirigia para a Praça da Independência, onde fica o palácio do governo e local considerado tabu pelos militares. Um Araujo que previu a repressão no dia 30 de Novembro, dois dias depois das eleições.

Nesse dia (dois anos do plebiscito), o Peñarol sagrou-se campeão sul-americano de futebol. Pelo menos 100 mil pessoas com bandeiras amarelas e pretas, as cores do campeão, dançaram boa parte da noite na Avenida 18 de Julho, comemorando o título. Havia o boato de que haveria também manifestações políticas. A Polícia sabia e infiltrou dezenas de polícias à paisana na multidão. Só lá pelas duas da madrugada, alguns jovens alegres pelo Peñarol e pela vitória de dois anos antes e, com certeza, por causa de algumas inofensivas cervejas, gritaram timidamente algumas palavras-de-ordem, atacando particularmente, Pacheco Areco. Os agentes puxaram os seus revólveres, cacetetes, a covardia e passaram a agredir todos. Simultaneamente, carros com tropas de choque cercaram o quartelirão maldito, de onde partiram os gritos. O povo disper-



Sanguinetti (colorado) comemora com a filha de Wilson Ferreira



O presidente Gregório Alvarez

sou. Os jovens ficaram e pelo menos 40 deles foram espancados, um levou um tiro na perna e dezenas que passavam nas imediações foram presos «para averiguação», como contaram os jornais do dia seguinte. E ser preso para averiguação, no Uruguai, significa a grande possibilidade de ter de explicar, sob tortura, o que estava a fazer na rua, naquela noite, na Avenida 18 de Julho. Dia que o «time» mais popular do país foi campeão sul-americano de futebol, a segunda grande paixão do uruguaio. A primeira, é a liberdade. □

A luta contra as transnacionais farmacêuticas

Uma nova frente de luta abre-se para os países do Terceiro Mundo: a necessidade de um código de conduta para a indústria de medicamentos

Agustín Castaño

Uma nova batalha de grande envergadura para o Terceiro Mundo foi iniciada em Dezembro passado, com a apresentação no Comité de Tecnologia da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) de um projecto de código internacional sobre produtos farmacêuticos.

O esboço do código foi elaborado pela Acção Internacional para a Saúde, um conjunto de organizações não-governamentais, e visa assegurar o fornecimento de medicamentos essenciais e a baixo custo ao público, impedindo os abusos das transnacionais, especialmente onde isso se torna mais necessário, isto é, no Terceiro Mundo.

As organizações e as forças políticas e governamentais que lutam pelo controlo das actividades das transnacionais já haviam obtido um grande êxito com a aprovação de um código não obrigatório sobre comercialização dos sucedâneos do leite materno.

A campanha para regulamentar a produção e a comercialização dos produtos farmacêuticos é mais significativa ainda pela amplitude do sector, mas sabe-se que a luta será longa e difícil.

Em Maio de 1978, a Assembleia Mundial da Saúde, órgão da ONU, solicitou ao director-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS) a elaboração de um código sobre as práticas comerciais, particularmente no que se refere a produtos farmacêuticos para o Terceiro Mundo.



Apesar das pressões de diversos governos, não se registaram avanços. Por sua vez, a organização internacional das transnacionais da indústria farmacêutica apresentou o seu próprio código, que foi recusado pelas organizações não governamentais interessadas na defesa dos consumidores, pois, como era de imaginar, a sua aplicação não modificaria abusos, mas, pelo contrário, tendia a legitimá-los.

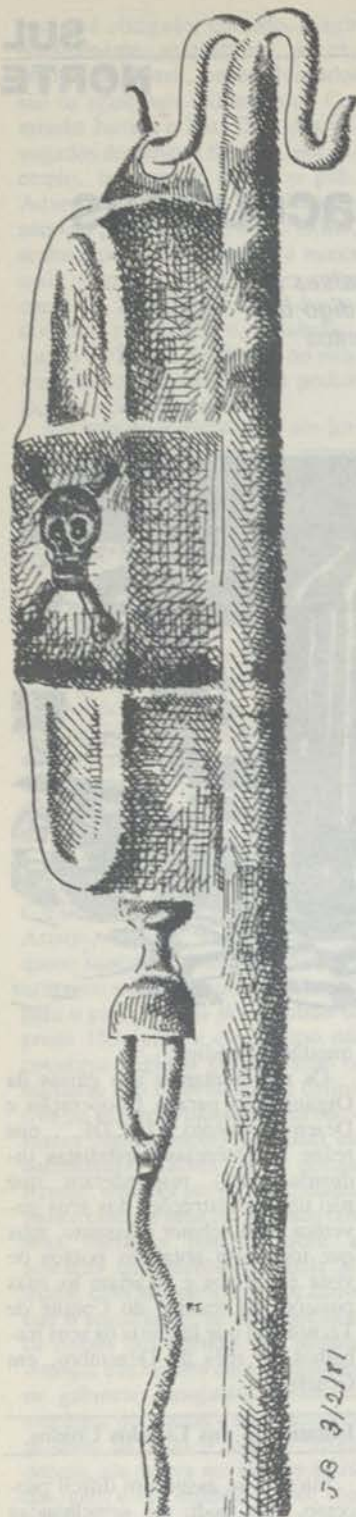
Em Fevereiro de 1982, realizou-se em Genebra, sob os auspícios da UNCTAD, uma reunião de especialistas sobre a transferência de tecnologia. Os peritos do Terceiro Mundo e dos países socialistas solicitaram em conjunto que fosse examinada a

questão do código.

Os representantes dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE, que reúne as potências capitalistas industrializadas) responderam que não tinham instruções dos seus governos para debater o assunto, mas que tomariam nota dos pontos de vista expressos e fixariam as suas posições na reunião do Comité de Tecnologia que iniciaria os seus trabalhos no mês de Dezembro, em Genebra.

Isolamento dos Estados Unidos

Iniciava-se assim um difícil processo, que pode ter semelhanças



com o do código referente aos sucedâneos do leite materno, quando diversos países da OCDE aceitaram pontos de vista dos delegados do Terceiro Mundo, mas rejeitaram um código de carácter obrigatório, bem como certas formulações.

Por meio de negociações obteve-se um amplíssimo consenso sobre um termo médio, ou seja, um código não obrigatório que, por conter o essencial das reivindicações dos governos do Terceiro Mundo e das associações de consumidores, constituía um precedente inestimável.

O objectivo é obter um registo de medicamentos adequados às exigências do país, dentro das normas da OMS

Os Estados Unidos, que assumiram a posição mais extrema, contrária a qualquer norma, obrigatória ou não, visando a regulamentação das actividades das transnacionais, foi o único governo que votou contra o código, ficando totalmente isolado.

Quanto aos medicamentos, o problema de fundo consiste em que as empresas produzem um número excessivo de produtos farmacêuticos, alguns nocivos, e, em geral, a preços excessivos para os sectores de mais baixo rendimento. Nos países mais pobres do planeta, essas práticas acarretam tragédias incalculáveis.

As transnacionais regem-se pelas leis do lucro económico e não aceitam sujeitar-se ao interesse nacional dos países onde operam, gerando uma contradição cada vez mais aberta.

A Organização Mundial de Saúde e outros centros analisaram o problema a partir de um ponto de vista científico e chegaram à conclusão de que os produtos farmacêuticos essenciais para a assistência sanitária são menos de 200.

As transnacionais produzem, pelo contrário, milhares e milhares de medicamentos, que apresentam diferenças inócuas, quando não no-

civas, e fomentam por todos os meios o consumo dos seus produtos.

Em Agosto de 1982, o governo do Bangladesh, um dos países mais pobres do Mundo e onde o problema é gravíssimo, adoptou uma linha rigorosa nessa matéria: publicou uma lista oficial que suprimia 247 medicamentos qualificados como nocivos e 1495 considerados não essenciais.

As pressões das transnacionais e do governo dos Estados Unidos para evitar a vigência da proibição tiveram como resultado o adiamento da medida e a abertura de discussões e negociações entre ambas as partes.

Produzir o indispensável

O projecto de código põe nas mãos dos governos o controlo das actividades das empresas, que deveriam registar, por exemplo, juntamente com as marcas informação sobre as propriedades dos medicamentos, práticas de comercialização, informação sobre os custos, sobre tecnologia e pesquisa.

O objectivo é obter um registo de medicamentos adequados às exigências do país, dentro das normas estudadas pela OMS, e limitando a fabricação aos produtos indispensáveis e a custo razoável.

Não se permitiria, por exemplo, o registo de um novo produto farmacêutico a menos que, comparado com os anteriores do mesmo tipo, ficasse provado tratar-se de um medicamento mais benéfico ou menos arriscado, ou que fosse vendido a preço inferior.

O código abrange toda a rede de actividades das transnacionais, desde a pesquisa até à transferência de tecnologia, desde a limitação de importações de produtos artificialmente estimuladas pelas empresas e que pesam sobre a balança comercial dos países, até a propaganda e as práticas comerciais.

Trata-se, em suma, de que as empresas transnacionais produzam mais medicamentos em relação às necessidades da população tendo como objectivo a saúde, e que não ponham acima dessas metas os seus próprios interesses, como hoje acontece.

JG 3/2/81

ECONOMIA

África

Novo recuo económico

Durante o ano de 1982 o produto bruto africano desceu em 1,4 %, o que é, no parecer da CEA, um dado particularmente inquietante

A economia africana encontra-se particularmente afectada pela recessão mundial, segundo informações e análises recentes. A Comissão Económica para África das Nações Unidas (CEA) produziu um estudo sobre o comportamento da economia regional em 1982, salientando que, durante esse ano, o produto bruto desceu em 1,4%. Trata-se de um dado inquietante, uma vez que este foi o terceiro ano consecutivo de indicadores negativos, num continente votado à miséria.

O secretário-geral da CEA, que tem sede em Addis-Abeba, referiu terem tido particular influência para esta evolução, factores internos como o clima, as limitações estruturais e as políticas erradas. Estes, somados à recessão aplicada pelas potências ocidentais, colocaram o conjunto da economia africana numa situação dramática.

No ano passado, contraíram-se a procura e os preços do petróleo que a nível regional representa cerca de 70% das exportações e quase 20% do produto bruto africano. De uma maneira geral, os países africanos viram-se obrigados a reduzir as importações para não agravarem os pesados défices comerciais, ao mesmo tempo que assumiram fortes dívidas e liquidaram reservas. Consequentemente, na maioria dos países, as reservas em divisas desceram ao nível mais baixo, atingindo um índice inferior ao equivalente do que é pago pelas importações de um mês.

Um dos aspectos mais dramáticos derivados da penúria africana, é o da insuficiência alimentar. Apesar das



A agricultura é o mais decepcionante dos sectores da economia africana

elevadas importações de alimentos, o consumo diário de calorias na maioria dos países esteve entre seis e sete por cento abaixo das necessidades mínimas.

Défice comercial com tendência a aumentar

«Esta situação complicou-se ainda mais devido à crescente existência de refugiados impossibilitados, vítimas infortunadas dos problemas sociais e políticos de África», declarou Adebajo Adedeji, secretário-geral da CEA. Segundo os cálculos desta organização, em 1983 o produto bruto regional poderia aumentar entre três e quatro por cento, pondo fim aos sucessivos retrocessos dos três últimos anos. Mas isso só se poderia verificar caso a actual recessão passasse para uma etapa de recuperação da economia mundial. Na realidade, é impossível de momento prever qual será a evolução económica global, de modo que as previsões poderão sofrer grandes variações.

Relativamente ao défice comer-

cial, a CEA calculou-o em 16 300 milhões de dólares em 1982, prevendo-se que aumente para 18 300 milhões este ano. Por seu turno, a produção de alimentos cresceu em dois por cento no ano passado, manifestando um ligeiro aumento em relação aos 1,7% de 1981. No entanto, as importações de alimentos foram, simultaneamente, incrementadas. A compra externa de sementes significou 15 200 milhões de dólares, montante um pouco inferior ao défice comercial do continente. Para o débil crescimento da agricultura africana contribuíram problemas climáticos, que se fizeram sentir com rigor, em alguns países.

Uma publicação da FAO editada em princípios de Fevereiro, revelou que, «em dezassete países de fracos recursos e com défise de alimentos, abarcando quase um terço da população da região, as colheitas em 1982 foram ainda mais pobres do que em 1981 e a produção diminuiu em 15% no total e em 17% por pessoa».

Moçambique descobre jazida de sal

CONHECIDA como o «Celeiro do País» em consequência das perspectivas apresentadas no campo da agricultura, a região do Limpopo viria a ganhar notoriedade nos últimos meses com a descoberta da mais importante reserva de sal já feita em Moçambique. Os primeiros estudos indicaram que o potencial de extração situa-se em torno dos 5 milhões de toneladas, um apreciável volume de matéria-prima que não só responderá à procura interna como deverá gerar divisas com o seu lançamento no mercado internacional.

Os estudos que conduziram à localização das jazidas fazem parte de um programa especial elaborado pela Secretaria de Estado da Região do Limpopo e Incomati para a realização do levantamento dos recursos económicos existentes em toda a área. Criado em 1979, ele tem sob a sua responsabilidade 10 milhões de hectares de florestas, pastagens, zonas cultiváveis e efectivamente cultivadas. O projecto directamente relacionado com a descoberta é conhecido como Esquema Geral e as suas pesquisas abrangem os aspectos hidrológicos, pedológicos, climáticos e geológicos.

A análise dos dados levantados permitiu identificar a presença de um lençol subterrâneo de água salgada, com um grau de salinidade que atinge valores superiores a 50 % mais do que o teor médio das águas marinhas. As informações oficiais indicam também que se trata de um verdadeiro lago subterrâneo, situado a uma profundidade que varia entre 10 e 20 metros e separado da superfície por uma espessa camada de natureza argilosa. A pequena profundidade do jazigo e as condições climáticas locais — clima tropical seco e ventos médios de 7 km/hora — permitem prever a

extração de água salgada por aéro-bombas. Calcula-se, com base numa primeira análise, que um hectare da salina produzirá aproximadamente 125 toneladas por ano.

Estima-se em 350 milhões de metros cúbicos o volume de água contida no lençol que cobre uma área equivalente a 50 quilómetros quadrados, esperando o governo moçambicano extrair dele cerca de 5 milhões de toneladas de cloreto de sódio. Por outro lado, as análises feitas determinaram a existência ainda de carbonato e bicarbonato de sódio, numa concentração média de 0,5 kg por metro cúbico. Do primeiro destes produtos será possível obter-se 150 mil toneladas.

A exploração racional da jazida descoberta permitirá aliviar em parte os pesados encargos advindos da importação de diferentes gamas de produtos e canalizar divisas para outros projectos de desenvolvimento igualmente importantes. A título de exemplo basta citar que o país importa anualmente cerca de 4 mil toneladas de soda cáustica e 750 de PVC — cloreto de polivinilo, um dos subprodutos do cloro — desembolsando em contrapartida algo à volta de 3 milhões e meio de dólares.

No que diz respeito à exportação para os países vizinhos, estava programada no corrente ano a venda de 24 mil toneladas, ao preço de 2,6 meticais ⁽¹⁾ por quilograma. Os 5 milhões de toneladas potencialmente extraíveis representariam, de acordo com esta cotação, aproximadamente 32 milhões de dólares em divisas.

Importância para a SADCC

Um dado importante quanto à viabilidade económica dos projectos relacionados com este verdadeiro

lago salgado subterrâneo refere-se à sua localização geográfica. A região onde foi feita a descoberta encontra-se na província de Gaza, no sul do país, não muito distante da zona cortada pela linha férrea que une Moçambique ao Zimbabwe. Isto indica que os custos de transporte para os países limítrofes tornarão o produto bastante competitivo no mercado regional.

Além de influir num importante sector da nascente indústria moçambicana, a exportação da jazida é acompanhada com interesse pelos nove membros da Southern African Development Coordination Conference ⁽²⁾ que vêem nela a alternativa para os preços praticados pelos fornecedores tradicionais. Os países que integram a SADCC — Angola, Botswana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Swazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe — poderão contar durante os próximos anos com um importante leque de produtos, em bruto ou derivados, praticamente às suas portas.

A reserva foi determinada através de sucessivos ensaios de amostras extraídas por intermédio de uma rede de perfurações expressamente efectuadas para este fim. A exploração propriamente dita será precedida de um estudo pormenorizado que definirá a técnica mais apropriada para a construção de poços de recuperação, o que inclui a realização de ensaios de evaporação experimental das águas subterrâneas. □

(Etevaldo Hipólito)

⁽¹⁾ 1 dólar equivale a 40 meticais.

⁽²⁾ Fundada em Maio de 1980, a SADCC é uma organização de cunho regional que tem como meta romper a dependência económica existente com a África do Sul. A CEE e o Fundo do Kuwait figuram entre algumas das organizações internacionais que têm apoiado os seus membros, além dos organismos especializados das Nações Unidas.

Brasil, 1983



De 1979 para cá, tem-se processado no Brasil uma mudança gradual mas constante na sua estrutura política, com a reorganização partidária, o regresso dos exilados, a amnistia dos presos políticos e a promulgação de novas leis eleitorais, embora algumas delas sejam contestadas pelo seu carácter discriminatório e «casuístico».

Neste novo contexto, realizaram-se em Novembro último as primeiras eleições em duas décadas, com ampla participação dos cidadãos, partidos políticos novos e uma relativa abertura dos meios de comunicação.

Uma eleição nessas condições não é

mais do que um elo no longo caminho do retorno à democracia. Mas exprime um estágio da consciência política do povo e uma avaliação da situação geral, além de representar um teste para as direcções partidárias e para o próprio regime.

No momento em que acabam de tomar posse, (15 de Março), os governadores de estado eleitos no escrutínio do ano passado, «cadernos do terceiro mundo» reuniu nesta edição entrevistas com destacados dirigentes dos partidos de oposição e uma análise da greve crise económica em que o Brasil está mergulhado.



Forças populares: o desafio da organização

Actualmente, a maior tarefa é a construção de uma terceira força partidária no país, na via do socialismo, capaz de romper com a falsa polarização entre liberais e conservadores que dominou as eleições de Novembro

Neiva Moreira

O objectivo fundamental dos estrategos do regime era, mais do que dividir as oposições como um todo, derrotar selectivamente as forças populares. Após a publicação da legislação que instituiu o pluripartidarismo, dirigentes e analistas políticos quase que erigiram em mito «a unidade da oposição». Partiam do princípio de que, para enfrentar uma ditadura que se retirava, mas que dominava ainda os centros nevrálgicos do poder, o mais eficaz seria a constituição de uma frente de partidos e tendências, em torno de um programa comum.

Na prática, essa tese propunha a adesão ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) que, no tempo do bipartidarismo — e então ainda como MDB —, era a única oposição legalmente consentida e que, por isso mesmo, conglomerava a maior parte dos sectores que se opunham ao regime.

O que muitos opositores e críticos ao regime não viram — ou não quiseram ver — é que ao governo pouco interessava «dividir» a oposição se esta não se afastasse muito da linha ideológica e política dos detentores do poder. Por outras palavras: sendo o liberal-conservador o sector hegemónico no PMDB, para quê dividir então? O esforço do governo teria que se concentrar — tal como

veio a acontecer — em dificultar a estruturação de qualquer linha alternativa na oposição.

O preço das excepções

Apenas dois partidos — e grupos isolados dentro do PMDB —, o Democrático Trabalhista (PDT) e o dos Trabalhadores (PT) se insurgiram com independência contra esse bipartidarismo disfarçado. Mesmo o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) oscilava entre o eleitorismo e as esperanças de Jânio Quadros e Sandra Cavalcante, candidatos a governador em S. Paulo e no Rio de Janeiro, em se tornarem alternativa ao PMDB aceite pelo sistema.

Leonel Brizola e Luís Inácio da Silva (Lula), líderes, respectivamente, do PDT e do PT, mantiveram as suas posições e apresentaram-se ao pleito eleitoral sob a sigla dos seus respectivos partidos, mas tiveram de suportar uma campanha dura e por vezes desleal, acusados de dividir a oposição para servir o governo.

Brizola foi eleito governador do Estado do Rio de Janeiro e o PDT teve também bons resultados nas eleições do Estado do Rio Grande do Sul. O PT, que apresentou Lula como candidato a governador, obteve em S. Paulo quase um milhão de votos, embora se tivesse mantido atrás do PTB, que apresentou Jânio Quadros como candidato ao lugar de governador do Estado.

Em todos os outros Estados, tanto o PDT, como o PT ou o PTB se viram esmagados entre o Partido Democrático Social (PDS), do governo, e o PMDB, que conseguiu convencer milhões de eleitores que era a única alternativa de oposição. Excepto nos três Estados anteriormente citados, a eleição foi integralmente polarizada por estes dois partidos, em tudo fazendo lembrar os tempos do bipartidarismo, em que a oficialista ARENA se confrontava com o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), a oposição consentida.

A incorporação do Partido Popular no PMDB foi uma jogada de mestre do sistema para o fortalecimento da ala liberal-conservadora e o isolamento das correntes populares. Aparentemente, a iniciativa pretendia ser uma resposta do PP à obrigatoriedade da vinculação de votos e à proibição de coligações partidárias, ditadas pelo governo, mas o resultado real foi, de facto, a descaracterização do MDB como uma frente de oposição progressista, transformando-o num partido de centro-direita, tão parecido ideologicamente com o PDS que hoje — sem ironia — custa a diferenciar quem é quem no governo e na oposição. Os resultados eleitorais dessa integração estão à vista. Em quase todos os Estados em que se deu essa incorporação, o antigo MDB perdeu substância. Nalguns Estados, como no Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e mesmo em S. Paulo, os sectores progressistas foram positivamente varridos. No Rio de Janeiro, de um generoso grupo de deputados federais, estaduais e vereadores na capital, de reconhecido empenhamento progressista, sobrou apenas um vereador, o jornalista Sérgio Cabral, juntamente com Heloneida Studart, uma valente militante popular, disputando as



O povo brasileiro participou activamente nas eleições.
O desafio hoje é construir uma sociedade realmente democrática, de inspiração socialista

últimas vagas. Todos, incluindo prefeitos (presidentes de câmara municipal) e os vereadores do interior foram substituídos por elementos conservadores e outros reaccionários, quase todos produto da corrupta máquina política da administração ora finda.

Mas a coisa não ficou por aqui. Nos Estados em que os novos parlamentares não saíram das fileiras do PP (um partido que era conhecido como o «partido dos banqueiros») encontram-se ligados a máquinas políticas ou oligarquias locais, sem quaisquer compromissos com a causa popular.

Muitos opositoristas pouca oposição

Poder-se-á dizer que o sistema ganhou pelos dois lados. Para além dos seus próprios resultados, viu crescer no seio do maior partido de oposição o número de governadores, parlamentares e prefeitos que oscilam entre o centro liberal e a direita. Em virtude da asfixia política interna e do poder económico exigido pelas campanhas eleitorais, verificou-se uma redução vertical daqueles antigos sectores do MDB que resistiam à avalanche conservadora e, no partido, eram vozes de combate numa organização cuja direcção sempre foi marcada pela conciliação e pelas vacilações.

O quadro hoje existente no Parlamento é desalentador. O número de deputados que fazem protestos inócuos contra medidas do governo e armam em oposição

é, evidentemente, ainda grande, mas o núcleo de oposição real diminuiu consideravelmente. Isso mesmo irá ser constatado durante as próximas discussões sobre a política económica do ministro Delfim Neto e as inaceitáveis imposições do Fundo Monetário Internacional, já admitidas por dirigentes do PMDB, como o novo governador de Minas Gerais, Tancredo Neves.

Nesse quadro desfavorável, aquilo que se tornou animador foi a vitória popular no Rio de Janeiro. A partir dela, e em torno dos representantes eleitos pelo povo desse Estado brasileiro no passado dia 15 de Novembro — Leonel Brizola, Darci Ribeiro, parlamentares e prefeitos progressistas — poderá ser reconstituída uma verdadeira oposição, que não se limite a pronunciar discursos inflamados, frases de grande efeito ou denúncias ocas, mas que procure construir um pólo de transformações numa sociedade que quer avançar e renovar-se.

O problema dessa recomposição política está em como fazê-la. Não há fórmulas mágicas nem caminhos fáceis. As leis de estilo ditatorial tratam de impedi-lo ao proibir coligações e impedir que parlamentares de um partido transitem livremente para outro, na busca de uma coerente estrutura política. Tão pouco é fácil aproveitar a brecha da lei, que permite incorporação (tipo PP-PMDB).

Mais do que isso, não é fácil superar dificuldades internas nas forças populares, nem tão-pouco conseguir um consenso em torno de determinados pontos progra-



máticos, nem sempre implantados nas aspirações das camadas sociais a que os partidos dizem servir. Os repetidos apelos de Leonel Brizola a esse esforço de união na área popular não têm encontrado respostas concretas.

Os próximos quatro anos

O facto do panorama se apresentar assim, cheio de obstáculos, não exclui a responsabilidade das lideranças populares de buscarem campos de entendimento e denominadores comuns, na procura da meta fundamental que é a constituição de um poderoso terceiro partido, de base popular e socialista.

Esperar que o PMDB, com os seus governadores e as suas bancadas maioritariamente conservadoras, assumam esse papel é cair de novo no engano e continuar a navegar na utopia. Isso não significa que não seja importante para o processo político brasileiro um grande e forte partido liberal. Mas, para milhões de brasileiros, empenhados na luta pela transformação social e pelo socialismo, esse não poderia ser um fim em si mesmo.

Não restam dúvidas de que a ala progressista do PMDB perdeu posições.

Esse facto tem sido publicamente admitido por figuras destacadas do liberalismo brasileiro, como o ex-ministro Severo Gomes, eleito senador por São Paulo, vencendo um candidato progressista como Almino Afonso, ou o líder do incorporado Partido Popular, o

banqueiro Olavo Setúbal. Ambos reconheceram o carácter centrista do novo PMDB. Setúbal foi mais longe: admitiu que já não levará por diante o seu projecto de fundar o Partido Liberal, pois o PMDB, com o resultado das eleições, passou a ocupar este espaço político que lhe estava reservado.

Vivemos um momento em que se inicia uma discussão fundamental no campo das forças populares, uma discussão que se deve ampliar muito nos próximos meses, sobre o destino da sua organização partidária. Para muitos dirigentes não é possível que o voto popular continue a eleger candidatos conservadores, cujas diferenças com o actual regime não são fundamentais e que, uma vez eleitos, não se considerem comprometidos com qualquer programa renovador.

Essa discussão abrange o Partido Democrático Trabalhista (PDT), e sectores tanto do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) como do PT (Partido dos Trabalhadores) e do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). No PDT a discussão centra-se em torno da sua transformação em Partido Socialista. No Recife e em outras capitais do Nordeste, é grande o número de jovens que envergam camisas vermelhas com uma inscrição, «O PS vem aí». Mas o problema transcende muito a simples mudança de siglas. Há partidos socialistas que não têm esse nome e há outros que se chamam assim mas a sua designação não passa de um rótulo ou de uma utopia sem base na realidade social.

O problema está no programa e também numa *praxis* socialista, que deve ser elaborada na militância consequente. De qualquer modo, o debate é importante e traduz um sinal revelador de vitalidade ideológica e política.

Nas próximas eleições, os novos partidos terão que conseguir cinco por cento do conjunto da votação e três por cento em, pelo menos, nove Estados. Se não alcançarem esse resultado, os seus eleitos perderão o direito ao mandato. Essa medida de cunho autoritário devia ter sido já aplicada nestas eleições, mas foi adiada para as próximas. Haverá partidos entre os novos que dificilmente alcançarão essas percentagens. Mas mesmo que as alcancem, não será com três nem com cinco por cento do eleitorado do país que desempenharão o papel que corresponde ao apoio que o trabalhismo e o socialismo já contam hoje na sociedade brasileira.

O problema está na decisão, capacidade e desprendimento dos militantes para a grande tarefa de articular essa nova força que, bem estruturada, terá as melhores hipóteses de chegar ao poder. A vitoriosa campanha de PDT no Rio de Janeiro, conduzida pelo governador Leonel Brizola, foi um teste significativo. Do ponto de vista da «praxe» eleitoral no Brasil e dos obstáculos levantados à sua luta, Brizola não poderia ganhar: o seu partido obtivera registo legal há pouco tempo e iniciava a sua estruturação, não dispunha de recursos financeiros nem de meios de comunicação e ele próprio retornara de um exílio de 15 anos. Enfrentou tremendas máquinas políticas, administrativas e económicas, com base no governo federal e no governo do Estado. E venceu. O exemplo está aí e o desafio também. □



Dívida externa: cinco mitos e uma verdade

Os argumentos falaciosos dos tecnocratas escondem as causas reais da recessão brasileira

Theotônio dos Santos

1º mito: a dívida externa brasileira é consequência do aumento do preço do petróleo.

Falso. A origem do déficit da balança de pagamentos brasileira, que obriga a pedir empréstimos todos os anos não está no sector comercial, onde o país tem em geral uma situação superavitária. Em 1981 e 1982 por exemplo, o Brasil exportou respectivamente, mais 1,2 e mil milhões de dólares do que importou, nesses mesmos anos. Mais: países exportadores de petróleo como o México e a Venezuela, têm também balanças de pagamento negativas. De facto, a origem do déficit brasileiro encontra-se no sector dos Serviços, onde o Brasil é sempre deficitário. O pagamento de fretes e seguros, de royalties, marcas e patentes, as remessas de lucro para o exterior e os gastos em turismo representaram um déficit anual de 3,7 mil milhões de dólares em 1979, 3,8 em 1980, 4,0 em 1981 e 3,8 em 1982.

Muitos economistas descontam desse déficit os chamados investimentos estrangeiros que entram no país, esquecendo-se que eles são, em geral, reinvestimentos de lucros obtidos no Brasil. Mesmo assim, esses investimentos não chegam a compensar os défices dos serviços (eles foram de 1,7 mil milhões em 1979, 1,5 em 1980, 1,8 em 1981 e 1,2 em 1982). É para cobrir esses défices que o país vem contraído dívidas no exterior e não para investimentos produtivos que representam, como vimos, uma parte mínima da balança de

pagamentos.

Dessa maneira, é completamente impossível resolver o problema da dívida externa pelo simples aumento das exportações. Estas nunca poderão exceder tanto as importações a ponto de cobrir o déficit do sector dos Serviços, sobretudo porque muitos dos produtos exportados têm grande parte dos seus componentes importados a preço de ouro pelas transnacionais que, com frequência, praticam o mecanismo da sobrefacturação das suas importações. Dessa maneira, sempre que se elevam as exportações de manufacturas produzidas pelas multinacionais, elevam-se também as importações de componentes, maquinarias e outros produtos necessários à expansão das indústrias exportadoras.

2.º mito. O Brasil é um país muito rico e poderá pagar a sua dívida sem problemas.

—Falso. A riqueza natural do Brasil (já que no mais é um país pobre, subdesenvolvido e atrasado tecnologicamente) nunca será suficiente para pagar as enormes dívidas contraídas no exterior. A dívida externa representava, no começo de 1982, 74 mil milhões de dólares. Descontando dessa dívida as reservas financeiras que o país possui, no valor de 7 mil milhões de dólares, atingiu-se uma dívida líquida de 67 mil milhões de dólares, o que representava três vezes mais que o total das exportações. Nesse mesmo momento, o país devia 18,5 mil milhões de dólares em serviços da dívida que teriam de ser pagos durante o ano de 1982, o que representava 82,2% das suas exportações.

Quanto se teria que investir na produção e exportação de minérios para superar essa situação? No caso de Carajás, considerada uma das maiores reservas minerais do mundo, pensa-se gastar aproximadamente 60 mil milhões de dólares emprestados do exterior para exportar cerca de 6 a 10 mil milhões de dólares por ano. Se se somar os juros que tais empréstimos implicariam, veríamos que o país demoraria 10 a 15 anos para amortizar os empréstimos recebidos para viabilizar Carajás. E isso com o agravante de se ter entregue as riquezas nacionais aos capitalistas internacionais, que aumentariam as suas

As negociações com o FMI em Brasília





Teoricamente, Carajás, uma das maiores reservas minerais do Mundo, poderia exportar entre seis a dez mil milhões de dólares por ano e ajudar a cobrir o défice da balança de pagamentos. O sr. Delfim Neto (foto) sabe que na prática não será assim. O atraso das obras e a retracção do mercado internacional não permitem essa visão optimista



remessas de lucro para o exterior e que, no final de tudo, ficariam nada mais que buracos deixados pelos exploradores das riquezas amazónicas.

3.º mito: *O Brasil soube administrar a sua dívida; por isso não teve nem terá que recorrer a uma declaração unilateral de renegociação da dívida tal como fez o México.*

Falso. O Brasil recusou-se a tomar medidas drásticas no momento correcto tal como o fizeram o México, a Polónia e Cuba. Em consequência disso, a sua dívida torna-se cada vez mais onerosa e as suas dificuldades de liquidez cada vez mais dramáticas. O custo médio da dívida brasileira (juros líquidos/dívida bruta média) subiu de 4,8% em 1970 para 14,8% em 1981 e o Brasil paga hoje os juros mais altos do mundo. Por outro lado, o Brasil enfrenta graves problemas de liquidez. Em 82 faltaram quatro mil milhões de dólares para cobrir o pagamento dos juros e amortizações da dívida, conseguidos com a ajuda do governo norte-americano. Washington emprestou 1200 milhões de dólares para salvar o país de graves problemas de caixa, enquanto conseguia o apoio do Fundo Monetário Internacional (FMI) com um empréstimo a longo prazo de 4,5 mil milhões, obtidos à custa de imposições já conhecidas.

Mas, duro, verdadeiramente, vai ser 1983. Segundo os cálculos do governo brasileiro, este poderá obter somente 12 a 13 mil milhões de dólares no mercado internacional para cobrir um défice de 18 a 20 mil milhões de dólares. Faltarão, portanto, 6 a 7 mil milhões de dólares no final do ano para fechar a balança de pagamentos.

Como cobrir esse défice? O governo brasileiro afirma que conseguirá um superavit comercial de 6 mil milhões de cruzeiros. O que é uma meta mirabolante. O país pode preparar-se, portanto, para declarar-se incapaz de pagar as suas dívidas de 83. Isto, apesar do apoio do Fundo Monetário Internacional. Se foi já tão dramático resolver problemas de tesouraria para o ano de 82, como será a situação no ano corrente?

A dívida brasileira tem sido pessimamente administrada e gastou-se tempo demais a reconhecer a gravidade da situação. Por outro lado, para obter os empréstimos previstos, o país vem alienando as suas riquezas com a entrega de concessões de reservas minerais de Carajás e outras concessões, tais como a ocupação da serra e outras possíveis facilidades ao capital internacional. Para sobreviver um ou mais anos sem declarar a moratória, o governo tem vindo a entregar o património nacional com a maior falta de cerimónia e de respeito pelo povo pela soberania nacional.

4.º mito: *Os acordos com o Fundo Monetário Internacional não vão implicar uma perda de soberania nem compromissos desvantajosos para o país. Afinal todos os países recorrem aos empréstimos do Fundo e à sua autoridade internacional para garantir créditos necessários nos meios financeiros internacionais.*

Falso. O momento e a maneira como o Brasil está a recorrer ao FMI coloca-o numa posição extremamente frágil, pois fá-lo numa situação de escassez definitiva de divisas, quando já havia chegado ao fundo do poço. Em segundo lugar, o Brasil recorre ao FMI para evitar a inevitável renegociação da dívida à qual será levado em circunstâncias ainda mais desesperantes. O FMI actuará sempre no sentido de obrigar o país a sacrificar-se internamente em vez de sacrificar a comunidade financeira internacional. Esta teme que uma declaração unilateral de renegociação (uma espécie de moratória não assumida) de mais um país tão grande como o Brasil leve à falência de bancos que ocupam um lugar crucial no sistema financeiro internacional.

O FMI actuará, portanto, como factor de pressão e contenção de qualquer medida prejudicial a esse sistema, limitando a capacidade de acção autónoma do país. Se o Brasil declarasse a renegociação primeiro, como o fez o México, e somente depois do facto consumado chamasse o FMI, teria maior poder de negociação, pois poria em xeque os credores, obrigando-os a pressionar o FMI para atender às condições do país. Isso responde também a outro mito muito em moda: o de que uma declaração unilateral de renegociação da dívida pelo Brasil provocaria uma resposta violenta da comunidade financeira internacional.

O exemplo do México demonstra que os banqueiros fazem tudo para reaver o seu dinheiro e evitam criar problemas para os seus clientes que se mostram reticentes e decididos a não pagar com sacrifícios exagerados. A única solução seria derrubar os governos que tomam tais iniciativas, mas não há dinheiro suficiente na CIA para derrubar todos os governos que caminham para uma moratória internacional.

5.º mito: *O Brasil sairá desta conjuntura sem reajusta-*

mentos estruturais.

Falso. Apesar de um sector da oposição brasileira defender irresponsavelmente uma política inflacionária que, segundo eles e contra a realidade, impediria uma recessão no país, o facto é que estamos numa recessão económica que tende a aprofundar-se cada vez mais e que exige medidas de austeridade e cortes de planos mirabolantes e faraónicos. O povo brasileiro tem que se consciencializar no que respeita à gravidade da actual conjuntura.

A questão fundamental não está na possibilidade de evitar a recessão e as medidas de austeridade e sim na definição de quais os sectores que deverão pagar o inevitável custo da crise. Quem se enriqueceu com o endividamento externo foram uma burguesia oligárquica e consumista e uma classe média alta, irresponsável e aventureira. Cabe a eles, e não aos trabalhadores assalariados e às imensas massas marginalizadas, assumir o peso da crise nos seus ombros aceitando a diminuição do seu alto poder aquisitivo.

As políticas recomendadas pelo FMI fogem sistematicamente das questões cruciais para a solução estrutural do endividamento externo. Em vez de recomendar o estancamento das remessas de lucros e do pagamento de serviços que esgotam o país, propõem uma baixa das importações para gerar ou aumentar um superavit comercial que não resolve a questão do défice da balança de pagamentos. Em vez de exigir uma nacionalização do sistema bancário com a consequente redução dos juros, exige uma contenção do crédito aos sectores produtivos e leva à alta da taxa de juros pela via do sacrifício dos bancos estatais que diminuem as suas taxas de redescuento. Em vez de favorecer as pequenas e médias empresas, que utilizam matérias-primas nacionais, apoiam a concentração do capital financeiro e as fórmulas de ajuda externa. Estas favorecem os investimentos milionários baseados na importação de matérias-primas industrializadas do exterior e de tecnologia, pagando inúteis *royalties* e serviços técnicos.

Enfim, em vez de exigir o corte do consumo ostentoso da burguesia e o fim da corrupção governamental, exige o corte dos subsídios estatais ao consumo popular e ao trabalhador, deixando intacto o sistema de subsídios à empresa estrangeira que sangra a economia brasileira. As políticas propostas e impostas pelo FMI a devedores irresponsáveis como o Brasil conduzem pois à maior concentração do rendimento no país, à maior abertura à penetração do capital estrangeiro e ao fortalecimento da grande empresa e dos grupos financeiros nacionais e internacionais.

Uma verdade: A solução desses problemas fundamentais só será possível com a formação de um governo popular, nacionalista e democrático que defenda os interesses da maioria do povo brasileiro, realize as reformas de base necessárias, nacionalize o sistema financeiro que especula com a dívida e os seus efeitos, imponha a soberania nacional e renegocie a dívida de acordo com as condições reais de pagamento aos credores internacionais. □

SOGUIPAL

(ex-ACTIMESA)

Sociedade Comercial
Luso-Guineense, SARL

IMPORTAÇÃO:

Amendoim, coconote, cera,
couros, borracha, bagaço, etc.

EXPORTAÇÃO:

Produtos alimentares, têxteis,
materiais de construção e bens de
equipamento

ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

Áreas administrativa e financeira

ÁREA GEOGRÁFICA DE ACTUAÇÃO:

Larga experiência dos mercados
africanos e europeus

SOGUIPAL

LISBOA — Tel. 54 83 16/54 83 47/54 82 69
TELEX 14238 ACTIME/P
R. Tomás Ribeiro, 50-4.º
1000 LISBOA/PORTUGAL

ARMAZEM — R. Vale de Formoso de Cima,
125-B e C Tel. 38 62 85



José Gregori:
**«A sociedade
deve ser o
protagonista do
processo
histórico»**

A proposta do PMDB, a sua análise dos resultados eleitorais e uma avaliação do panorama económico brasileiro

Laura Avellaneda

ADVOGADO, professor universitário da Faculdade de Direito, ex-Presidente da Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, José Gregori, foi eleito, a 15 de Novembro, deputado estadual pelo PMDB de São Paulo. Nesta entrevista exclusiva a *cadernos do terceiro mundo*, ele avalia o novo panorama político surgido após as eleições e traça algumas perspectivas do papel que o seu partido poderá desempenhar no futuro do processo de abertura democrática.

Qual foi na sua opinião, a importância do PMDB nas últimas eleições?

— Eu acho que o PMDB cumpre um papel nacional. Não foram umas eleições que significaram apenas uma mudança de quadros, de dirigentes, mas a meu ver elas constituíram uma etapa mais de um processo que tem pelo menos uns sete anos no Brasil. Aqui em São Paulo a evolução desse processo nas suas várias etapas foi nítida.

Até por que, o processo localizou-se geograficamente muito neste estado por uma série de razões. Foi aqui que em 75 houve praticamente um «basta» à reacção mais desumana do ponto de vista do sistema como nos casos do jornalista Herzog e do operário Manuel Fiel Filho, assassinados pelo aparelho repressivo; foi aqui em São Paulo que houve também em 1975 uma movimentação estudantil feita contra as ordens do sistema e os estudantes estiveram na rua o ano todo; foi aqui que se deu uma espécie de «basta» dos intelectuais, no congresso da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) contra as ordens do sistema. Foi aqui em São Paulo que a consciência liberal, jurídico-liberal, através da «Carta aos Brasileiros», pediu o imediato regresso ao estado de direito. Foi aqui que se começou a luta pela amnistia de uma forma mais consequente e que a Igreja teve um papel muito activo na defesa dos direitos humanos. E, finalmente, foi aqui que os operários, que a classe trabalhadora criou o seu canal de participação como coroamento desse processo.

Em Novembro, a luta passou para o plano da disputa política a nível eleitoral. E quando esse processo chega a nível de eleições, de disputa partidária, o maior partido da oposição obtém aqui uma vitória extraordinária em relação ao partido oficial: uma diferença numérica de mais do dobro. Por isso, e sem desmerecer as outras vitórias das oposições e mesmo do PMDB em outros estados, eu acho que a vitória em São Paulo tem mais consistência e uma explicação mais lógica. Percebe-se claramente que as eleições estão ligadas a um processo que se vinha desenvolvendo pelo menos há sete anos.

Sentido de humildade

Como interpreta os resultados eleitorais?

— A vitória de um sentimento oposicionista em todo o Brasil e especialmente em São Paulo é nítida. Não deixa margem a nenhum tipo de dúvida. E esse sentimento manifestou-se sempre dentro de um contexto ideológico: sempre com uma pequena inflexão à esquerda.

Mas verificou-se isso no plano nacional? Não acha que as correntes de esquerda sofreram uma derrota?

— A esquerda a meu ver — não a esquerda realista, mas a esquerda mais utópica — efectivamente conseguiu poucos resultados em todo o Brasil, mas especialmente aqui em São Paulo.

A representatividade desse resultado eleitoral é muito grande. As várias classes manifestaram alguns desejos e algumas esperanças no mesmo sentido. A proposta mais ideologizada foi a que teve menos êxito eleitoral. Isso vem comprovar que a vitória do PMDB é representativa; ela é, neste momento, nesta etapa, o que a maioria da sociedade brasileira está a querer.

Portanto, acha que a sociedade brasileira não quer mudanças radicais...

— Exactamente. Para se construir uma democracia, que é em última análise o nosso plano a médio prazo.

precisamos ter um grande sentido de humildade, saber efectivamente o que deseja a maioria. No momento, pelo que ficou claro nesta eleição, deseja em primeiro lugar uma transformação no governo central. Não prosseguir tão autoritariamente como vinha acontecendo até agora. Há um desejo de maior participação da sociedade nas decisões do Estado. Em segundo lugar, que essa mudança se faça dentro das propostas que o PMDB apresentou sem apelos a radicalismos. Nos últimos sete anos não há dúvida de que a sociedade democrática avançou e que o autoritarismo recuou. Mas essa sociedade, embora a maioria reconheça isso, não está a querer pôr em risco esse espaço conquistado em nome de alguns temas que teoricamente podem ser defensáveis, mas que dentro da correlação de forças não são exequíveis no momento.

A crise económica, que se irá agravar, trará enormes problemas sociais para a classe trabalhadora e os meios empresariais. Como é que o PMDB pretende conviver com a crise?

— A reacção das próprias classes produtoras mostra que a sociedade já não aceita um tipo de política fechado, que vem pronta de cima para baixo. Ela quer participar, ela quer opinar. As classes produtoras exigem uma abertura do Governo. A abertura política já se deu em termos que, conquanto não sejam satisfatórios, são pelo menos razoáveis. Mas a abertura económica ainda não se deu. O governo federal ainda tem o modelo do tempo do «fechamento» na sua gestão económica. Mas não é isso que a sociedade quer. Então é visível o choque entre o governo querendo manter o velho modelo e a sociedade (quase que unanimemente, porque não são só os trabalhadores e os intelectuais, mas agora também os próprios empresários) a exigir um outro tipo de política.

Mas a manutenção do velho modelo sofreu um reforço com a decisão política de recorrer ao FMI

— A questão é essa. A sociedade exige mais abertura, inclusive a nível económico, exactamente no momento em que o governo não está disposto a abrir, mas pelo contrário ainda recebe uma pressão externa para fazer uma política que convieria melhor com o «fechamento».

Vai ser impossível que o combate à inflação e a melhoria da situação financeira brasileira (do ponto de vista interno e especialmente externo) se dêem sem que a abertura política chegue ao campo da abertura económica. E vai ser impossível às autoridades monetárias conseguirem alguma coisa se elas prosseguirem no velho modelo.

Agora mesmo, estamos assistindo a esse choque: a opinião pública especializada não está de forma nenhuma satisfeita com a maneira como foram conduzidas as negociações com o FMI, com os credores em Nova Iorque. Tanto assim que a grande Imprensa (que com poucas excepções silenciaram toda a política económica durante anos e anos) abriu fogo contra as autoridades monetárias. Nas reuniões de fim de ano que os industriais paulistas oferecem e quase sempre eram uma espécie de aleluia para as autoridades monetárias, neste



O elenco paulista: Jânio Quadros (PTB), Luís Inácio da Silva (PT), Rogê Ferreira (PDT), Franco Montoro (PMDB) e Reinaldo de Barros (PDS)

ano só se ouviram críticas. O ministro do Planeamento Delfim Neto, que tinha o hábito no fim do ano de receber — uma espécie de beija-mão — toda a classe empresarial paulista, este ano deu uma desculpa e não recebeu ninguém. Embora a classe empresarial não tenha impugnado o acordo com o FMI e com os credores em Nova Iorque, não está satisfeita com a forma como isso foi feito.

Que elementos de pressão tem essa classe?

— Enquanto a dívida estava a ser negociada o assunto era tratado como segredo de Estado. Eles não tiveram coragem de noticiar que estavam a negociar com o FMI a não ser depois de as urnas terem sido abertas. O próprio ministro do Planeamento confessou que estava a negociar, pelo menos desde Setembro. Eles não noticiaram para não sofrer o desgaste eleitoral que seria muito maior se de repente nós tivéssemos levado para os comícios o problema do FMI. É claro que hoje, das classes empresariais aos intelectuais, dos estudantes ao clero mais progressista, e aos próprios órgãos de Imprensa, ninguém, que eu saiba, aplaudiu a forma como essas negociações foram conduzidas.

Notamos que as pessoas querem ser informadas e querem discutir. Depende agora de saber se as autoridades, sejam brasileiras sejam do FMI, tiveram a sensibilidade política de tirar dos resultados de 15 de Novembro as lições políticas que deviam tirar. Que o Brasil mudou e que não vai aceitar calado, cabisbaixo e passivo o que as autoridades monetárias entenderem que convém ao Brasil.

Em que termos a oposição, que ganhou em diversos estados, tem elementos de pressão? A ida do Brasil ao

Fundo vai desencadear uma crise imprevisível?

— Os governo opositoristas têm a favor deles o facto de a maioria da opinião ter desejado nas urnas uma política diferente. Então, quando eles virem através de mobilização da opinião pública uma política diferente da do FMI, eles não estão a falar por razões partidárias, nem por quererem ver o circo pegar fogo, estão a falar porque têm que ser fiéis aos mandatos que receberam da maioria do eleitorado. Estão legitimados para fazerem pressão junto do governo federal. Do ponto de vista do assalariado, pequeno e médio, do ponto de vista do produtor, pequeno e médio, do funcionário público, pequeno e médio, e mesmo do profissional liberal, pequeno e médio, o cinto já chegou ao último furo.

Todas as categorias a nível pequeno e médio estão no ponto máximo de resistência. Exigir que elas se sacrifiquem ainda mais do que se sacrificaram até agora é efectivamente colocar a temperatura social num ponto imprevisível.

A política externa

Voltando ao tema FMI, o ministro dos Negócios Estrangeiros Saraiva Guerreiro, afirmou numa entrevista recente que a ida do Brasil ao Fundo não implica uma mudança da política externa. O que pensa a esse respeito?

— No momento em que trazemos aqui o Fundo e pedimos quase pelo amor de Deus que aprovelem as nossas contas e levamos o presidente do Fundo para o salão do hotel em Nova Iorque onde estão todos os nossos credores, lhe pedimos para dizer que aprovou as nossas contas, para ele advogar a nossa causa, e pedimos aos banqueiros um prazo apertado de uma semana, e não mais de uma semana, para darem uma resposta, se renovam realmente os prazos dos nossos pagamentos ou não, quer dizer, nessa altura, toda a soberania brasileira, toda a independência brasileira, inclusive aquela que passa pelo ministério das Negóciois Estrangeiros, tudo isso foi por água abaixo.

Efectivamente, já não é possível ao Saraiva Guerreiro falar alto quando o Delfim Neto está a falar baixo. Imaginar o contrário é fazer poesia. Na realidade, quando um país do ponto de vista financeiro chega ao ponto do Brasil, não tem condições de fazer uma política externa diferente daquela que está a ser feita pelas suas finanças internacionais. Se nós estamos neste momento de chapéu na mão perante os nossos credores, não será numa conferência internacional sobre qualquer assunto, organizada ou representada pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, que o Brasil possa tapar o Sol com a peneira e apresentar-se como um campeão de independência do Terceiro Mundo.

Acha então que as relações do Brasil com o Terceiro Mundo podem mudar, especialmente com a África, que foram mantidas com uma certa coerência?

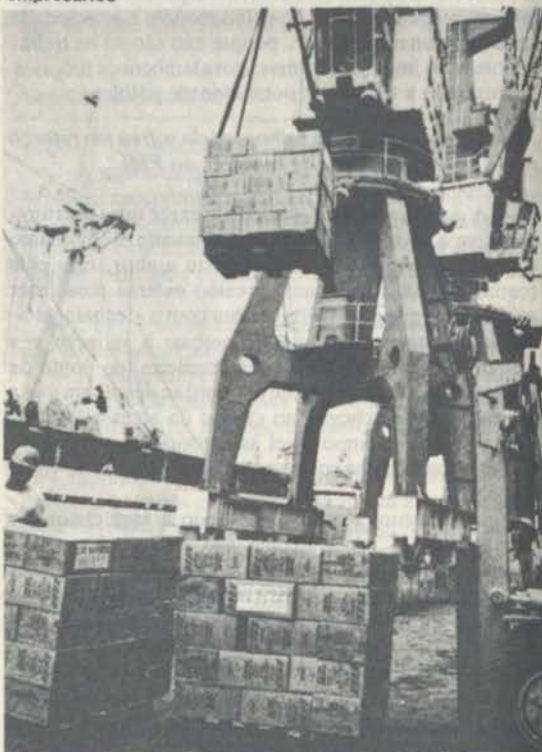
— As alianças contruídas não vão desfazer-se. Mas todos os países que se associaram ao Brasil esperando que ele pudesse representar uma espécie de liderança, sabem que este país tem problemas específicos de tal monta que actualmente ele só pretende liderar-se a si próprio. A política externa (que em linhas gerais eu acho que foi bem feita) continua. Mas enquanto o Brasil não resolver a sua situação económica e financeira do ponto de vista internacional, mesmo que não queira, começa a ser visto pelos seus parceiros como um país que está cheio de problemas.

Uma convivência razoável

Voltando ao nosso assunto que é o PMDB, porque razão não emergiu desse partido um líder carismático como aconteceu noutros?

— Porque o PMDB é no momento o partido mais sintonizado com a nova sociedade brasileira. Ele tem a meu ver uma representatividade muito maior que qualquer outro partido da oposição. Notamos, principalmente depois de uma campanha como a de 15 de Novembro, que a sociedade brasileira não vai atrás de milagres porque já levou um grande golpe em matéria de milagre económico. O que ela deseja é aquilo que o

Para os assalariados, o cinto já chegou ao último furo. Mas o mesmo panorama atinge já os pequenos e médios empresários





A abertura política terá que chegar ao campo económico para se alterar o velho modelo

PMDB soube representar: um partido aberto, um partido de muitas tendências convivendo com razoáveis taxas de consenso, sem que uma pessoa ou um grupo seja hegemónico em relação aos restantes. Penso que quando o PMDB durante tantos anos combateu o autoritarismo ele estava exactamente pregando aquilo que começa a colher agora. A democracia só vai ser contruída quando toda a sociedade — sem nenhum tipo de concessão a caudilhos em ascensão ou a caudilhos em decadência — tomar o processo histórico para si. Deve-se contruir a democracia sem apelar para líderes carismáticos, fardados ou de toga. Pelo menos aqui em São Paulo, os chamados homens de carisma não conseguiram os resultados que antigamente, principalmente na fase populista, esse tipo de liderança conseguia.

Daqui por diante terão de haver acordos para poder governar. São previsíveis pactos entre o PMDB e outros partidos?

— O PMDB, pelo menos em São Paulo, deve ter a humildade de entender que soube interpretar o sentimento da maioria do eleitorado mas que o PMDB não tem o monopólio da vitória de 15 de Novembro. O PMDB deve ter sempre a compreensão de que a caminhada deve ser feita em comum com outras forças oposicionistas representativas do mesmo desejo que ele tem de consolidar a democracia a médio prazo.

E a nível nacional, quais são as perspectivas?

— A nível nacional será a mesma coisa, pois não vejo como possa a situação ser diferente nos outros estados em que o PMDB ganhou. E principalmente em termos da nova Câmara teremos que juntar-nos a outros partidos da oposição, inclusive ao PDT. Pois o PDT tem a mesma visão da necessidade de manter, consolidar e ampliar a

abertura. Tudo o que se puder somar em torno desses três objectivos deve ser feito de uma maneira muito consciente. O PMDB não vai minimizar-se ao aceitar o diálogo e mesmo estimular o diálogo com outras forças democráticas.

A Constituinte

Como vê o problema da Constituinte nesta nova legislatura?

— É um tema que tem razão de ser explorado, porque a Constituição que temos é autoritária, feita por uma junta militar e que não traduz a vontade nacional. Mas a elaboração de uma nova Constituição, a meu ver, tem que ser precedida por uma etapa em que sejam discutidas os temas que devem ser regulamentados. Primeiro é preciso criar uma consciência constituinte antes de se mandar deputados e senadores fazerem uma nova Constituição. Porque nós nunca tivemos até hoje, salvo a Constituição de 46, uma Constituição que tenha sido realmente discutida, desejada e querida pela maioria da sociedade brasileira.

Então, para fazer mais uma Constituição, que reflita apenas a vontade de alguns sectores e o pensamento de alguns especialistas, acho que é melhor deixar o que aí está e ir construindo essa consciência constituinte. E grande parte do meu trabalho na legislatura que se inicia em Março vai ser nesse sentido: chamar a atenção do que é uma Constituição democrática e o quanto é necessário que todas as pessoas tomem consciência do que uma Constituição regulamenta, e o quanto são importantes os itens que ela regulamenta para a vida de cada um. Enquanto a gente não tiver feito esse trabalho de consciencialização, de esclarecimento, penso que é prematuro colocar o problema de fazer uma nova Constituição. □



Lula:

«mexemos na cabeça de milhões de brasileiros»

O presidente nacional do Partido dos Trabalhadores (PT) declara-se disposto a conversar com Brizola, mas preocupa-o o diálogo com a direcção do PTB

Paulo Cannabrava Filho

CONHECIDOS os resultados eleitorais no Rio de Janeiro, o governador eleito e presidente nacional do Partido Democrático Trabalhista, Leonel de Moura Brizola, exortou os demais partidos populares a unirem-se numa grande e única frente de esquerda, capaz de conduzir a luta democrática do povo brasileiro.

O apelo é sustentado na constatação de que o resultado eleitoral evidencia uma forte tendência do espectro político do país em se consolidar em duas grandes frentes situadas no centro e na direita, ficando à esquerda um aglomerado de pequenos partidos sem grandes hipóteses eleitorais. Isto garantiria a alternância de poder entre conservadores e liberais, sem maiores riscos de vitória de uma proposta alternativa ao modelo político-económico.

Segundo o raciocínio do governador Brizola, se o PDS e o PMDB constituem duas frentes fiéis ao sistema, é necessário constituir uma terceira frente, que não represente apenas uma oposição política mas também uma alternativa ao modelo de desenvolvimento.

Neste sentido, o governador Brizola exortou todas as correntes de esquerda do país, particularmente os trabalhistas e socialistas, para começarem a discutir, a nível nacional, a possibilidade de criação de um grande partido que lute pela construção do socialismo no Brasil.

O apelo à unidade e o início de conversações com outras correntes partidárias tiveram uma ampla repercussão nas bases populares da oposição.

Os entendimentos iniciaram-se com sectores do PTB, cujas bases revelaram considerar necessária a união de todos os trabalhistas. Isto, apesar de alguns dirigentes deste partido continuarem fiéis ao actual regime.

De seguida houve o encontro entre Brizola e o dirigente nacional do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio (Lula) da Silva, em meados de Janeiro, em São Paulo, considerado por ambos como altamente positivo e ponto de partida para futuros entendimentos. «Saímos do encontro muito mais próximos uns dos outros do que quando o iniciámos», disse Brizola.

Uma semana antes deste encontro, o representante de «cadernos» em São Paulo, Paulo Cannabrava Filho, entrevistara Lula, com o objectivo de conhecer a estratégia pós-eleitoral do Partido dos Trabalhadores.

Depois de uma campanha eleitoral intensa, em que o Brasil viveu uma expectativa muito grande, acha que o resultado das urnas oferece, realmente, perspectiva de mudança para o povo brasileiro?

— Não. Eu não acredito que as eleições tragam mudanças substanciais, principalmente para os sectores mais oprimidos da população. Isto, porque a maioria das pessoas eleitas não têm ainda compromissos com os oprimidos, com a classe trabalhadora, seja do campo ou da cidade. Se analisarmos o processo eleitoral brasileiro de 1982, apercebe-se que, com a excepção de Brizola, no Rio de Janeiro, não se pode dizer que os governadores eleitos sejam mesmo de oposição. A nível da Câmara de deputados, percebemos que os liberais ou conservadores tiveram uma ampla vantagem sobre a esquerda. Isto significa aquilo que dizíamos antes das eleições: o quadro político económico e social brasileiro só mudará no dia em que os mais variados sectores sociais do país participem activamente na vida política sem se deixarem levar pelas propostas que pairam no ar, fundamentadas apenas no nacionalismo.

Ouso afirmar que a situação da classe trabalhadora continuará praticamente na mesma. O que poderá haver é um pouquinho mais de paternalismo aqui, um pouquinho mais de paternalismo ali. Porém, sem que se criem condições objectivas para a classe trabalhadora participar como factor determinante no processo de decisão do Estado e do país. Não obstante, é verdade que as eleições significaram um passo importante no processo político, na medida em que houve uma manifestação através das urnas, que fortaleceu os partidos de oposição. Mas não será apenas com uma eleição que o nosso povo irá eleger a grande maioria dos representantes comprometidos com a luta do movimento sindical e do movimento popular.

Como avalia o resultado eleitoral obtido pelo PT?

— Acho que, em números absolutos, o Partido dos Trabalhadores obteve um resultado aquém do que espe-

rávamos. Estávamos preparados, pelo menos internamente, para obter aquilo que a Lei exigia anteriormente, consistindo num mínimo de três por cento em cada estado e de cinco por cento a nível nacional. No entanto, em números reais, o Partido dos Trabalhadores ficou a desejar, neste processo eleitoral.

A que atribui esse resultado?

— É que somente durante o processo eleitoral tomámos consciência das dificuldades que há para se participar em eleições num país onde o poder económico é determinante. Por outro lado, o que foi importante para o Partido dos Trabalhadores é que, através das poucas oportunidades que tivemos junto dos meios de comunicação social e nos comícios, conseguimos colocar a proposta do Partido tal como ela é, sem qualquer censura. E temos a certeza de que «mexemos» na cabeça de milhões de brasileiros. Embora isto não tenha significado votos para o PT, temos a certeza de que ele é hoje uma realidade, que a classe trabalhadora sabe que ele existe e está convencida de que as eleições foram apenas um passo na nossa organização. A construção do PT será realizada nos 365 dias do ano, na luta junto dos vários sectores da sociedade.

Apesar destes resultados eleitorais o PT está presente no Congresso Nacional. Qual será a actuação da sua bancada?

— Embora a bancada do PT seja numericamente pequena, acredito que poderá sobressair, na medida em que é preciso «entrar numas brigas» muito sérias no Congresso Nacional, o que os políticos viciados e profissionais jamais farão. A primeira é a de restabelecer as prerrogativas para o próprio Congresso Nacional. A segunda é a de devolver ao Parlamento o poder de legislar em torno de medidas económicas. Quando isso se conquistar, o Congresso será muito mais representativo da sociedade brasileira, do que actualmente.

Ação interpartidária

Que possibilidade vêem em se realizar uma política de coligação entre as oposições, a nível nacional?

— Nós temo-lo discutido a nível de bancada e de direcção executiva e achamos que é plenamente possível haver unidade (havendo condições, claro) em torno de projectos comuns que venham a beneficiar a maioria da população brasileira. No entanto, somos contra qualquer medida que descaracterize a identidade dos partidos políticos existentes. Defendemos a ideia, urgente, de que os partidos eleitos com um discurso de oposição se devem unir. Este tipo de unidade, feita de acordo com cada situação política criada e em cima de lutas concretas, é a mais viável e a mais sensata para a acção interpartidária.

E em São Paulo a posição do PT seria diferente da definida a nível nacional?

— A posição é a mesma aqui, em São Paulo. Já definimos que não participaremos no governo Montoro. O partido, no entanto, estará aberto para discutir politicamente as composições a nível do poder legislativo e não fará uma oposição sistemática ao governo Montoro.



Os resultados obtidos no acto eleitoral de Novembro de 82 ficaram aquém dos esperados por Lula

O que pretendemos fazer é apresentar à opinião pública as propostas do PT para a educação, saúde, desporto, alimentação, etc. Assim, o povo poderá compará-las com as propostas dos outros partidos.

Anteriormente, analisando os resultados eleitorais no Rio de Janeiro, referiu-se a Brizola como uma excepção. Qual será a posição do PT no Rio?

A mesma que a nível nacional. Nós não faremos uma oposição sistemática a Brizola. A nossa proposta é também a de não participar no governo e a de apresentar os nossos planos pra cada área específica da administração. Vendo o que eles estão a fazer e o que nós temos como proposta, o povo será o próprio juiz.

O Fundo e a crise

A crise económica agrava-se e o Brasil foi ao Fundo, literalmente, não é? Para enfrentar a crise, o governo federal diz precisar da colaboração de todos e propõe uma economia de guerra. Como vê as perspectivas para o Brasil, frente a esta crise e qual a posição do PT em relação ao apelo de colaboração do governo?

Não é novidade o governo dizer que precisa da colaboração do povo. Todos eles, na época das «vacas gordas» dão um pontapé na classe trabalhadora e na época das «vacas magras» pedem a compreensão e a cooperação dos trabalhadores. Não seria de esperar que fosse diferente no governo do Figueiredo. Principalmente num momento em que se abrem as portas do Brasil ao FMI e em que se viola a soberania nacional.

Embora as autoridades não o queiram reconhecer, acho que a soberania nacional deixa de existir quando os representantes do FMI obtêm informações que nenhum brasileiro pode obter, a não ser os ministros da área económica e, quem sabe, nem todos. Pois nem o Congresso Nacional, nem os governadores dos estados, nem o movimento sindical e o próprio empresariado nacional têm conhecimento da verdadeira situação por que o Brasil passa. O que é lamentável é que se tente consertar as coisas quando já não têm conserto.

O facto concreto é que não deveríamos discutir sim-



A classe operária de S. Paulo não privilegiou o PT, antes repartiu o seu voto pelos diferentes partidos da oposição. Na foto, Lula durante as grandiosas greves dos metalúrgicos, em 1979.

«Na época das 'vacas gordas' dão um pontapé na classe trabalhadora e na época das vacas magras pedem compreensão e cooperação»

«A nossa luta deveria ter começado há muito tempo para evitar que a dívida externa chegasse onde chegou, para evitar os estragos que a má administração do regime autoritário fez neste país»

«Cometeremos um grave erro se ficarmos à espera que os próprios responsáveis por esta crise encontrem solução para ela»

plesmente porque razão o Brasil se entregou ao FMI. A nossa luta deveria ter começado muitos anos antes, para evitar que a dívida externa chegasse onde chegou, para evitar os estragos que a má administração do regime autoritário fez neste país. Nós acreditamos que o FMI ainda pode ser combatido na medida em que a sua política de austeridade acabará por impor à classe trabalhadora medidas restrictivas não só das suas conquistas salariais como também de condições de trabalho. Cabe, portanto, aos políticos deste país e ao movimento sindical mobilizar todas as forças, primeiro, para que o povo conheça o que é o FMI e as suas implicações dentro do país; segundo, para que o povo evite que a ingerência do FMI na política económica brasileira signifique deterioração da já má qualidade de vida do nosso povo. Cometeremos um grave erro se ficarmos apenas à espera que os responsáveis por esta crise encontrem soluções, que sem dúvida não serão as do povo. Acho que todos nós temos de assumir a responsabilidade de não permitir que governos incompetentes entreguem a nossa pátria por causa de interesses de grupos económicos.

Qual a resposta que dará ao apelo de Brizola para a união dos trabalhistas e dos socialistas?

Vamos conversar. Converso com Brizola sempre que ele quiser e ele sabe disso. Tenho muito respeito por Brizola. Agora, o que me preocupa é esse «papo» com Ivete Vargas. Com esse tipo de gente, como o Mendonça Falcão, não se pode pensar nem em alianças. Pergunto-me se não estaria a haver uma precipitação na ideia de fusão. Acredito numa coisa que para mim se está a iniciar e que norteia a minha acção. Acredito que, ao invés de querer utilizar a classe trabalhadora, é preciso dar-lhe consciência para que possa determinar o seu próprio caminho. Nós pretendemos organizar o povo nos bairros e nas fábricas, fundamentalmente, através dos núcleos do Partido. Os nossos núcleos são de militantes, quer dizer, vão fazer com que tenhamos uma acção política, uma participação. Vamos levar por diante este trabalho. A nossa prática é que é diferente. □



O pensamento de Brizola

Uma sumula da visão do mundo do governador eleito pelo estado do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, extraída de discursos e aloquções efectuados ao longo da campanha para as eleições de Novembro

O que se segue é uma colagem na qual são apresentados alguns dos principais pontos do pensamento político, económico e social de Leonel Brizola, os seus conceitos sobre problemas nacionais, internacionais e locais, expostos durante a recente campanha eleitoral, no Rio de Janeiro, em discursos, debates e entrevistas.

A volta do exílio

«Primeiro, acusaram-me de voltar acomodado, mais prudente, social-democrata. Não seria mais o mesmo. Agora, vejo as mesmas áreas que tradicionalmente se apresentam como de esquerda, levantarem restrições no sentido contrário, de que sou radical, etc. De facto, nem uma nem outra acusação tem razão de ser. Cheguei realmente ao Brasil com prudência e humildade. Seria uma pretensão da minha parte voltar depois de 15 anos a ditar regras. E aí sim, teriam razão de questionar as minhas atitudes. Considero que tenho adoptado uma prática política consequente, com base numa visão estratégica da situação brasileira. Achei que era meu dever candidatar-me ao governo do Rio de Janeiro, como alternativa oposicionista válida e honrada para a população deste estado».

Governar com o povo

«Não pretendo governar apenas para o povo, mas

com o povo, como um instrumento ao serviço do povo, aproveitando todas as suas poderosas energias, que são deliberadamente mantidas em estado latente. Essa potencialidade não foi ainda utilizada, porque os senhores do poder têm medo dela».

República social

«Aspiramos a uma república social, onde as liberdades fundamentais sejam garantidas. Uma república que assegure a legitimidade democrática e defenda a soberania nacional. É necessário pôr termo ao predomínio das transnacionais na nossa economia. Temos de discipliná-las, trazê-las com rédea curta. Não podemos conviver com as raposas dentro do galinheiro. O socialismo que o PDT tem como meta é um socialismo democrático, pluralista, a ser alcançado através do voto. Um socialismo com as características do nosso povo. Um socialismo moreno».

Oposição

«Fazemos oposição ao sistema no plano nacional, e ao seu subproduto no plano estadual, o chaguismo. Tenho sido pessoalmente apresentado, por um lado, como radical de esquerda, até como 'incendiário', e, por outro, como um colaborador do governo, um 'divisionista'. Tudo falsidades ditadas pelo desespero de quem se sabe de antemão derrotado. O povo percebeu muito bem que a minha própria presença numa campanha eleitoral como esta, já representa um desafio aos 18 anos desse regime de autoritarismo e arbítrio que aí está».

Revanchismo

«Revanchismo é uma palavra que não consta do nosso dicionário. Lutamos, sim, contra a persistência dos métodos ilegais desse núcleo autoritário, que pretende continuar indefinidamente a tutelar a Nação. Escudado na legitimidade do meu mandato, espero, se for eleito, ver estabelecido um clima de compreensão com as altas autoridades das forças armadas, que me permita governar em paz, num clima de ordem e segurança para todos.»

FMI

«Por uma questão de princípios, somos contrários a que as nações — e principalmente a nossa — se submetam aos controlos e exigências do Fundo Monetário Internacional».

Sangria

«É uma realidade aqui no Brasil, na América Latina, no Terceiro Mundo: administrar é sempre administrar a insuficiência, a perda, o défice, a sangria. É a perda dos frutos do nosso trabalho, da nossa capacidade de economizar. Vai-se tudo embora, de tal forma que não se satisfazem com o que levam e ainda assinamos papagaios



lá fora para lhes dar mais. Encaro essas responsabilidades, é natural, com seriedade, mas também vejo o que passa muita gente por aí. O papel do meu colega Siles Zuazo, na Bolívia, vai ser mais difícil que o meu.»

Brigas

«Verifico que algumas autoridades querem brigar comigo, mas eu não quero e não devo brigar com elas. Sou um governante legítimo e, como tal, desprendo-me da pessoa humana Leonel Brizola para ser o governador de todos os cariocas e fluminenses.»

Reagan

«Nada sei sobre isso (N. R. — a versão, transmitida por um repórter, de que o presidente Reagan não passaria pelo Rio de Janeiro devido à eleição de Brizola) e creio que a passagem não estava prevista. De qualquer forma, é uma situação desafortunada, pois seria honroso para nós receber um visitante estrangeiro. E ele havia de festejar aqui, como artista que é, a eleição do nosso Aginaldo Timóteo. Um cowboy e um cantor de serenatas.»

Desenvolvimento capitalista

«O próprio presidente Vargas preconizou para o país um desenvolvimento capitalista, autónomo, nacional e independente, que tornasse possível um regime demo-

crático semelhante ao da Alemanha ou da Inglaterra. Com a penetração do capital estrangeiro no nosso país, essa alternativa foi levada a um impasse. O modelo económico vigente jamais será legitimado pelo povo nas urnas, porque ninguém iria legitimar o seu martírio, dado que o modelo actual implica a marginalização de contingentes maioritários da população.»

Constituinte

«Não creio na possibilidade de uma Constituinte sem que haja uma mudança da correlação de forças. Não há ainda ambiente para uma Constituinte no Brasil. Só conseguiremos ter uma ordem democrática estável, quando tivermos partidos reais e verdadeiros. Essa é a raiz da questão. Só podemos pensar em Constituinte com partidos organizados, porque esta é a melhor forma de estruturar politicamente a sociedade.»

Forças armadas

«O conjunto das forças armadas tende a retirar-se para o seu leito natural, isto é, para as suas funções constitucionais. Nesse sentido, devemos todos nós trabalhar. Nenhum de nós quer ver as forças armadas atingidas, desmoralizadas. Pelo contrário, nós desejamos vê-las modernas, aparelhadas, mas a desenvolver as suas funções estritamente normais. Jamais cultivando, sequer, a pretensão de tutelar a Nação.»

Partidos

«Eu estou a trabalhar para que o povo se organize em partidos. Organizar politicamente o povo é organizar partidos num ambiente aberto e pluralista. Eu quero reabrir discussões em torno dos nossos reais e verdadeiros interesses. Por isso me fixei no Rio, onde a minha carreira política foi interrompida, e passei a tentar ocupar os espaços de liberdade que estamos a viver. Espaços de liberdade limitados, é verdade. Mas acho que devemos usá-los, sustentá-los, e isso só é possível com a organização em partidos. Estamos a viver uma Primavera. E o grande desafio é vivê-la com lucidez, de forma a abrir perspectivas.»

O PDT

«Pode dizer aí que o PDT veio para ficar, e vai ser uma presença permanente na vida brasileira daqui em diante. Vamos trabalhar firmemente pela constituição do partido a nível nacional. Vamos, inclusivé, discutir com outras correntes uma união de forças, mas sem perdermos a nossa personalidade, a nossa natureza, evidentemente.»

Ditadura

«Sinto que todas as forças que poderiam tentar um retrocesso, com o fecho do espaço e da liberdade, não representam esperanças para o povo brasileiro. Estão destituídas de legitimidade. Estão sem sustentação polí-

tica. Por outro lado, as forças que estão à procura de saídas adquirem grande expressão. A pergunta que se coloca é esta: por que voltar à ditadura se ela esteve todos estes anos com a faca e o queijo na mão e não resolveu nada? A ditadura é uma bananeira que já não dá cachos.»

Modelo e regime

«O regime autoritário e o modelo económico vigente são irmãos siameses. O modelo fracassou estrondosamente e, com isso, o autoritarismo também se demonstrou inviável.»

Estatização

«As ideias de livre empresa, livre câmbio, entre outras, permitiram o derrube de todos os muros e a entrada do capital estrangeiro, matando a ideia da democracia burguesa. Foi impossível criar aqui uma democracia como a inglesa ou a norte-americana porque o predomínio do capital financeiro internacional impediu que fossem resolvidos dois grandes impasses: a distribuição do rendimento e a legitimidade democrática.

«Uma Terceira República tem que ser uma nova época que eu imagino democrática, nacionalista e de natureza fortemente social, o que não significa necessariamente estatização. O importante é a defesa dos interesses nacionais, através de práticas e estruturas novas que nós mesmos iremos estabelecer. A estatização, por exemplo, pode conduzir-nos a uma nova forma de totalitarismo. No momento, grande parte da economia é estatizada, mas administrada autoritariamente. Acabou por ficar ao serviço das transnacionais.»

Empresariado

«No meu entender, o empresariado brasileiro vive uma grande preocupação. Sonhou, no fundo, com o desenvolvimento capitalista do Brasil, incorporando práticas selvagens que já não existem nos países desenvolvidos, e vê hoje que, por força da penetração do capital estrangeiro, a sua margem de crescimento é cada vez mais estreita. No ritmo em que as coisas andam, o empresariado nacional terá até de abandonar a loja da esquina, já que as empresas estrangeiras estão a comprar tudo.»

Quadros de governo

«Não hão-de faltar quadros para a formação do meu governo. O Rio de Janeiro é a comunidade mais rica em quadros e valores de todo o Brasil. Tem uma quantidade de homens e mulheres habilitados, em qualquer ramo de actividade. Além dos que integram o nosso partido, não faltam pessoas do mais alto gabarito que assumem as directrizes gerais que defendemos como programa da nossa candidatura.

.... «Farei tudo para que o Rio assuma a sua identidade, o que até agora não foi possível por causa de governos sempre nomeados, alheios à população. O Rio é a segunda economia do país, o seu maior centro

cultural, não é? Eu tenho os projectos de emergência e os planos de longo prazo. Eu creio que o Rio pode-se transformar no grande pólo do país do ponto de vista político. Um ponto irradiador das liberdades e da democracia. Um importante centro de discussão para os impasses que estão aí. Vou formar um governo com gente capaz, honrada, e vou governar para todos. Não vou admitir discriminações quaisquer que sejam. Posso garantir que serei mais zeloso com os direitos humanos e civis daqueles que não pensam como eu, do que em relação aos meus companheiros.»

Favelas

«As favelas pagam impostos, não apenas os indirectos, que estão concluídos nos preços de tudo o que consomem — e que não são poucos — mas especialmente através da sua força de trabalho. Acontece que não são beneficiários desses impostos, que são recolhidos através dos seus patrões. Os favelados contribuem de facto para a receita geral do Poder Público no Brasil, particularmente do Município e do Estado. É preciso questionar esse problema, demonstrá-lo, para adquirirmos uma consciência pública a esse respeito: há uma grande dívida social a ser resgatada em relação aos favelados, estes nossos irmãos modestos e humildes, discriminados, marginalizados, isolados, que aí vivem em verdadeiros *ghettos*.

«É uma questão importante e não subjectiva, porque interfere directamente com a distribuição dos investimentos. Quando se considera a favela algo de incómodo, algo que tem de terminar, algo que tem que ser removido, algo que é uma ferida no rosto desta linda cidade, pouca importância se dá ao que ela deva merecer, e na hora da distribuição de investimentos ninguém se lembra dela.

... «Isso faz parte de um esquema de sustentação dessas estruturas. É o que ocorre em grande parte na Baixada Fluminense. Há a convicção de que a Baixada é um antro de bandidos, que lá não se pode ir, que quem lá vai não volta. Não é verdade, vivem lá milhões de famílias de trabalhadores, gente honesta, simples. Lá se casa, lá se vive, lá choram crianças que correm nas ruas como em toda a parte do Mundo. No entanto, tem essa fama, para manter as estruturas. Na hora das decisões, ninguém se lembra daquelas áreas.»

Imprensa

«Eu gostaria de ter uma conversa muito mais contínua e mais ampla com a Imprensa do que uma simples reunião semanal. Atribuo um papel excepcional à Imprensa, aos meios de comunicação social, à opinião dos comentaristas, dos analistas, que acompanham os acontecimentos e a realidade do nosso dia-a-dia. Farei tudo o que estiver ao meu alcance para que essa convivência se realize. Já vivi uma experiência a esse respeito como governante, e verifico que hoje poderíamos encontrar mecanismos mais ágeis para que essa convivência se realize permanentemente.» □



VESPER
Importação e Exportação

Empresa de capitais mistos Luso-Angolana

Associadas:

IMPORTANG U.E.E.
Central Angolana de Importação

EXPORTANG U.E.E.
Central Angolana de Exportação

ANGODESPACHOS U.E.E.
Empresa de Despachos Alfandegários de Luanda

COTECO
Sociedade de Cooperação Técnica e Comercial, Lda.

Comércio Geral de
Importação e Exportação
Representações, Serviços,
Actividades Conexas e
Agência de Empresas
Nacionais e Estrangeiras

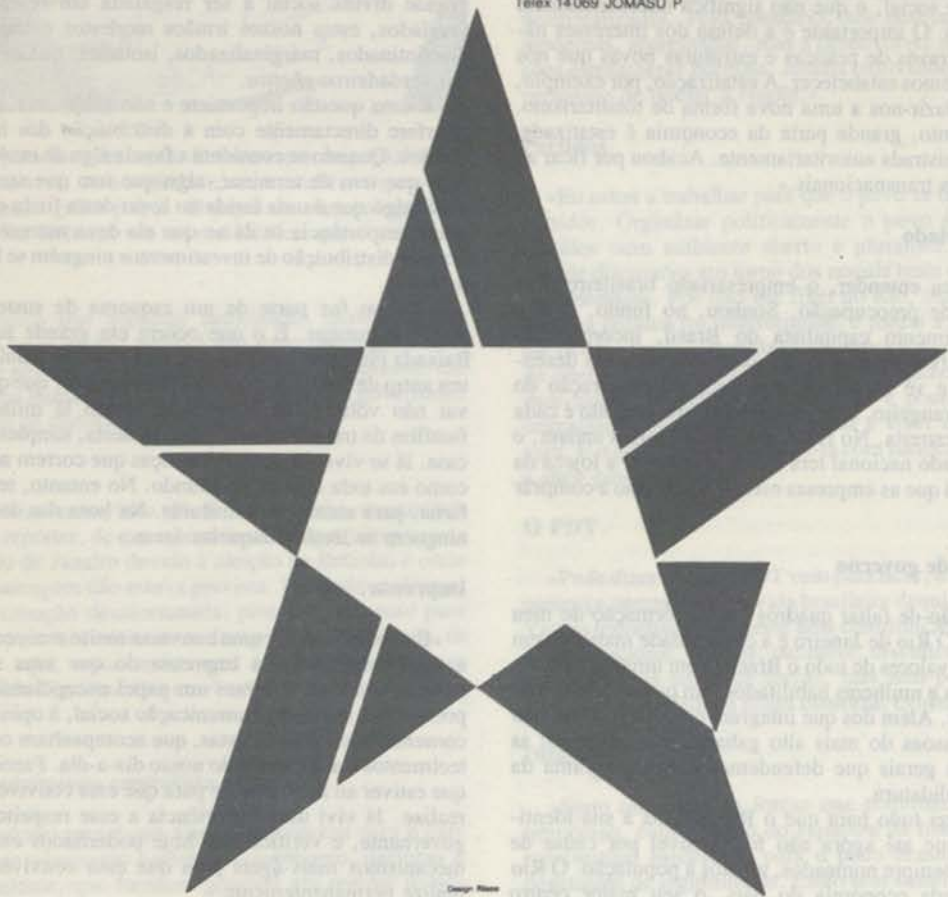
VESPER

Importação e Exportação, Lda.

Av. António José de Almeida, 44, 1.º-D.
1000 LISBOA Portugal

Telefs. 731123 | 731323 | 731423

Telex 14069 JOMASU P



«Os negócios da CIA»

Um produtor norte-americano fez um filme sobre a poderosa Agência Central de Informações dos Estados Unidos, mostrando depoimentos dos próprios agentes e funcionários. Trinta e cinco anos de actividade que a CIA não gostou de ver exposta ao grande público de todo o mundo

Roberto Bardini



as ameaças, provenientes — como era de esperar — da «estrela» principal do filme: a Agência Central de Informações (CIA).

Não era para menos. Quase toda a história da CIA — um dos principais e mais perigosos instrumentos de desestabilização com que contam os Estados Unidos — é sintetizada em três horas de projecção. Desfilam na tela, o Plano Marshall, o derrube de Jacobo Arbenz, na Guatemala, os assassinatos de Patrice Lumumba, Leonidas Trujillo e Ngo Dinh Dien, o fracasso da invasão da Baía dos Porcos (ou Playa Girón, para os cubanos), o papel da ARL-CIO, a agitação democrata-cristã no Brasil, as tentativas fracassadas de assassinar Fidel Castro, a presença de agentes no Uruguai, a estabilização no Chile, os mercenários em Angola, o apoio ao xá Reza Pahlevi no Irão, organizações paramilitares, derrubes de presidentes, torturas de prisioneiros políticos. O «currículo», em suma, do inimigo número um do Terceiro Mundo.

O espectador toma conhecimento, por exemplo, de que a CIA foi a primeira organização que detectou os efeitos do ácido lisérgico (LSD) e que o utilizou para martirizar presos políticos e fazê-los confessar. Ou que o México é considerado um país chave, porque possui petróleo e «tem muitos exilados».

«Fomos de país em país, empossando ditadores, derrubando governos, elaborando golpes de Estado: é o nosso trabalho», reconhece um dos entrevistados. E os que falam diante

tudo isso foi «Os negócios da CIA» (*On Company Business*) um filme com a duração de três horas, que resume 35 anos de actividades da «companhia», iniciadas no fim da Segunda Guerra Mundial.

Depois, vieram os prémios em dez festivais internacionais de cinema, entre eles os de Cannes, Berlim, Havana e o do Real Arquivo de Cinema da Bélgica. E também as pressões e

CINCO anos de pesquisa — paciente, difícil — iniciada em 1975 nos arquivos de noticiários de Washington, Nova Iorque, Los Angeles, Londres, Paris e Havana; 180 horas de entrevistas com mais de 60 pessoas, muitas das quais consideradas «inacessíveis» à imprensa; 500 horas de filmagem «ao vivo»; problemas económicos, dificuldades técnicas; o resultado de



das câmaras sabem o que estão a dizer: são ex-funcionários da «compañhia», de simples contínuos até directores, passando por agentes especiais e embaixadores. Aparecem no filme, além do mais, três dos mais conhecidos «renegados» da Agência: Phillip Agee, Víctor Marchetti e Jonh Stockwell. Os demais entrevistados são exibidos ao público pela primeira vez.

Saber a verdade

O responsável pelo filme chama-se Allan Frankovich, nascido em Nova Iorque, em 1941. Passou 20 anos da sua vida na América Latina e viveu na Bolívia, no Chile e no Peru, onde estudou na Universidade de São Marcos, em Lima. Posteriormente, graduou-se em Arte, pela Universidade de Notre Dame, Indiana, e cursou o mestrado em Berkeley, Califórnia. Trabalhou como câmara, roteirista e actor.

A ideia de fazer o filme — explicou Frankovich — surgiu em 1975,

quando a CIA monopolizou a atenção nos Estados Unidos em consequência do «escândalo Watergate» — divulgado por Bob Woodward e Carl Bernstein, repórteres do «Washington Post» — que provocou a renúncia do presidente Richard Nixon.

«Existia uma preocupação no país, nos partidos políticos e no Congresso. As pessoas queriam saber a verdade e estavam dispostas a falar. Então tive uma ideia. Mas percebi que não podia fazer nada através dos meios de comunicação social existentes», assinala o produtor do filme.

Frankovich fez o seguinte comentário a respeito das pressões anteriores: «A CIA não se incomoda que 10 ou 20 mil pessoas tomem conhecimento do seu trabalho. Está habituada. Mas quando as suas actividades chegam ao grande público do mundo inteiro, aí ela começa a inquietar-se». E dá alguns exemplos: «Na Austrália, enquanto 'Os negócios da CIA' estava em exibição, o

embaixador norte-americano ameaçou o Partido Trabalhista — então no governo — com a retirada do apoio nas próximas eleições. Na Nicarágua, a representação diplomática dos Estados Unidos apresentou uma nota oficial de protesto ao governo sandinista, por causa da minha presença no país». Inclusive, a Imprensa de direita e vários políticos acusaram Frankovich de ser financiado «por Moscovo» e vinculado ao «terrorismo internacional».

Conexões

«A CIA tem jornalistas pagos nas páginas editoriais da Imprensa de quase todo mundo», afirma Allan Frankovich. William Colby, ex-director da Agência Central de Informações, confirma alguns casos no filme. Menciona, por exemplo, que Joseph Smith financiava, em Buenos Aires, o Noticiero Argentino (cinematográfico) para controlar a linha internacional. Em 1963, Smith trabalhava na Venezuela para a agência Copy News Service — vinculada à CIA — e fornecia armas a contra-revolucionários cubanos.

Frankovich citou também os vínculos entre a «compañhia» e Sig Mickelson, presidente da CBS, em 1954, o norte-americano Edward Copley e o chileno Agustín Edwards — ambos directores da Sociedade Interamericana da Imprensa (SIP) — e com o actual presidente da Costa Rica, Luís Alberto Monge, na época em que trabalhava para a Organização Regional Interamericana de Trabalhadores (ORIT). «O sr. Otero, adido de Imprensa da Embaixada do Chile, em Washington, na época em que Orlando Letelier foi assassinado, trabalha para a UPI e para a CIA. Em geral, a UPI e a AP têm fortes conexões com a Agência», assinala o cineasta norte-americano.

Allan Frankovich vai continuar a trabalhar. O seu objectivo continua a ser o mesmo: denunciar a CIA, com o intuito de que essas denúncias atinjam o maior número possível de pessoas. A «compañhia» é muito activa e não respeita fronteiras. Aquela que a combatem — com meios muito mais modestos — também não conseguem descansar.

Simpósio Amílcar Cabral

A teoria como arma

No décimo aniversário do assassinato de Cabral, dezenas de intelectuais e representantes de organizações políticas internacionais, debateram na capital de Cabo Verde o perfil e a actualidade da obra do grande teórico africano. Sérgio Ribeiro, autor de uma das comunicações apresentadas no Simpósio, «Sobre a unidade no pensamento de Amílcar Cabral», lança nas páginas de «cadernos» algumas pistas de reflexão que lhe foram motivadas pela sua participação no encontro

Sérgio Ribeiro

HÁ dez anos, a 20 de Janeiro, Amílcar Cabral foi assassinado.

Como lembrar a data? Como honrar a memória? Decerto não deificando o homem, decerto não «ortodoxizando» o seu pensamento.

O Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV) resolveu fazê-lo tomando a iniciativa de promover um simpósio, que preparou cuidadosamente e realizou impecavelmente.

Foi uma reunião política, porque

de políticos; foi um encontro de intelectuais, porque o PAICV convidou para a sua iniciativa personalidades que se têm dedicado ao estudo da acção e do pensamento de Amílcar Cabral. E não foi uma iniciativa pontual. Como homenagem a Cabral, quis ser, também, um momento de reflexão e balanço sobre a presente situação cabo-verdiana e africana, no confronto com uma acção de que tanto resultou e de um pensamento que tanto ajuda e inspira. Ainda como homenagem a Cabral, será um

primeiro acto de um processo, pois ficou clara a intenção de institucionalizar o estudo, desenvolvimento e divulgação do legado histórico de Amílcar Cabral. Por último, também não foi um acto isolado porque com ele se fez coincidir um comício mobilizador de massas, e em que Pedro Pires e Lúcio Lara tiveram duas intervenções politicamente muito relevantes.

Neste apontamento sobre a iniciativa queremos tão — só deixar algumas reflexões que por ela foram su-

17 de Janeiro de 1983: Aristides Pereira no discurso inaugural do Simpósio Amílcar Cabral



Praia, Janeiro de 1983

PARA assinalar a passagem do 10.º aniversário do assassinato de Amílcar Cabral o Conselho Nacional do Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV) promoveu a realização de um simpósio internacional. Tinha essa iniciativa a finalidade de contribuir para o «aprofundamento, valorização e divulgação do legado teórico de Amílcar Cabral». Para tanto, o Conselho Nacional do PAICV convidou especialistas e investigadores dos campos da história, sociologia política e da cultura, que têm acompanhado a obra de Cabral, e representantes de organizações sociais, políticas e culturais com que Cabral, e o Partido que fundou, entreteceram sólidas relações de amizade e cooperação, tendo apoiado activamente a luta de libertação nacional de Cabo Verde e Guiné-Bissau.

O simpósio realizou-se de 17 a 20 de Janeiro, na cidade da Praia, capital da República de Cabo Verde. Depois da sessão solene de abertura, que foi presidida pelo presidente da república e secretário-geral do PAICV, Aristides Pereira, os trabalhos foram presididos pelo secretário-geral adjunto do PAICV (e primeiro-ministro), Pedro Pires, e neles foram lidas as mensagens e saudações dos partidos e organizações representados e as comunicações das personalidades convidadas, tendo havido debate em três das cinco sessões de trabalho.

Os partidos e organizações convidados e representados no simpósio foram as seguintes: ANC (África do Sul), Aliança Socialista da Jugoslávia, CIDAC, Comité de Solidariedade Afro-Asiática (RDA), Conselho Mundial da Paz, Partido FRELIMO, Fundação Lúlio Basso, (Itália), Instituto Cultural Africano, MLSTP, MPLA-PT, OSPAA, «Présence Africaine», Partido Comunista da China, Par-

tido Comunista de Cuba, Partido Comunista Português, Partido Comunista da União Soviética, Partido Democrático da Guiné, Partido Socialista Senegalês, Partido do Trabalho da Coreia, SWAPO (Namíbia) e UNESCO.

As comunicações das personalidades convidadas foram agrupadas por temas. Foram eles: a personalidade de Cabral, a teoria revolucionária, a dimensão cultural, a prática revolucionária, a dimensão universal da obra de Cabral. No 1.º grupo, apresentaram comunicações L. Senghor, Martichine, Ario de Azevedo e Basil Davidson; no 2.º, Jean Suret-Canale, R. Chilcote, Medeiros Ferreira e Nzongolá Ntalaja; no 3.º, Dulce Almada Duarte, Manuel Alegre, François Houtart e G. le Mercinier, Marcela Gli-senti e Mário de Andrade; no 4.º Luis Moita, B. Magubane, Sérgio Ribeiro, M. Diawara, V. Solodovnikov e Babacar-Sine; no 5.º, Yves Benot, I. Wallerstein, Paulette Pierson, L. Lazzatto, Imre Marton, Sílvia Hill, Sielse Bosgra, Jean Ziegler e Olivio Pires.

No final do simpósio foi lida uma declaração, e Basil Davidson propôs que se criasse uma instituição que desse continuidade a esta actividade de estudo e reflexão sobre o legado teórico de Amílcar Cabral.

Paralelamente realizaram-se actividades culturais e sociais e a organização foi considerada impecável por todos os participantes. Embora fora do âmbito do simpósio merece referência a realização de um comício, para que foram convidados todos os seus participantes e em que fizeram importantes intervenções Lucio Lara e Pedro Pires, sobre a situação política internacional e particularmente a africana.

(J.F.)

geridas e/ou reforçadas, não podendo, no entanto, deixar de sublinhar toda a extensão (e intenção) deste simpósio internacional Amílcar Cabral.

Era Amílcar Cabral um marxista?

Tinha de ser. Intelectuais que se encontram não podem deixar de, afirmando a sua alergia a rótulos e etiquetas, procurar rotular. Ou des-rotular, o que não é o mesmo mas é igual. O «curioso» é que no caso deste simpósio que, não sendo «deificador» ou «ortodoxizante», era motivado e motivador de grande admiração e respeito, a preocupação era muito mais de des-rotular do que de rotular.

A partir de Cabral, até parecia que alguns dos intelectuais presentes tinham a preocupação de demonstrar

que Amílcar Cabral não era marxista, que Marx não era marxista (pois se até o próprio fez graça dizendo-se não — marxista...), que o marxismo não existe concedendo-se que há muitos marxismos...

Como o presidente do simpósio Pedro Pires, nos chamou pertinentemente a atenção, o que é preciso é não confundir o essencial com o acessório. Acrescentaríamos que há marxismos que não são marxismo e que até parece que só existem para que os anti-marxistas tenham fundamento para dizer que, por ser tanta coisa diferente, marxismo não é coisa nenhuma.

Ora Cabral tinha um método. Ou melhor: uma metodologia. Essencial para a sua prática revolucionária e para a construção da sua arma da teoria. O que é evidente, para quem estude a acção e o pensamento de

Amílcar Cabral, é que ele sempre procurou (re)conhecer a realidade dentro de um quadro teórico que adoptara e que adaptava (enriquecendo-o) face à realidade que ia confrontando e conhecendo. O percurso de Amílcar Cabral pode ser exemplar da aplicação de uma metodologia sem sectarismo mas com respeito pelo essencial. Aliás, só respeitado se posto adequadamente em (na) prática.

Ao ler Cabral, e ao avaliar a sua prática revolucionária, algumas vezes nos lembramos de Lenine, não obstante uma preocupação (rejeição intelectual própria de intelectual...) de não etiquetar nominalmente, mas sim metodologicamente. E lembramo-lo por uma questão metodológica!

É muito interessante (pelo interesse que tem) verificar que toda a

«produção» teórica de Amílcar Cabral é feita a partir de exigências da prática revolucionária, mas ancorando-se numa nunca esquecida base teórica essencial, inerente à própria metodologia.

Será isto leninismo? Ou cabralismo? Ou desenvolvimento do que é essencial no legado de Marx?

Qual o significado de Pidjiguiti?

Quando da brutal repressão sobre os trabalhadores do porto de Bissau, em Pidjiguiti, em Agosto de 1959, o PAIGC teve de fazer uma viragem. É assim que está na história feita. Depois de três anos de organização clandestina, urbana, seguindo determinados canones, o massacre de Pidjiguiti teria sido o impacto violento da realidade pondo em questão a correcção da ligação prática revolucionária/arma da teoria.

E então Cabral estava em Angola. Era o engenheiro agrónomo que já fizera o recenseamento da Guiné e ficara conhecendo o povo na sua diversidade e situações (e já estivera no Alentejo).

Foi Amílcar Cabral decisivo na tal viragem, como a história começa a contar-nos? Parece bem que sim. A sua aproximação metodológica estava enriquecida pelo cada vez melhor conhecimento da realidade que queria ajudar a transformar. Sabia que a repressão fascista-colonialista não recuava e que não havia, face a ela, a força de uma classe operária, ainda que incipiente, ainda que formando-se na luta que se iniciara por uma verdadeira libertação.

No entanto, o que nos parece extremamente importante é sublinhar que Amílcar não negou, fez auto-crítica mas não alterou a metodologia. Reforçou-a no confronto com uma realidade insuficientemente conhecida ou ponderada. E nunca Amílcar Cabral disse ter passado a considerar as massas camponesas outra coisa que a força física mais importante para o processo de libertação nacional. A «revolução» não estava no campo. A «revolução» teria de ir da cidade para o campo, para aí mobilizar a força material capaz de a concretizar.



Amílcar Cabral, Marcelino dos Santos e Agostinho Neto após o encontro com o papa Paulo VI (1 de Julho de 1970). Uma importante vitória diplomática que o governo colonial não conseguiu impedir

Porquê os balantas?

Esta pergunta não é inocente. Sendo os balantas o grupo étnico caracterizado (por Cabral) como «horizontal», sem divisão classista ou para-classista, há quem encontre na importância decisiva dos balantas como motores (físicos) do processo libertador/revolucionário, a negação da luta de classes como motor da história.

Para isso, seria preciso esquecer duas coisas que Amílcar Cabral nunca esqueceu. Uma, a de que os balantas não seriam mais do que a principal força física, o que não minimiza, de nenhum modo, a importância decisiva dos balantas e da sua coragem física. Segunda, a de que os balantas nunca seriam *sós* os motores de um processo libertador/revolucionário, que é complexo e planetário, porque anti-imperialista. O que não quer dizer que não pudessem autonomamente recusar, lutando, invasões e ocupações (de colonialistas portugueses ou de outras etnias), o que não representaria dado indiferente na mobilização para uma participação revelante numa expressão de luta de classes.

O papel da pequena burguesia e o seu «suicídio»

Não foram elementos da classe

operária que partiram das cidades para organizar a luta nos campos, com as forças materiais capazes de a realizar. Foram pequeno-burgueses. E Amílcar Cabral assim se considerava, filho de quem era, engenheiro agrónomo, bem como aos seus camaradas com quem formara o PAIGC. Pequeno-burgueses na franja da burguesia, por ela absorvíveis ou contra ela lutando, ao tomarem para si a tarefa de se substituírem — por não poderem integrar por inexistente — uma classe operária nacional, reconhecida como verdadeiramente libertadora.

Estes é dos aspectos que mais «apetece» discutir a propósito de Amílcar Cabral. Talvez porque quem discute se revê na pequena burguesia que Amílcar Cabral nunca negou mas que a alguns é difícil assumir.

Não nos parece ser demasiado arrojado dizer que, na aplicação metodológica de Amílcar Cabral os pequenos-burgueses não seriam uma classe social mas um extracto marginal (ou na franja) da classe burguesa susceptível de vir a integrar uma classe burguesa nacional, ou recusando-a — até por questão moral, o que não era indiferente ao pensamento de Cabral — e assumindo a vanguarda da luta de libertação nacional ao serviço do povo colonizado.

A expressão «suicídio», tão mal

O papel da cultura na luta pela independência

(...) Acontece que a cultura é o próprio fundamento do movimento de libertação e que apenas podem mobilizar-se, organizar-se e lutar as sociedades que preservam a sua cultura. Esta, quaisquer que sejam as características ideológicas ou idealistas da sua expressão, é um elemento essencial do processo histórico. É nela que reside a capacidade de elaborar ou de fecundar os elementos que asseguram a continuidade da história e determinam, ao mesmo tempo, as possibilidades de progresso ou de regressão de uma sociedade. Compreende-se assim que, sendo a dominação imperialista a negação do processo histórico da sociedade dominada, ela seja necessariamente a negação do seu processo cultural. Também — e porque uma sociedade que se liberta verdadeiramente do jugo estrangeiro retoma os caminhos ascendentes da sua própria cultura, a qual se alimenta da realidade viva do meio e nega tanto as influências nocivas como toda a espécie de sujeição às culturas estrangeiras — a luta de libertação é, acima de tudo, um acto de cultura.

(...)

Para que a cultura desempenhe o papel que lhe cabe e no movimento de libertação, este deve estabelecer com precisão os objectivos a atingir para que o povo que representa e dirige reconquiste o direito a ter a sua própria história e a dispor livremente das suas forças de produção, com vista ao desenvolvimento ulterior de uma cultura mais rica, profunda, nacional, científica e universal. O que é importante para o movimento de libertação não é provar a especificidade ou não especificidade da cultura do povo, mas proceder à análise crítica desta cultura, em função das exigências da luta e do progresso, e situá-la, sem complexo de superioridade ou de inferioridade, como uma parcela do património comum da humanidade, com vista a uma integração harmoniosa no mundo actual.

(De um texto de Amílcar Cabral apresentado, em 1972, numa reunião promovida pela UNESCO, em Paris)

interpretada, a nosso ver, até por quem mais se tenta aproximar do fundamento do pensamento de Amílcar Cabral, parece-nos muito clara e muito correcta, à luz da metodologia de Cabral. Dos seus textos não retiramos outra coisa que não seja a de, após a libertação nacional, os elementos da pequena burguesia que para ela teriam contribuído decisivamente, continuarem essa libertação política por um processo de verdadeira libertação nacional, a só se consumir com a libertação das forças produtivas colocadas ao serviço das classes trabalhadoras.

Tal «suicídio» dirá respeito tão-só aos nacionais que, sendo de extracção social pequeno-burguesa, e tendo contribuído decisivamente para uma fase da libertação nacional, a continuam, por uma forma

anti-imperialista, assumindo-se como vanguarda de uma classe operária nacional a formar, ao lado de uma luta de dimensão planetária, assim se «suicidando» enquanto franja da classe burguesa nacional, existente ou susceptível de se formar.

A libertação das forças produtivas nacionais

Para Amílcar Cabral, a verdadeira libertação nacional só se realizava através da libertação das forças produtivas nacionais. Logo há quem queira ver, nessa posição de base de Cabral, uma heterodoxia ou talvez heresia. Confessamos não perceber, porquê. O sistema colonial português, parte do imperialismo estádido do sistema capitalista, como qualquer sistema colonial foi um objectivo obstáculo ao desenvolvimento

das forças produtivas nos espaços colonizados, no quadro de relações de produção em que essas forças produtivas tão-só serviam para benefício de interesses limitados e localizados fora desse espaço.

A vitória dos movimentos de libertação nacional, com o ascenso das antigas colónias à independência política, pode não representar uma verdadeira independência nacional se os novos países se mantiverem no quadro de umas relações de produção que continuem definindo ou confinando o desenvolvimento das forças produtivas nacionais ao serviço de interesses estranhos às necessidades e objectivos dos (novos) nacionais.

Referir a libertação das forças produtivas nacionais como condição para uma verdadeira libertação nacional não pode ser interpretado como não-considerar (ou desconsiderar) as relações de produção como elemento definidor da situação de libertação e independência nacionais. Parece-nos, incluso, que tal posição começa por ser a recusa do anterior quadro de relações de produção que obstaculizava e previa o desenvolvimento das forças produtivas. Aliás, é na relação homem/natureza, actividade social e socializante motor em última instância do processo histórico, que se «constrói» o homem como elemento social, na base material se definindo quais as relações de produção.

Libertar as forças produtivas nacionais é, também, criar grupos e classes sociais que, inexistentes nas condições de obstaculização colonial do desenvolvimento das forças produtivas, nessa acção de libertação se formam e vão tomando a direcção da sociedade, colocando os recursos nacionais ao serviço da satisfação das necessidades da população nacional.

Que unidade?

Ao reflectir-se a partir de Amílcar Cabral não se pode deixar de agarrar o tema unidade. Mas que unidade? Desde logo, uma posição, diríamos teórica ou abstracta, segundo a qual só tem razão de ser falar de unidade se se estiver a tratar de coisas diferentes. Depois, há, em Amílcar Cabral, a unidade africana, a unidade

necessária, a unidade combativa, e a unidade entre Guiné-Bissau e Cabo Verde.

Em relação a esta última, Amílcar Cabral encara-a como um dado de que parte para a sua prática revolucionária/elaboração da arma da teoria. No entanto, embora a considerasse uma «unidade por natureza», e para ela enumerasse razões históricas, geográficas, económicas, também aqui Cabral não era rígido, definitivo.

Desde as suas primeiras posições, partindo da «unidade por natureza», Cabral contribuiu para a unidade combativa e sempre pensou em termos binacionais a desembocar no que chamava a «união orgânica», resultante de decisão das duas Assembleias soberanas, uma de Guiné-Bissau, outra de Cabo Verde. E a sua perspectiva era suficientemente aberta para colocar a possibilidade das Assembleias nacionais decidirem pela não concretização da união orgânica.

Parece-nos de muito interesse, por representar um desenvolvimento pós-Cabral do seu pensamento, referir que, no quadro dessa «unidade por natureza», alguns instrumentos e mecanismos binacionais estavam sendo instalados, como uma divisão planificada binacional do trabalho e também, obviamente, uma articulação entre as planificações nacionais.

Sobre este tema tão delicado o que gostaríamos que ficasse muito claro é que o respeito pelo pensamento e pela acção de Amílcar Cabral não consente que se silencie um dos vectores dessa acção e desse pensamento, ou pelo risco de melindres (?) ou pela inoportunidade política ou por poder levar à conclusão de que a realidade desautorizou Amílcar Cabral neste aspecto concreto.

A independência nacional e a organização (e orientação) do Estado.

No decurso do simpósio algumas vezes pairou a sensação de que nos faltava a... presença viva de Amílcar Cabral. Como característica importante do seu legado histórico está a de que muito ficou incompleto, que muito necessária seria a sua participação nos desenvolvimentos a fazer.

Um dos que (per)deram a vida

Um depoimento na oportunidade da realização do simpósio Amílcar Cabral. Algo de diferente de saudação ou comunicação. Algo de vivido, para se juntar a outros depoimentos vividos. De quem conviveu, trabalhou ou lutou ao lado de Amílcar Cabral. Ou de quem, de forma indirecta, viveu a dimensão humana e transcendente do homem que foi Amílcar.

E podia ser ou a Casa dos Estudantes do Império onde, ali ao Arco Cego, «descobri» uns «caminhos marítimos», ou o encontro, no campo de futebol do velho CIF, com lições de companheirismo que se continuavam pela surpresa do saber da luta continuada no estrangeiro (lembro um editorial do *Diário da Manhã* espumando de raiva contra um chamado «sexteto da traição» que andava pelas capitais europeias esclarecendo e mobilizando para a luta de libertação das suas pátrias do colonialismo, estando entre eles alguns companheiros de prática de desporto no jogo da semana anterior).

Ou podia ser – e será – a evocação da emoção sentida na Sala dos Congressos de Moscovo, aquando da realização do 1.º Congresso Mundial das Forças de Paz, em Outubro de 1973. Quando uma jovem e franzina figura de mulher subiu ao enorme palco para receber a homenagem devida ao seu companheiro assassinado no começo desse ano.

Foi numa das duas sessões solenes plenárias (na outra sessão, foi a homenagem a Allende na presença de Hortência). Com todos os delegados de pé, comprometendo-se na continuidade da luta pela paz, contra a exploração. Por um mundo melhor. Pelo qual tantos deram a vida. E deram a vida não por terem sido assassinados mas porque a sua vida é exigência de luta a continuar.

A figura jovem e franzina de mulher era a de Ana Maria Cabral. Entre os delegados, representantes dos movimentos de libertação e portugueses antifascistas. Mais firmemente irmanados na emoção vivida da memória homenageada de Amílcar Cabral.

(S.R.)

Assim se reforça uma outra característica: a arma teórica foi-se construindo a partir das necessidades da prática revolucionária, não sendo esta um forçar da realidade procurando moldá-la a qualquer figurino teórico. O que não quer dizer ausência de base essencial ideológica e metodológica!

No pensamento de Amílcar Cabral falta o tratamento do tema organização do Estado (ou dos Estados) saído da luta de libertação nacional. A noção de nação-classe não nos parece mais do que uma simples expressão-esboço nada autorizando a ver nela a tradução de uma perspectiva aclassista no sentido de minimização das classes sociais e da luta de classes.

Embora não pensemos em termos de ficção científico-ideológica como

no caso de procurar «investigar» qual seria a arma teórica de Cabral se fosse ele, agora, a confrontar a realidade actual, um dos eixos de continuidade do estudo do pensamento de Amílcar Cabral poderá orientar-se no sentido de ver, quanto a este tema, o que seria coerente com o que deixou escrito na obra publicada, e não só, pois parece existir material por conhecer e tratar.

Estes apontamentos serão (?) umas quantas pistas de reflexão nascidas na participação no simpósio internacional Amílcar Cabral, realizado na cidade da Praia de 17 a 20 de Janeiro. Assim se deixam, como contributo para referir uma iniciativa de grande interesse e utilidade e também para a sua projecção em acções a desenvolver, como foi afirmada a intenção. □



Na grande ou pequena
intervenção
damos-lhe a garantia
da nossa experiência

- montagem de estruturas metálicas
pórticos
pontes rolantes e transportadores
- movimentação, elevação
montagem de equipamentos pesados
- montagem de torres processuais
reservatórios de armazenagem
- pré-fabricação e montagem de tubagem
- montagem de equipamento rotativo
- cedência de pessoal especializado

servimos as indústrias:

petróleo
petroquímica
química
cimentos
naval
energia
celulose
papel
siderurgia
mineira
agrícola
alimentar

TONUS

Montagem e Aluguer de Máquinas, Sarl

Lisboa – Porto – Setúbal – Sines

Sede: Av. 5 de Outubro, 114-1.º Dt.º – 1000 Lisboa

José Goulão



Um jornalista português em Beirute

Calar é, por vezes, tão grave como o próprio crime, porque pode ser sinónimo de pactuar.

Perante um dos maiores crimes da História da Humanidade muitos jornais se calam. Pactuaram. Tentaram justificar e encobrir o inimigo com falsos argumentos. Contudo, a escalada da agressão israelita ganhou proporções tais que já não foram possíveis mais sofismas nem para os simpatizantes da causa sionista, nem mesmo para o seu mais íntimo colaborador, o governo Reagan que, em dado momento, sentiu que o aliado se excedia mais que as previsões e do que convinha à sua imagem.

José Goulão foi o único jornalista português que esteve no Líbano, exactamente no período mais recrudescido da guerra, vivendo no sector cercado da capital libanesa. Dessa experiência sofrida com angústia e ansiedade, lado a lado com os resistentes palestinos e libaneses, saíram as páginas deste livro. Além de um relato do que foi esse cerco que as tropas israelitas efectuaram ao sector

occidental de Beirute, de Junho a fins de Agosto do passado ano, com o único propósito de destruir, um por um, os soldados da OLP, arrastando nesse plano milhares de vidas inocentes, vítimas de uma fúria sangrenta e desesperada, este livro é também uma análise lúcida e cuidada da questão palestina, da guerra que não é só de hoje mas que teve início há mais de trinta anos, vitimando milhões de palestinos.

Chama a atenção para as razões reais que moveram os judeus a invadir a Palestina, após a Segunda Guerra Mundial, gerando a dispersão e a expulsão do povo palestino, transformado em ser apátrida na sua própria pátria, onde, há mais de cinco milénios, vivia em paz.

José Goulão centra-se no período do cerco criminoso, acampanhando a heróica luta do povo palestino e da população libanesa, dirigida com a mais avançada estratégia militar, o que surpreendeu o mundo e, sobretudo, Israel que apostara destruí-los em 24 horas.

Dá-nos conta das situações mais pungentes e insólitas aí geradas e do oportunismo da máquina comercial, especulando a necessidade e a própria sobrevivência dos seres humanos.

Analisa, passo a passo, através das próprias conversas que ia tendo com dirigentes da OLP, as reacções ao plano Habib, o homem enviado por Washington e às ordens do trio Begin-Sharon-Shamir para negociar o acordo de evacuação da OLP do Líbano, enquanto bombas de fósforo e de desintegração chacinavam e destruíam uma das cidades mais belas do mundo, a chamada «pérola do Médio-Oriente».

Ainda sob a impressão dos massacres de Chatila e Sabra, José Goulão não deixando de fazer sentir toda a sua emoção e horror causados por tais actos, denuncia os seus intentos e os seus antecedentes.

O livro de José Goulão é, de facto, de leitura obrigatória, porque esclarece muitas questões e dá-nos a conhecer, para além de todo o panorama de guerra e das motivações po-

líticas, a alma de um povo convicto da sua verdade, transcendendo-se em gestos de heroísmo ou de simples ternura e fraternidade.

E.R.S.

«MASSACRE E RESISTÊNCIA EM BEIRUTE»

Autor: José Goulão

Editor: Editorial Caminho

Colecção: Nosso Mundo, 126 pág.

Lisboa, Novembro, 1982



Guiné-Bissau: um país em busca da sua identidade

Eu diria, após a leitura de «Etnia, Estado e relações de poder em Guiné-Bissau», de Carlos Lopes, um jovem guineense que estudou em Portugal e na Suíça (Sociologia do desenvolvimento) que nos encontramos frente a um estudo inovador

nos métodos de focagem da realidade político-social do continente africano, neste caso específico, da Guiné-Bissau. E não afirmaria tanto essa inovação em termos universais, mas mais na relatividade, por um lado, da língua portuguesa e, por outro, na ainda maior relatividade do pensamento guineense, onde Carlos Lopes, começa, por certo, a ser um pioneiro.

As suas reflexões sobre as relações históricas entre Etnia, Estado e Poder na Guiné-Bissau, extravasam as fronteiras do novo País africano, apesar de nele encontrarem as suas fundas raízes. E se elas podem contribuir, num futuro, para um alicerçamento ideológico das estruturas sociais da sua terra, com prolongamentos para outros territórios da África Libertada, penso, um pouco mais egoisticamente, que elas são, sobretudo, fundamentais, para a compreensão das realidades africanas por parte dos Europeus, por parte dos ocidentalistas (numa mera classificação geográfica) e, em especial, pelos portugueses, ex-involuntários colonialistas.

As análises de Carlos Lopes que, para efeitos de compreensão imediata, de um ponto de vista histórico, se cifram no assentamento de duas evidências (nunca, como tal, consideradas pelos próceres do colonialismo de todos os tempos e locais que são a existência de etnias (simplesmente, tribos) diversas, num mesmo espaço, com várias estruturas organizativas, mentais e religiosas (por exemplo, o islamismo, o cristianismo e os cultos autóctones) e, consequentemente, a imposição vinda de fora (do colonizador político, logo ético) de novos esquemas de organização social e intelectual, ou seja, a imposição do «Estado» europeu (instrumento de uma classe para explorar outra), essas análises, dizia eu, suscitam uma fecundidade e um estímulo de pensamentos raros entre os ocidentais.

Ao colocar-nos perante o facto de que, para uma luta de libertação nacional, foi possível, sobretudo através da personalidade e do carisma invulgares da Amílcar Cabral, encontrar, entre as 22 etnias dominadas pelos portugueses, um laço de união,

todas as coisas se emaranham quando é agora o Estado que, sem previamente se ter criado a unidade — nação, típica da civilização europeia, pretende estabelecer novamente o elo da unidade que permita ao país dar um passo em frente, desta feita para consolidar a independência e trazer o progresso e a melhoria de vida aos povos, sem lhes coarctar ou cortar, por um lado, as idiosincrasias e, por outro, a própria liberdade tão dramaticamente conquistada.

Trata-se, pois, de o Estado ser capaz de unificar, ou melhor, de repor a conjugação interétnica que caracterizou a luta armada. E aqui surge, claramente, o grande problema: a unificação de um destino através da ultrapassagem das questões étnicas e classistas, da diversidade de recursos das várias regiões e dos diferentes modos de produção.

Carlos Lopes aceita a concepção exógena de Estado numa linha marxista, reafirmando-lhe as virtualidades e apontando-lhe, corajosamente, os defeitos ou erros, em especial porque, em seu entender, o Estado recente encontra ainda os seus fundamentos no passado colonial, ao invés de se apoiar nos ensinamentos trazidos pela luta de libertação.

Como se vê, estamos perante uma posição crítica construtiva que, em minha opinião, serve à Guiné-Bissau, tanto como a qualquer outro país Africano, feitas, evidentemente, as ressalvas óbvias.

Numa linha de universalismo e solidariedade humanos, poderá afirmar-se que a sua posição é extremamente correcta (ou não tivesse, afinal, Carlos Lopes, como expressamente confessa, uma formação estribada no pensamento ocidental). A única objecção minha reside no carácter utópico da tese (apesar de nada ter contra as utopias). Será que a adaptação de um conceito de Estado, ainda que marxista, portanto expurgado das aberrações do conceito capitalista, a uma racionalidade étnica, completamente diferente, que tem uma base comunitária espontânea, se consumará num casamento e numa procriação felizes? Ou será que a realidade africana não terá de pressupor uma organizaçã-

social económica, administrativa e mental radicalmente diferente das similares ocidentais, quer de raiz socialista, quer de extracção liberal ou capitalista, tendo apenas como factor ideal comum a não exploração do homem pelo homem? Em suma, não deverão os ideólogos e pensadores africanos, como Carlos Lopes, encontrar a sua própria originalidade, revolucionando as concepções culturais provindas da chamada velha civilização?

O.L.

«ETNIA, ESTADO E RELAÇÕES DE PODER NA GUINÉ-BISSAU»

Autor: Carlos Lopes

Editor: Edições 70

Colecção: Biblioteca de Estudos Africanos

Lisboa, Outubro, 1982



Um clássico caboverdeano

Tinha Vitorino Nemésio razão quando chamou a «Chuva Braba», uma obra-prima da novelística islandesa. Talvez com «Chiquinho», de outro grande escritor de Cabo Verde,

Baltasar Lopes, «Chuva Braba», de Manuel Lopes, constitui uma das pedras basilares da ficção cabo-verdiana, tal como «Ambiente» ou «Caderno de um ilhéu» de Jorge Barbosa são marcos na poesia.

Novela de linguagem coloquial e poesia esparsa, onde a condição humana se joga com o clima e a paisagem das ilhas, em tempo de repressão social, política e económica, «Chuva Braba», publicado, pela primeira vez, em 1956 e agora em 4.^a edição, através das Edições 70, na sua colecção Autores de Cabo Verde, faz também parte imperecível da literatura de língua portuguesa. De resto, como a restante obra de Manuel Lopes, um ilhéu de S. Vicente, a quem cabe, igualmente, a responsabilidade de ter sido o primeiro director, em 1937, de «Claridade», uma revista de cultura cabo-verdiana que marcou uma época de viragem nas letras dos autóctones das ex-colónias portuguesas.

O.L.

«CHUVA BRABA»

Autor: Manuel Lopes
Editor: Edições 70
Lisboa, 1982



Uma ilha contra a liberdade

A ilha de Robben é um pedaço desabrigado de terra prisional, rodeada por mar gelado a apenas alguns quilómetros das praias soalheiras dos hotéis de luxo da península do Cabo, há muito centro de sofrimento e de luta. No nosso tempo, os governantes racistas da África do Sul converteram a ilha num terrível campo de prisão, destinado a esmagar o espírito dos mais valorosos e sinceros dirigentes da revolta contra o sistema do *apartheid*.

Neste inferno esteve Indres Naidoo, militante do Congresso Nacional Africano (ANC) da África do Sul, cumprindo uma pena de dez anos de prisão. Da sua colaboração com Albie Sachs, também um combatente pela liberdade, nasceu este livro que é o relato da sua experiência como o prisioneiro 885/63. Diante dos nossos olhos vemos sucederem-se os episódios dolorosos de torturas e sofrimentos mas, ao mesmo tempo, assistimos às lutas corajosas e solidárias dos presos pela sua dignidade, pelos direitos, pela melhoria das suas condições de vida. Comovente e cheio de força, o livro não deixa ninguém indiferente e reafirma a certeza de que a luta contra o *apartheid* será vitoriosa.

«A ILHA AGRILHOADA»

Autores: Indres Naidoo/Albie Sachs
Editor: Editorial Caminho
Lisboa, 1982

Um contributo para a história da literatura moçambicana

Vinha a talhe de foice, mas o espaço escasseia, falar desenvolvidamente do autor deste ensaio-antologia, intitulado «Sobre Literatura Moçambicana», editado no Maputo em Julho de 1982, pelo Instituto Nacional do Livro e do Disco de Moçambique.

Porque esse autor se chama Orlando Mendes e já o seu nome ia desaparecendo da memória dos que, em Portugal, tinham acompanhado a

sua carreira literária, iniciada em 1940, com um livro de poemas, «Trajectória», editado em Coimbra quando o poeta ali se licenciava em Biologia. Nesse pequeno livro de 33 páginas, um poema, pelo menos, «Evocação», salvo erro, apontava o seu jovem autor de 24 anos como um dos pioneiros da poesia caracteristicamente aborígine, reflectindo já os caminhos novos de uma literatura em busca da sua identidade própria. Seguiram-se-lhe, depois, outros livros de poesia: «Clima» (1959), «Depois do sétimo dia» (1963), «Véspera confiada» (1968), «Adeus de Gutucumbui» (1974), «A fome das larvas» (1975), «País emerso» (1975/76) e «Produção com que aprendo» (1978), além de uma incursão pelo romance «Portagem» (1965) e pelo teatro «Um minuto de silêncio». A sua passagem pela revista «msaho», de que apenas se publicou um número em 1952, e por suplementos literários ou revistas como «O Brado Africano», e «Paralelo 20», onde foi acompanhado por nomes como os de Noémia de Sousa Fonseca Amaral, Rui Nogar, Sérgio Vieira, José Craveirinha, Marcelino dos Santos (Kalungano) e outros, justifica e autoriza Orlando Mendes nesta sua obra, ensaio e antologia dos principais textos da literatura moçambicana.

Trata-se, realmente, de um esboço breve (200 páginas) que poderá ser o embrião de uma História da Literatura Moçambicana, ainda por fazer e que poucos estarão em melhores condições que Orlando Mendes para elaborar.

Perspectivando a história literária de Moçambique de um ponto de vista revolucionário, o autor destaca como pedras fundamentais a literatura oral, em especial, a poesia de «msaho» (danças orquestrais cantadas dos chopés), a poesia escrita da época da resistência pacífica, a poesia de protesto e a poesia do tempo da luta armada, terminando com um rápido apontamento sobre a literatura de ficção e teatral de importância bastante menor em comparação com a poesia, de facto, a expressão máxima da alma moçambicana.

Analisando, em seguida, as obras literárias surgidas após a independen-

dência, Orlando Mendes faz um apelo final para o arquivo imediato da literatura oral tradicional e da que a Revolução engendrou junto dos trabalhadores de empresas, cooperativas e aldeias comunais, propondo a unidade entre os criadores populares e os criadores intelectuais no sentido da liquidação do analfabetismo, pesada herança do colonialismo, e da conquista definitiva da liberdade revolucionária e do socialismo.

Em resumo, uma obra de importância única para o estudo, localização e futuro da literatura moçambicana.

«SOBRE LITERATURA MOÇAMBICANA»

Autor: Orlando Mendes
Editor: Instituto Nacional do Livro e do Disco de Moçambique
Maputo, Julho de 1982

A crónica em Moçambique

Número 2 dos «Cadernos Tempo», que se publicam no Maputo, surge, agora, com selecção e apresentação de Bruno da Ponte, uma colectânea de crónicas, apontamentos e comentários de colaboradores daquela publicação.

O primeiro caderno era dedicado à poesia e o terceiro focará a produção contista dos actuais escritores de Moçambique. Esta colecção intitulada «Gostar de ler» reúne, de facto, textos que fazem parte de um sector literário, normalmente e mal, considerado de menor importância. Trata-se da crónica como género literário e jornalístico que tem na língua portuguesa grandes tradições e grandes autores. Felizmente, os responsáveis por esta edição compreenderam tal importância e não quiseram que esses textos morressem na efemeridade de uma publicação periódica. É uma surpresa agradável verificar que, em Moçambique, existem alguns escritores, uns mais conhecidos que outros, que utilizam este género como factor, ora literário, ora de intervenção, do esclarecimento político dos seus leitores. Incluindo autores como Magaia, Belo Mar-

ques, Areosa Pena, Bartolomeu Tomé, Carlos Cardoso, Hamade Chamisse, Leite Vasconcelos, Luís David, Luís Patraquim, Machado Graça, Marcelino Alves, Mia Couto, Moreira Silva, Santana Afonso, Sol Carvalho, Tomás Mário e Vandole Ukalioy, a colectânea «Gostar de ler» transmite ao leitor, que vive longe da realidade moçambicana actual, um retrato fiel e entusiástico do labor intelectual, político e social que fervilha naquele jovem país, em prol da fixação definitiva da independência e identidade do povo e da nação moçambicana.

«GOSTAR DE LER — CADERNOS TEMPO, 2»

Autores: Vários
Editor: Tempo
Maputo, 1981

«As mulheres»

Pretendendo quebrar o silêncio imposto às mulheres e abrir às brasileiras um meio de informação que lhes permita conhecer melhor a realidade da mulher de outros países do Terceiro Mundo, a colecção «As mulheres» é coordenada por Moema Viezzer, professora e pesquisadora «gaucha». De sua autoria entre outros trabalhos, «Se me deixam falar...», comovente testemunho de Domitila de Chungara sobre a resistência do povo boliviano em geral e da luta dos mineiros do seu país, em particular, contra as sucessivas ditaduras originadas por golpes de Estado. «Se me deixam falar...» será reeditado na colecção, bem como uma obra de Moema Viezzer: «Se alguém quiser saber...». Esta última debruça-se sobre a situação da mulher operária, o trabalho incógnito da dona-de-casa, desvendando mecanismos gerais que mantêm a injusta subordinação da mulher.

Outros dois títulos da colecção «As Mulheres» já prontos são «Estamos despertas» e «A face oculta de

Eva». O primeiro de Margaret Randall — jornalista norte-americana, radicada actualmente na Nicarágua — descreve a complexa luta da mulher nicaraguense, realçando o seu papel durante a guerra e a sua determinação em não perder o espaço conquistado durante a luta das mulheres para se constituírem numa força capaz de conquistarem a sua emancipação.

O projecto da colecção «As Mulheres» prevê o lançamento de quatro livros por ano.

«AS MULHERES»

Coordenador: Moema Viezzer
Editor: Global
São Paulo, Dezembro, 1982.

Gregorio Selser escreve sobre Bolívia e Reagan


«Bolívia, el Cuartelazo de los cocadólares» e «Reagan entre El Salvador y las Malvinas» são os novos títulos do pesquisador, escritor e jornalista argentino Gregorio Selser (colaborador de *cadernos do terceiro mundo*), que é igualmente comentarista do jornal mexicano *El Día* e colaborador da *Inter Press Service (IPS)*, a agência de notícias internacionais que veicula informações referentes à luta terceirmundista.

A primeira obra desenvolve o tema referente ao papel do tráfico de estupefacientes nos acontecimentos que se desenrolaram na Bolívia entre 1980 e 1982 e, a segunda, analisa os principais aspectos da política externa do governo do presidente Ronald Reagan em relação à América Latina.

Gregório Selser é, além disso, professor do Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade Nacional Autónoma do México e pesquisador do Instituto Latino-Americano de Estudos Transnacionais (Ilet), com sede naquele país.

«BOLIVIA, EL CUARTELAZO DE LOS COCADÓLARES» «REAGAN ENTRE EL SALVADOR Y LAS MALVINAS»

Autor: Gregorio Selser
México, Novembro 1982



25 anos de satélites O emaranhado de olhos espaciais

Desde o lançamento do primeiro Sputnik, em 1957, ainda não sabemos, concretamente, para que servem os satélites e qual o papel que representam para a Humanidade

Fernando Reyes Matta *

TUDO começou com Arthur C. Clark, o escritor britânico de ficção científica, que em meados dos anos 40 previu a possibilidade de se colocar um satélite artificial no espaço, girando à mesma velocidade da Terra. Se isso fosse possível, o satélite pareceria, em relação à Terra, estacionado no firmamento. O resto consistia em utilizar o método clássico do espelho: receber um raio de luz e projectá-lo.

A era dos satélites teve início nos primeiros dias de Outubro de 1957, com um enigmático «bip-bip»: os soviéticos haviam lançado o Sputnik I. Poucas semanas depois, os nor-

te-americanos colocavam no espaço o Explorer I. Tudo isso ocorreu há um quarto de século. Às vezes, é bom usar o pretexto dos aniversários para nos fazer reflectir um pouco.

O mundo de hoje vive entregue a um dia-a-dia determinado pelos satélites de uma maneira muito mais profunda do que se poderia imaginar. Já não se trata apenas das imagens que a televisão projecta vindas de qualquer lugar do mundo, da proximidade com que a produção se torna simultânea para audiências multilingues e multi-raciais. É essa, sem dúvida, a presença mais evidente, e pode-se estar mais perto da lady Diana e do príncipe Carlos que

os turistas postados nas ruas de Londres. Ou avistar, com muito mais emoção e proximidade que o público do estádio, o menino que abriu uma bola de futebol para deixar voar uma pomba na solenidade de abertura do campeonato mundial. A tela da televisão é devorada à distância, e esquecemos o longo percurso através do espaço que nos faz estar ali - ao vivo -. Mas os satélites são muito mais do que isso.

* Pesquisador do ILET (Instituto de Estudos Transnacionais) e director do boletim Altercom editado por essa organização.

Entre a guerra e a paz

O Comité do Espaço dos Estados Unidos divulgou que as grandes potências se apossaram, praticamente, do espaço ultraterrestre, apesar de ser um património universal de toda a humanidade. Existem actualmente 4645 objectos que giram em torno da Terra, metade dos quais pertence aos Estados Unidos, 1.786 à URSS, 42 ao Japão, 32 à França, 9 ao Canadá, 6 à China, 1 à Austrália e outro à Itália. Em compensação, só sete satélites pertencem ao Terceiro Mundo; à Índia e à Indonésia. Este relatório foi preparado por ocasião da recente conferência das Nações Unidas sobre o Espaço Ultraterrestre (Unispacé 82), realizada em Viena, e que deixou bem claro que o espaço é o novo cenário das confrontações do mundo internacional.

A primeira Unispacé (predomina o nome em inglês) foi realizada em 1968. Ainda era a época das primeiras pesquisas e todos os países se apressaram a declarar o espaço como um grande laboratório de reservas da humanidade destinado a usos pacíficos. Tudo era experimental, o homem ainda não havia chegado à Lua. Uma época em que os astronautas ainda eram notícia. Hoje já não é a mesma coisa. Dois cosmonautas ultrapassaram 120 dias de voo; chegam outros para fazer-lhes uma visita e regressam à Terra; uma mulher (a segunda a percorrer o espaço) faz uma visita e regressa; e tudo isso não passa das colunas destinadas às informações de menor importância. E quando há alguma façanha a destacar, como as viagens do táxi espacial Columbia, não se percebem as verdadeiras missões cumpridas pela nave: demonstrar que pode funcionar no espaço para recolher satélites, para ajustar outros ou para «comer» os do inimigo. A militarização do espaço é cada vez maior. A guerra das Malvinas é uma prova disso. O Pentágono, por exemplo, fez um pedido à NASA de uns 20 voos do táxi espacial para viagens com fins militares. Por trás de tudo isso encontra-se a defesa daquilo a que já se chamou «a fronteira alta».

Aperfeiçoamento técnico

As duas superpotências lançaram para o espaço, só em 1980, 103 satélites militares: 89 da União Soviética e 14 dos Estados Unidos. Mas o problema não é de quantidade mas sim de aperfeiçoamento técnico. Um dos satélites norte-americanos foi destinado exclusivamente como monitor, para estudar a guerra Irão-Iraque, segundo fora determinado pelo Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI).

A sua análise foi compilada num relatório da Comissão Internacional de Desarmamento das Nações Unidas, publicado em Outubro do ano passado. Esse documento traz uma massa de informações sobre a utilização militar dos satélites na época contemporânea. Nos últimos dez anos, os Estados Unidos e a União Soviética gastaram 300 mil milhões de dólares para pôr em órbita satélites espaciais (1.736), e 76% foram destinados a uso militar. «Isso não só substituiu o que era até agora a façanha científica mais importante do homem, como demonstra que as superpotências levaram a sua briga interna à estratégia MAD (Mutual Assure Destruction), já que, com o emprego de satélites, serão aumentadas as possibilidades de destruição e morte para milhões de seres inocentes no caso de uma eventual confrontação nuclear», assinala o relatório preparado por uma Comissão de doze diplomatas, humanistas e homens de ciência que trabalharam em cumprimento da resolução 33-91 D, da Assembleia-Geral da ONU.

Os «espíões» do espaço

O relatório dá também conta da presença da China no espaço, que depois de se tornar o quinto país a incorporar-se no «clube dos lançadores de satélites», conseguiu, em 1975, colocar em órbita um aparelho militar. Tanto este como a centena de satélites com missões militares colocados no espaço em cada ano podem ser agrupados em dois tipos de acção: 40% são destinados ao reconhecimento, enquanto que

60% actuam como «espíões» para o estabelecimento de alvos inimigos nos dois continentes.

Depois de ter trabalhado quase durante uma década com os satélites Big Bird de reconhecimento (com uma média de existência entre 50 e 200 dias), a Agência Central de Inteligência (CIA), concretizou em 1980 o quinto tipo dessa geração de satélites. O Projecto 1010 — segundo assinalava uma notícia do jornal mexicano Excelsior em Outubro de 1981 — permite transmitir imagens simultâneas, em forma digital, para uma estação terrestre. O novo tipo de satélite, o KH-11, tem uma órbita 50 quilómetros mais alta que o Big Bird e o seu tempo de duração chega a 700 dias. A informação desse satélite é processada por um sistema de computação que permite melhorar a transmissão obtida pelos sensores remotos. Além do mais, o KH-11 pode realizar transmissões de televisão com câmaras Vidicon de espectro múltiplo. A União Soviética também tem desenvolvido sistemas avançados de reconhecimento via satélite. Utilizando as técnicas de captação por sensibilidade remota, aperfeiçoou a transmissão de dados dos satélites Plesetsk e Cosmos. Estes últimos têm uma curta vida no espaço. Vão, registam e voltam. Assim, por exemplo, o Cosmos 1170, de alta sensibilidade fotográfica, foi lançado a 1 de Abril de 1980 e recuperado no dia 13 do mesmo mês. Ou o Cosmos 1224, lançado a 1 de Dezembro desse mesmo ano e recuperado no dia 15. Essa prática continuou até hoje.

Negócios espaciais

Se os usos militares definem em grande escala os satélites de hoje, existem outras realidades que revelam outros aspectos desses instrumentos, nem por isso menos desconcertantes. Existe um lema nos bancos internacionais: «o banco está sempre aberto». Se estão a dormir em Nova Iorque, alguém está activo em Tóquio, e quando se abrem as portas em São Francisco, os banqueiros europeus podem ir descansar. A chave da inter-relação é dada

pelos satélites e por um sistema mundial: *SWIFT* (*Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunications*). O sistema é a base das operações «stateless money» (algo assim como dinheiro sem controlo estatal), que a revista *Business Week* definia, em Agosto de 1978, como «um extenso e integrado sistema global de capital e dinheiro, quase totalmente fora das regulamentações governamentais e que permite a remessa de milhares de milhões de eurodólares, euro-marcos e outras divisas 'stateless' que se atropelam em torno do mundo durante 24 horas por dia».

O *SWIFT* é apenas um dos muitos ramos da «sociedade informatizada», que surgiu em consequência das comunicações via satélite e do desenvolvimento da micro-electrónica. A união do computador com o satélite transformou a circulação de informações e dados no mundo actual. Isso provocou o fenómeno da Transmissão de Dados Transfronteiras (TDF, *Transborder Data Flow*) que constitui um dos mais críticos desafios à soberania e à segurança nacional de qualquer país, especialmente daqueles do chamado Terceiro Mundo.

Ameaças às soberanias nacionais

«A concentração extraordinária do mercado informativo, que não tem paralelo em qualquer outro sector da economia mundial — assinalou a revista *South*, em Janeiro deste ano — está a alargar a brecha existente entre o Norte e o Sul. As companhias obtêm dados nos países do Terceiro Mundo, processam-nos no Norte, obtendo verbas e trabalhos para a sua indústria processadora de dados, e vendem-nos posteriormente aos países de origem. As informações de importância sobre os países em desenvolvimento são armazenadas especialmente nos Estados Unidos, o que é considerado uma ameaça à soberania nacional desses países».

Toda essa operação de obtenção de dados e concentração dos mesmos é a chave para as operações das grandes corporações transnacionais. O mercado mundial, ou a «al-



Houve época em que os astronautas eram notícia. Hoje, Gagarin e Tomoaki Kawabuchi (o astronauta japonês) já fazem parte do passado histórico do planeta

deia transnacional» como foi chamada pelo pesquisador holandês Cees Hamelink, exige a rápida circulação da informação e o uso constante dos circuitos de satélites. A mesma edição da *South* assinalou a esse respeito: «Em geral, os países em desenvolvimento não têm controlo sobre a informação fornecida pelas subsidiárias das corporações transnacionais às suas centrais através da rede de computação. Pelo menos, dez mil companhias sediadas em países em desenvolvimento têm filiais fora dos seus próprios países. Mais de duas mil têm filiais em seis ou mais países. O conhecimento de dados ou recursos computadorizados por diversos países pode significar que importantes decisões políticas, económicas ou sociais, que atingem um determinado país do Terceiro Mundo, se encontrem fora do seu território».

Fluxo informativo

A preocupação por essa presença externa num país, ou pela invasão invisível, não é exclusiva do Terceiro Mundo. A França, na época de Giscard d'Estaing, já havia criado uma comissão para o assunto, a qual elaborou o *Relatório Nora-Minc* destinado a advertir sobre os perigos

da dependência provocados pelas novas tecnologias da informática e da necessidade de reforçar a soberania nesse aspecto. A análise foi concentrada, especialmente, na forte presença da IBM na França e na capacidade dessa transnacional de obter e processar, sem nenhum controlo, qualquer informação da realidade do país. De facto, a IBM chegou a ser uma das maiores transnacionais do mundo, com volumes de venda, em 1981, de 17 mil milhões de dólares e tem nas suas mãos 50% da produção de computadores e serviços. Os satélites e as possibilidades de criar redes mundiais para o fluxo informativo desempenham um papel relevante nas suas actividades. Uma dessas redes é a SBS (*Satellite Business Systems*), fundada por subsidiárias da IBM, da *Comsat General Corporation* e da *Aetna Life and Casualty Company*. O seu negócio é a rapidez de transmissão informativa para todo o sistema de processamento e decisões das grandes corporações.

Mas os satélites integram também uma série de outras redes, destinadas a usos mais amplos, vinculados a necessidades de desenvolvimento. Os mais conhecidos, pelo uso que a televisão faz deles para anunciar o tempo, são os satélites meteorológi-

cos. Entre 1958 e 1976, tinham sido lançados 116 satélites desse tipo. A cifra aumenta permanentemente, já que os dados meteorológicos também se tornaram uma referência essencial para as decisões das corporações vinculadas à agro-indústria e à navegação.

Colheitas e vozes

Mas é no âmbito da exploração do campo que os satélites, com instrumentos de alta sensibilidade, têm conseguido prestar serviços muito úteis à primeira vista, mas inquietantes quando surge a pergunta: quem usa esses dados e para quê? O mais conhecido desses satélites é o *Landsat*, destinado à observação das condições agrícolas, da potencialidade das próximas colheitas e das melhores condições do solo em qualquer lugar do mundo. Criado para a observação dos cultivos de trigo no mundo, especialmente da União Soviética, o *Landsat* converteu-se num -olho- espacial inquietante para os agricultores e peritos do campo em muitas partes do mundo. Na realidade, é um assunto que acarreta, ao mesmo tempo, grandes gastos para os países periféricos. A estação receptora do *Landsat* custa entre 5 e 10 milhões de dólares. A isso devem ser acrescentadas as despesas anuais de operação que são, aproximadamente, de um milhão de dólares, além de uma quota anual de 200 mil dólares paga à NASA para a transmissão de dados. Dois exemplos ilustram bem esta situação: o Brasil (estação receptora instalada em 1975) teria gasto naquele ano 8,4 milhões de dólares e a Argentina (estação instalada em 1977) já teria chegado a seis milhões de dólares de despesas. A quantia pode não ser tão significativa se a relacionarmos com a produtividade agrícola, mas essa relação não parece ainda tão evidente. Ela semeia, pelo contrário, inquietações e dúvidas sobre as novas formas de dependência que o sistema abrange. De facto, além disso existe a intenção, por parte da administração norte-americana, de transformar o *Landsat* num sistema privado, explorado por uma corporação ad

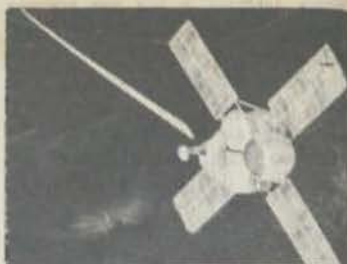
hoc. Em Junho de 1980, o administrador da *National Oceanic and Atmospheric Administration*, Richard A. Frank, assinalou que «o sector privado será eventualmente o proprietário e operador do Sistema *Landsat*».

Os satélites no quotidiano

As utilidades dos satélites não param aí. Eles estão envolvidos em milhares de decisões quotidianas: reservas de voos, transferências de dinheiro, informação sobre recursos naturais ou uma simples chamada telefónica requerem a utilização dos satélites. No mundo socialista, as comunicações telefónicas, as transmissões via telex e os sinais de televisão circulam através do sistema *Intersputnik*. No chamado mundo ocidental e na grande maioria dos países do Terceiro Mundo é evidente o predomínio da *Intelsat*.

A *Intelsat* foi criada entre 1964 e 1965 com um claro predomínio da entidade norte-americana *Comsat*, mantido até hoje. No entanto, o acordo definitivo da entidade, subscrito em Maio de 1971, definiu um carácter mais participativo dos demais membros. Em 1980, a *Intelsat* contava 105 países signatários e havia chegado à geração *Intelsat IV-A*, com capacidade de seis mil circuitos bidireccionais telefónicos, dois canais mais de televisão e vinte «transpodadores» (nome que se dá à unidade dos satélites capaz de receber, amplificar e transmitir). Hoje, a *Intelsat* já se encontra na geração *Intelsat V*, dos quais dois foram lançados para a região do Oceano Atlântico, um como satélite primário e outro de reserva. A nova série de sete satélites tem um custo de 580 milhões de dólares. Com os seus respectivos lançadores e a sua colocação em órbita custará, em média, 70,5 milhões de dólares, para um custo por satélite de 270 milhões de dólares. O contrato de fabricação dos *Intelsat V* foi dado à *Ford Aerospace* em forte concorrência com a *Hughes Corporation*.

A fabricação e o lançamento de satélites é, cada vez mais, um negócio de grande volume de capital e as corporações nele envolvidas co-



meçaram já a disputar o mercado do Terceiro Mundo, onde vários países anunciaram o desejo de possuir um satélite doméstico próprio e solicitaram já ofertas nesse sentido. Na América Latina, a disputa concentrou-se no Brasil, Colômbia e México, que entre 1983 e 1985 esperam contar com satélites nacionais. O Brasil optou por lançar o seu, através do foguete *Ariane*, criado pela entidade espacial europeia e operado pela França, com uma base de lançamento na Guiana Francesa.

Perguntas ainda sem respostas

Se em Outubro de 1957, o mundo escutou, com surpresa e certo espanto, o «bip-bip» do primeiro aparelho lançado no espaço, hoje já ninguém se espanta com as transmissões directas a partir de uma nave espacial ou com qualquer outro acontecimento ocorrido nos diversos cantos do mundo. Os satélites fazem parte do nosso quotidiano mas, como tantas outras coisas da vida diária, dão margem a um grande número de perguntas. Para onde vai esse poder de comunicação e observação? De que maneira essa nova tecnologia pode ser preservada em benefício de todos os países e povos? Ou será que ela vai transformar-se inevitavelmente, num outro espaço de dominação? Será ainda possível resgatar os satélites a fim de que contribuam para o diálogo internacional e para o conhecimento e aproximação entre seres humanos e culturas diferentes? Ou essa é apenas uma máscara do verdadeiro objectivo que já cumprem? Em resumo, para que têm servido os satélites nestes últimos 25 anos? Temos avançado em direcção a novos espaços da guerra ou da paz?



TAAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA
★
ANGOLA AIRLINES

*Os diamantes
de Angola
são mais
brilhantes*

*Estão agora a serviço do povo
e da reconstrução nacional*

Companhia de Diamantes de Angola